MAIS DE 90 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS NA SAFRA 2000/01

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ■ VOL 20 ■ Nº 9 ■ 15 DE SETEMBRO DE 2000 ■ R$ 6,00

TRAÇOS DE FAMÍLIA



Projeto do Incra e da FAO revela mais dados sobre as relações de produção das famílias brasileiras no campo

FGV
IBRE

Caligur®

o acaricida ideal



ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

ANDEF

www.bayer.com.br

TeleBayer

Discagem Direta Gratuita

0800-115560

Bayer

Proteção das Plantas

O leitor já deve ter identificado o feijão Azulão nas prateleiras dos supermercados e certamente não se deu conta de que o produto é resultado do esforço coletivo de 10 mil produtores cooperativados do Oeste catarinense, mais precisamente os integrantes da Cooperativa Regional Alfa (Cooperalfa), uma entidade cujos sócios produzem uma média de 300 suínos, 48 mil aves e cerca de 2 mil litros de leite/ano por família. Enquanto a média em Santa Catarina é de 57 sacas de milho por hectare, os associados da Cooperalfa produzem 80. Isso graças à implantação de um campo demonstrativo em uma área de 40 mil metros quadrados, onde funciona uma microestação experimental a céu aberto, em que são disseminadas tecnologias adequadas a cada propriedade. Foi para falar dessa experiência pioneira que AGROANALYSIS convidou para esse Abre Aspas o engenheiro agrônomo Mário Lanznaster, dublê de produtor rural de Chapecó, SC, e presidente da Cooperalfa, que passa boa parte do seu tempo em viagens, MBAs e seminários pelo Brasil afora em busca da atualização permanente. Evolução para ele é sinônimo de acompanhar tudo o que acontece. O ser humano deve ser "construído", sentencia.

Fator de união

Sem as cooperativas, as perdas do produtor seriam líquidas e certas

DA REDAÇÃO

❖ **Qual é a estratégia da Cooperalfa para fazer crescer o número de cooperados?**

— O agricultor, especialmente o minifundiário, sem o amparo da cooperativa, fatalmente seria um elo isolado da cadeia produtiva, pois ficaria sem acesso à assistência técnica, não teria a concepção do desenvolvimento continuado e seria seriamente assediado por vendedores de insumos, cuja necessidade de uso na propriedade poderia ser questionável. Sem o amparo desse instrumento coletivo de alcance do mercado denominado cooperativa, o agricultor estaria nas garras do leonino mercado da compra de sua produção, cujas perdas seriam líquidas e certas.

Além disso, não se conhece



outra entidade econômica que se proponha ouvir os anseios do produtor e discutir o crescimento econômico e social do campesinato envolvendo, além do homem agrícola, a mulher e o jovem agrícola. Essa macrovisão do agronegócio é que faz crescer o número de cooperados também qualitativamente.

❖ **Essa estratégia acaba atraindo também os excluídos das integrações tradicionais?**

— A meta principal das empresas de capital aberto é o lucro, que vem a ser o que o acionista persegue. Nas sociedades cooperativas, o resultado financeiro também é buscado, mas não só isso. Aqui temos um forte mote social, com a distribuição da cota-capital, que

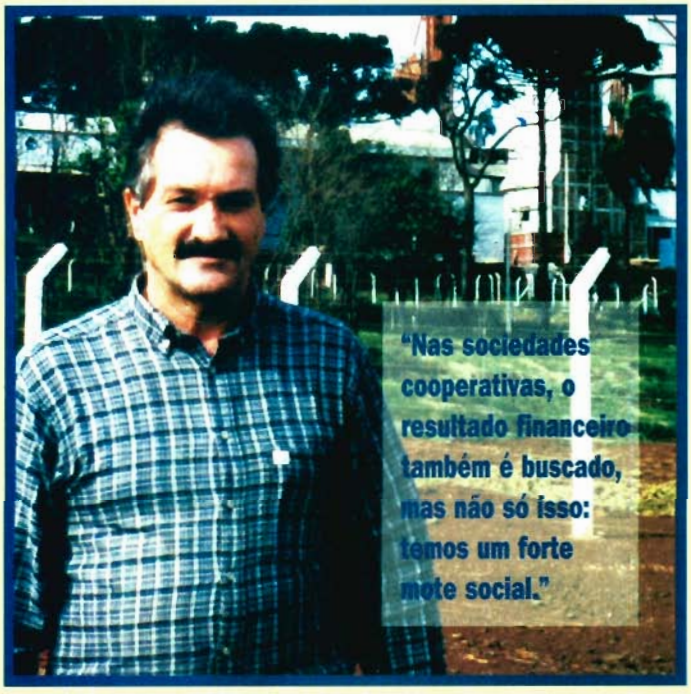
é uma espécie de poupança montada pelo cooperando através da venda de sua produção. Além do valor pago, acrescentamos 1% sobre o total da nota fiscal, ao qual é somado o lucro da cooperativa conseguido ano a ano, dividido proporcionalmente conforme o movimento de cada sócio.

Aos 60 anos de idade, o associado recebe 60% do montante acumulado, e aos 68, ele ou sua família retira o restante e ainda assim pode permanecer na sociedade, se desejar. Em três anos, distribuímos quase R$7 milhões nessa modalidade. É uma espécie de dividendo, possibilitado pela integralização e capitalização das sobras operacionais. Essa estratégia emergiu dos próprios cooperados e foi aprovada estatutariamente. Entendemos que muitos agricultores estejam produzindo e operando conosco por causa da cota-capital à qual cada um adere, contribuindo para o bolo que soma hoje R$20 milhões de patrimônio líquido.

Se a cooperativa não existisse, milhares de pequenos produtores estariam alijados do processo produtivo, fossem ou não procedentes das integrações tradicionais. Também não somos casa de misericórdia ou de filantropia, com os olhos voltados somente para o aspecto social. Aqui também se fala a linguagem da eficiência.

❖ **Como a Cooperativa consegue reunir a força dessa massa de pequenos?**

— No cooperativismo agropecuário catarinense não há praticamente grandes produtores. Nossos sócios produzem, em média, 300 suínos por ano com 15 matrizes cada um; 48 mil aves cada propriedade integrada e 2.128 litros de leite por família/ano. São quantias modestas, mas a artéria de onde brota essa produção não é ineficaz, uma vez que o custo de produção também é baixo, por ser utilizada basicamente a mão-de-obra familiar. Enquanto a média catarinense é de 57 sacas de milho por hectare, os associados da Cooperalfa produzem 80. Isso revela que o pequeno produtor incorpora a tecnologia e o faz através de nosso campo demonstrativo, que é o nosso educandário, uma espécie de microestação experimental a céu aberto. Numa área de 40 mil metros quadrados, despertamos nos agricultores a busca de novos índices de produtividade. Esse acompanhamento e discussão com técnicos das companhias e da cooperativa facilitam o uso de tecnologias adequadas para cada propriedade. Programas como os de Administração Rural, Qualidade Total e Sanidade Animal também contribuem.



❖ **Em que medida essa estratégia entra em choque com o fenômeno mundial da maior competitividade?**

— Cada um deve definir seu foco de atividade e ser muito eficiente na atividade principal. Um produtor com 15 matrizes suínas, se tiver o suporte da produção própria de milho e seguir as dicas corretas de manejo, terá lucro ou pelo menos garantirá sua sobrevivência na condição de agente econômico. O que não pode é desviar do foco.

❖ **Mas a Cooperalfa, historicamente, disseminou a diversificação de atividades...**

— Certo, mas se o agricultor diversificar demais perde o rumo. Geralmente o grande produtor é menos eficiente que o pequeno. Se o grande ganha na produção em escala, o pequeno é especialista em cuidar dos detalhes. É por isso que temos miniprodutores produzindo suínos com 100kg de peso, da geração *light*, em apenas cinco meses. Ele acompanha, está mais perto dos animais. É outro nível de dedicação.

❖ **Isso quer dizer que as 10 mil famílias que a cooperativa congrega correm por fora dos demais setores do agronegócio...**

— Sim, além de percorrer um caminho paralelo para alcançar o mercado, a própria cooperativa tem de ser muito eficiente. No mundo inteiro o sistema cooperativo já deu mostras de seus benefícios. No entanto algumas cooperativas não foram e não vão bem por causa das pessoas, seja pelo despreparo técnico, político-moral (no sentido de compreender o diferencial cooperativo), por fator psicológico dos dirigentes, ou ainda por falta de vínculo com o cooperado. A limitação está nas pessoas, não no modelo. No entanto, quando se junta um grupo de pessoas com atividades afins – o que é o nosso caso – ganha-se na compra e na venda, pois em ambas as situações há maior poder de barganha e essa diferença é sentida no bolso de quem produz. Até quem não é proprietário de terra pode ser sócio da Cooperalfa. Basta que produza, mesmo em lavoura arrendada.

❖ **Qual o significado da marca Aurora, da Coopercentral Oeste Catarinense, para os agricultores associados ao sistema e qual seu vínculo com a outra Aurora, a vinícola de Bento Gonçalves, do Rio Grande do Sul?**

— Na área de carnes, a marca Aurora existe há mais de 40 anos, criada pelo antigo Frigorífico Marafon, comprado em 1969 pela Coopercentral em parceria com o Banco do Brasil. Foi assim que as cooperativas agropecuárias do Oeste catarinense passaram a vender melhor os suínos produzidos pelos cooperados. Até então, a única saída era vender para as SAs. A Aurora de Bento Gonçalves também detém a marca Aurora, só que na atividade de vinhos. Isso faz com que a Aurora Carnes, por exemplo, não possa utilizar essa marca na linha de sucos.

Quando a Coopercentral foi constituída, houve a congregação de forças e o amparo na área de suínos. Mais tarde foram estruturadas a avicultura e a citricultura. A própria competição gerada entre Sadia, Perdigão, Grupo Chapecó e Aurora foi fator decisivo para o crescimento da agropecuária catarinense. É por isso que aqui estão as maiores e melhores agroindústrias do Brasil, com a maior concentração de aves e suínos do país. Bendito o

concorrente que não dá descanso a ninguém.

❖ **Quais os principais produtos da Cooperalfa?**

— Temos o farelo de soja, o óleo degomado, as farinhas de trigo e de milho, com as marcas Delis e Jubá. Temos também as marcas Azulão, para feijão; o Alfitos, na linha de salgadinhos, e a Alfa-mix, uma modalidade de farinha de trigo pronta, destinada às padarias.

❖ **Em que marcas a Cooperalfa aposta suas fichas nos próximos anos?**

— Até há pouco tempo produzíamos apenas farinha de milho e hoje o leque é maior. Contratamos técnicos especializados e adquirimos equipamentos de última geração que garantiram novos padrões de qualidade. Nosso farelo de soja é indiscutivelmente de alto padrão, tanto que está sendo usado pelas agroindústrias da região e temos condições de competir com outros concorrentes.

❖ **Como está a situação das cooperativas agropecuárias no Brasil?**

— A agricultura pagou um preço alto pelo Plano Real. Dizem que o frango foi quem suportou o sucesso do plano. Na verdade, a moeda deveria ser cunhada com um frango de um lado e um suíno do outro. Ultimamente parece que a agricultura dá sinais de reação. Ao que tudo indica, deveremos alcançar cerca de 90 milhões de toneladas na safra 2000/01. Essa reação é positiva. Só que o Brasil não tem tesouro, não tem caixa para subsidiar a agricultura como fazem os países ricos. O mundo consome hoje cerca de US$1 bilhão por dia para subsidiar o campo. No Brasil, não. Aqui se paga tudo e ainda assim não existem fontes financiadoras das lavouras. A contribuição do setor primário para salvar a moeda já foi dada. Basta dizer que a carne mais barata do mundo está aqui no Brasil, seja de frango boi ou porco... sem contar que são proteínas de alta qualidade, prova é que estão sendo bem-aceitas em nível internacional. Seria conveniente que o próprio consumicor brasileiro pagasse um pouco mais pelo que consome internamente. Cabe aos outros setores da economia também contribuir. As cooperativas ligadas a esses segmentos passaram pelas mesmas dificuldades dos agricultores. Quem lidou só com *commodities*, sem agregar valor, quebrou.



❖ **O Recoop serviu para alguma coisa?**

— Depois da novela para a liberação, o Recoop regou as cooperativas, melhorando o perfil das dívidas. Mas parte dessas dívidas era dos agricultores com suas entidades. A Cooperalfa está numa situação relativamente boa, especialmente graças à industrialização. De qualquer maneira, o Recoop trouxe mais tranqüilidade.

❖ **Que ações públicas devem ser desencadeadas para que o cooperativismo fique ainda mais forte?**

— O que o governo deve é olhar para a absurda tributação da agricultura, que é pesada demais. É crucial uma reforma tributária neste país, dando aos produtores o mesmo tratamento dado aos produtores do Canadá ou Estados Unidos. Nesses países, o imposto é pago na boca do caixa, via consumidor. A atual carga tributária no campo, na faixa de 32%, inviabiliza qualquer competitividade. O mundo tem 6 bilhões de bocas para alimentar e há procura externa por nossos produtos. Em breve faltará produção. Ainda estamos atravessando uma fase de superoferta, mas o dia em que faltarem alimentos, a sociedade mundial pagará caro por isso. A biotecnologia, com os OGMs (organismos geneticamente modificados), queiramos ou não, com o tempo, vai trazer sua parcela de contribuição para ampliar o volume de produção.

❖ **E do ponto de vista tecnológico?**

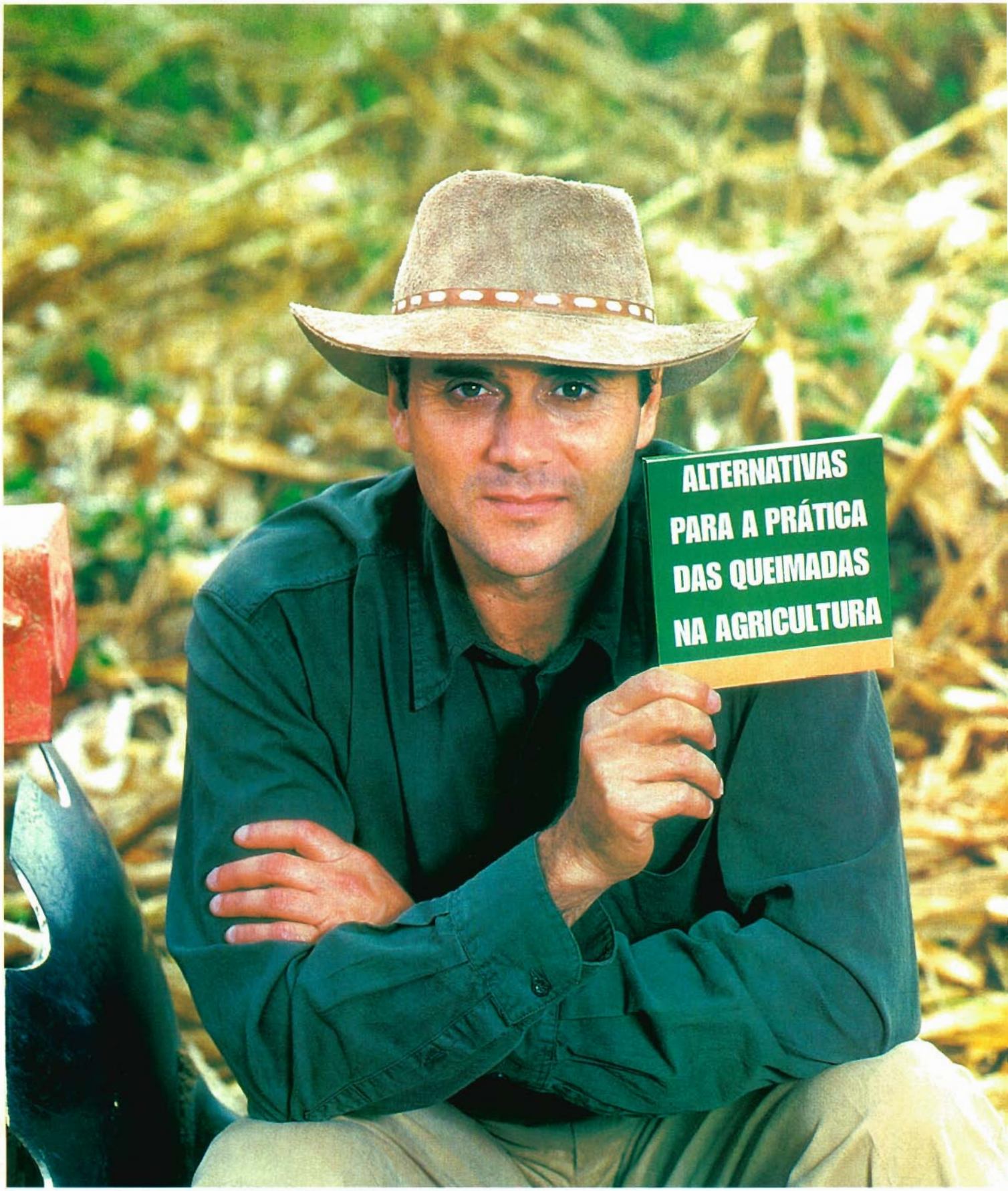
— Quando alguém disse que a Terra girava em torno do Sol, as pessoas levaram 100 anos para admitir. A primeira coleta de sêmen para melhoramento genético em animais domésticos gerou a maior controvérsia. O transplante de embriões foi duramente criticado. É evidente que o homem deve usar a tecnologia corretamente. A própria Bíblia recomenda que o mundo seja explorado pelos homens. Não há nada de errado no avanço da biotecnologia. Quando o planeta tiver 10 bilhões de pessoas, com os mesmos espaços para produzir, quem sabe vamos entender melhor isso?

❖ **Como o senhor avalia a questão trabalhista na agricultura? A legislação é um entrave para o crescimento do nível de emprego agrícola?**

— Em 1988 a Constituição brasileira teve zelo em excesso ao proteger o trabalhador rural. A repercussão se deu no campo, onde proprietários rurais com cinco ou 10 empregados foram surpreendidos do dia para a noite pela Justiça do Trabalho. Vários liquidaram suas propriedades por causa de reclamações trabalhistas. Isso ajudou a inchar a periferia de várias cidades, com gente sem qualificação, sem estrutura educacional. Foi um equívoco enorme, tanto que o próprio Congresso sentiu o drama e pelo menos igualou os direitos do trabalhador do campo aos do trabalhador da cidade, já que o da cidade tinha menos proteção legal. Isso custou caro a toda a sociedade e provocou mais violência urbana.

❖ **Como é, para um engenheiro agrônomo, administrar uma cooperativa?**

— A agronomia traz uma visão eclética da cadeia do agronegócio. Cada administrador deve estruturar seu time, onde todos joguem no mesmo sentido, ou seja, não há distinção entre cooperativa ou qualquer outra empresa. O consumidor quer saber de qualidade e preço. Para isso é preciso saber competir, com a ajuda de profissionais qualificados.



QUEM PRESERVA A TERRA N

Estamos no período da seca e você precisa pensar bem antes de começar a trabalhar a terra. Afinal, existem maneiras de fazer isto conservando o solo e com menos riscos. A pesquisa agropecuária desenvolveu tecnologias que substituem a prática de queimadas, protegendo



ÃO TEM MEDO DO FUTURO.

a terra e aumentando a sua produtividade. Para saber mais, informe-se na Secretaria de Agricultura ou órgão de extensão rural.

Embrapa

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em todo o Brasil

AGRO drops



Antiparasitário tem nova apresentação

Para combater as doenças parasitárias, que se tornam mais freqüentes com a chegada da primavera, a Merial Saúde Animal está lançando o Ivomec Gold. O produto trata parasitas internos e externos e graças a sua formulação tixotrópica tem poder de ação maior do que outros endectocidas existentes no mercado. É indicado para o tratamento, controle e prevenção eficaz de infecções causadas por vermes redondos (gastrintestinais e pulmonares), carrapatos, infestações por bernes, piolhos sugadores e ácaros produtores da sarna.

A maior vantagem que o produtor obtém com o uso de um antiparasitário é o ganho de peso proporcionado. Testes realizados em 128 fazendas no Rio Grande do Sul, envolvendo 7.700 animais, mostraram um ganho médio de peso de mais de 42,95kg/animal tratado com o produto em 64 dias, 6,9kg a mais do que a média de ganho de peso proporcionada pelos produtos concorrentes. A Merial Saúde Animal é uma *joint venture* dos setores de saúde animal e genética avícola da Merck Sharp & Dohme e da Aventis, criada em agosto de 1997. A empresa é líder mundial em pesquisa, desenvolvimento e comercialização de vacinas e produtos farmacêuticos para animais de produção e de companhia.

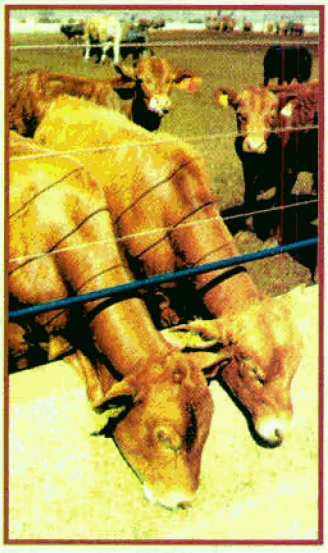
Central investe R$49 mil em touro limousin

A Lagoa da Serra, uma das principais centrais de inseminação artificial do país, arrematou no fim de setembro 50% do touro limousin *Hércules*, durante leilão virtual da RBS, realizado na Expointer 2000. Cinco minutos antes do fechamento do leilão, o presidente da central, Guus Laeven, deu o último lance, arrematando o touro por R$49 mil.

Após um difícil julgamento de duas horas, *Hércules* foi eleito o grande campeão limousin da feira, repetindo feito de 1999, em que também sagrou-se o grande campeão da raça.

Programa divulga seus primeiros resultados

Em seu primeiro ano de existência, o Centro de Avaliação de Touros, maior programa privado de seleção de reprodutores de corte do país, está avaliando 656 tourinhos de oito diferentes raças (nelore, ângus, brângus, charolês, simental, caracu, santa gertrúdis e limousin). São 145 criadores de seis estados brasileiros que desde 23 de maio têm seus animais observados pelos mais competentes organismos pecuários do país, como o Núcleo de Zootecnia, responsável pela compilação dos dados; a Esalq, responsável pela estratégia e acompanhamento alimentar e a FZEA/USP, que fará as avaliações de carcaça com tecnologia de ultra-som. A pré-pesagem dos touros aconteceu em maio na Fazenda Nova, propriedade da Chalet Agropecuária (foto), localizada em Uberlândia, MG. Em junho, foram feitas a pesagem inicial e as primeiras medições oficiais do programa, já contando pontos para os resultados finais.



Evento leiteiro deve bater recorde de público

Acontece de 25 a 29 de outubro, no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo, a Expomilk 2000, o maior evento da cadeia produtiva do gado leiteiro. Chegando à nona edição, a feira promete bater recordes de público expositor e visitante, o que significa reunir os principais nomes e empresas do setor. São esperados cerca de 200 expositores.

O Brasil apresenta números de peso quando o assunto é pecuária leiteira: são 1,8 milhão de fazendas que equivalem a um terço das propriedades brasileiras, responsáveis por cerca de 2,7 milhões de empregos diretos. Quanto aos derivados, a população brasileira consome, anualmente, 80 milhões de quilos de manteiga, 450 milhões de quilos de queijo, 480 milhões de quilos de leite em pó e 3,5 bilhões de litros de leite longa vida. A importância desse setor estará representada na feira de negócios por meio dos fabricantes de leite e derivados. Participarão também fabricantes de máquinas e implementos agrícolas, insumos, produtos veterinários, nutrição animal, equipamentos para ordenha e manejo, inseminação artificial, equipamentos de conservação e purificação, abrigos para gado, equipamentos e ferramentas rurais, embalagens e codificação, equipamentos para indústria de transformação, veículos utilitários, logística e distribuição, comunicações rurais, órgãos de pesquisas, consultorias técnicas e instituições de financiamento.

Empresas fazem acordo comercial

Caterpillar Inc. e IronPlanet Inc. firmaram acordo comercial para facilitar a venda de equipamentos usados de construção em leilões *on-line*. O canal de leilões pela internet da Iron Planet complementa o canal principal de distribuição da outra empresa, sua rede de revendedores. O acordo apóia estrategicamente as iniciativas de *e-business* da Caterpillar, resultando em intercâmbio mais rápido de informa-

ções entre clientes, revendedores e fornecedores.

A IronPlanet, com escritório central em Pleasanton, Califórnia, foi fundada em 1999 para oferecer um mercado on-line para a prestação de serviços totais a compradores e vendedores de equipamento usado de construção pesada. Com escritório central em Peoria, Illinois, a Caterpillar é a maior fabricante mundial de equipamentos de construção e mineração, motores a diesel e a gás natural e turbinas a gás para uso industrial. Está relacionada entre as 100 maiores empresas mundiais na revista *Fortune*, com um faturamento de US$19,7 bilhões em 1999.

Brocólis-de-cabeça ocupa maior área de plantio



Os produtores de hortaliças descobriram que a melhor alternativa para aumentar os lucros são os produtos diferenciados. Um bom exemplo é o brócolis-de-cabeça, que vem incentivando os produtores a ampliar as áreas de plantio. A família Iaronka, tradicional no cultivo de hortaliças no Rio Grande do Sul, vem obtendo bons resultados com o cultivo anual de mais de 1 milhão de pés do híbrido Legacy, da Asgrow. Miguel Iaronka explica que aos poucos está substituindo o brócolis ramoso pelo de cabeça, com bons resultados, pois a cultivar tem boa adaptação à região e boa resistência a doenças. Toda a colheita de 250 caixas por dia (cerca de 1.300kg) é processada na propriedade rural localizada na região do Vale do Maquiné, RS, de onde já sai embalada em bandejas. Toda a produção é entregue diretamente para distribuição por uma grande rede de supermercados da região Sul. A Asgrow, marca de sementes de hortaliças, foi a responsável pela introdução do brócolis-de-cabeça no Brasil há cerca de nove anos.

Agricultor ganha atendimento no campo

Para atender a produtores e usineiros do interior do estado de São Paulo, a DPaschoal está disponibilizando o Agro-Saf, que oferece serviços e treinamento, com visitas planejadas. Os clientes da empresa ganham cobertura total em serviços de recapagem e orientação na escolha e utilização correta de pneus agrícolas para cada tipo de tarefa.

O serviço oferece ainda treinamento de montagem e atendimento ao trator nas fazendas para conserto e substituição de pneus.

O atendimento é realizado por um caminhão equipado com reservatório de água, compressor, guindaste e ferramentas para reparos em pneus agrícolas. O serviço é desenvolvido por profissional técnico especialmente treinado e por um técnico de frotas, especialista em pneus agrícolas. O atendimento é programado com antecedência pelo telefone 0800 183-373.



Aceiro químico reduz riscos de incêndios em florestas

O aceiro químico, técnica que contribui para que áreas reflorestadas não sejam atingidas por queimadas com a utilização de herbicidas, está fazendo sucesso entre os silvicultores. As plantas daninhas, que normalmente tomam conta das proximidades dos aceiros florestais e cercas, são um dos principais focos de queimadas, já que podem ser facilmente atingidas por faíscas ou material combustível – pontas de cigarro, fogo intencional ou faíscas de operações florestais.

Com a técnica, o silvicultor ganha na redução dos custos. De um modo geral, em áreas planas, à medida que o usuário tende a fazer duas ou mais intervenções, os custos com o uso do herbicida já passam a ser vantajosos. Em áreas de declive são bem menores do que com o método tradicional. Nas propriedades da Ripasa, uma das principais produtoras de papel e celulose do país, o aceiro químico protegeu 54 mil hectares de eucaliptos, principalmente nos períodos de maio a agosto, quando não chove.

OCB quer mais agilidade nas decisões do Recoop

A demora na implementação de novas medidas de ajustes no processo de contratação das operações junto aos agentes financeiros está comprometendo o Programa de Revitalização do Cooperativismo Brasileiro (Recoop). Recentemente, o governo federal, através do Comitê Executivo de Cooperativas, decidiu elaborar novas medidas de ajustes no processo de contratação das operações junto aos agentes financeiros. No entanto, nenhuma das medidas deliberadas foi posta em prática até agora.

Segundo o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Dejandir Dalpasquale, as cooperativas estão pressionando e querem mais agilidade no trâmite dessas decisões. Entre as reivindicações mais urgentes destacam-se a publicação e a regulamentação dos normativos para dar continuidade à contratação das operações de crédito do Recoop junto aos agentes financeiros. "Queremos a interferência do coordenador executivo do Recoop, José Gerardo Fontelles, para que a tão sonhada revitalização do setor cooperativista seja finalmente efetivada", diz Dalpasquale.

Cientistas recebem prêmio em ciências agrárias

Quatro cientistas e pesquisadores da área de ciências agrárias recebem no fim desse mês no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, os prêmios Santista e Santista Juventude, concedidos pela iniciativa privada a personalidades que se destacam nas ciências, artes e letras. Os vencedores do Prêmio des-

te ano são os pesquisadores mineiros Eliseu Roberto Andrade Alves, na área de desenvolvimento agropecuário e agronegócios, e José Oswaldo Siqueira, na de biotecnologia agropecuária.

Os ganhadores do Prêmio Santista Juventude, concedido a jovens cientistas e pesquisadores de



até 35 anos, são Alexandre Lima Nepomuceno, na área de biotecnologia agropecuária, e Maristela Franco Paes Leme (foto), na de biotecnologia agropecuária e agronegócios. Os premiados recebem R$140 mil (R$ 50 mil para cada vencedor do Prêmio Santista e R$ 20 mil para cada ganhador do Santista Juventude), além de medalhas e diplomas.

Brasil é sede de conferência sobre soja

O Brasil vai sediar em 2004 a VII Conferência Mundial de Soja. A conferência ocorre a cada cinco anos e se destaca pela alta qualidade dos trabalhos apresentados. A escolha do país sede da conferência é feita pelos 17 membros do Comitê Internacional, que representam as principais regiões envolvidas no complexo soja (América Latina, América do Norte, Ásia, África, Austrália e Europa). Para sediar o evento, o país precisa preencher uma série de requisitos, como ter apoio de órgãos governamentais e dispor de infra-estrutura para eventos e oportunidades de visitas a setores envolvidos no complexo, como cooperativas e instituições de pesquisa.

Para a realização do Congresso serão investidos aproximadamente US$ 1 milhão. Estima-se a participação de 3 mil pessoas, entre agricultores, pesquisadores, estudantes e agrônomos da assistência técnica. A Embrapa é a principal instituição promotora do evento.

Ipef faz curso de geotecnologia aplicada

Nos dias 25 e 26 de outubro, o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (Ipef) vai realizar na Esalq/USP, em Piracicaba, SP, o Curso Geotecnologia Aplicada à Gestão Ambiental. O curso é voltado para aplicação prática, não se prendendo a conceitos básicos e sim a técnicas, soluções e exemplos práticos e aplicação. Serão abordados os seguintes temas: principais módulos de um SIG; ferramentas SIG em ambiência; variabilidade espaço-temporal do clima; zoneamento ambiental; ecologia de paisagem; estudos da fauna; riscos ambientais: incêndios, inundação e geada; propagação de pragas e doenças; bancos de dados georreferenciados; monitoramento integrado; gestão de bacias hidrográficas; simulação hidrológica; predição de erosão e sedimentos; e área variável de afluência. Mais informações pelos telefones (19) 430-8603, 430-8602 e e-mail: eventos@carpa.ciagri.usp.br. A programação está disponível também no Ipef On Line, no endereço www.ipef.br/eventos.

Empresa lança novo respirador no mercado

A grande maioria dos trabalhadores rurais no Brasil fica em contato direto com produtos tóxicos e não utiliza equipamentos de proteção durante a preparação da calda (mistura do agrotóxico antes da aplicação) e no emprego de agrotóxicos no campo. O maior problema detectado nesse segmento é a falta de conhecimento da importância da utilização dos sistemas de proteção humana. Para



contribuir com o aumento da utilização desses sistemas está sendo disponibilizado pela 3M o respirador 8023, confeccionado com fibras que permitem a inspiração por toda a máscara e exalação exclusivamente feita por válvula filtrante posicionada na região frontal da peça, o que propicia maior facilidade no processo de expiração. O novo respirador oferece maior conforto ao usuário por conta da redução do calor interno na máscara via válvula filtrante que expulsa ar úmido e quente.

Qualidade de carne é discutida na Internet

A Embrapa Suínos e Aves promove de 16 de novembro a 16 de dezembro a I Conferência Internacional Virtual sobre Qualidade de Carne Suína, que pretende trazer novidades sobre as questões que envolvem o bem-estar animal e influenciam diretamente a qualidade da carne. Além de propor alternativas para o bem-estar dos animais, a conferência será importante para o bolso dos produtores e para a competitividade das agroindústrias brasileiras. Entre os pesquisadores que já confirmaram presença na conferência estão especialistas de universidades da Dinamarca, país que mais pesquisa o bem-estar animal. A participação no evento será gratuita e aberta a quem acessar o endereço http://www.cnpsa.embrapa.br/pork

Clone de cajueiro-anão atende a consumo in natura

Um caju mais doce, com coloração mais atrativa e próprio para o consumo *in natura* são algumas das características do novo clone de cajueiro-anão precoce BRS 189 que a Embrapa Agroindústria Tropical lança no fim deste mês na VII Frutal 2000, em Fortaleza, CE. O consumidor não terá acesso ao produto imediatamente. Por enquanto, a tecnologia será transferida para os viveiristas que multiplicarão o material genético desenvolvido para comercialização junto aos produtores e agroindústrias. A expectativa é de que em três anos o caju resultante do clone BRS 189 chegue à mesa do consumidor.

O novo clone exigiu 10 anos de estudos e foi desenvolvido especialmente para o cultivo irrigado e para o consumo de mesa *in natura*. Para isso, os pesquisadores da Embrapa estudaram atributos e características capazes de atrair a atenção dos consumidores. Uma das características marcantes do BRS 189 é a sua coloração avermelhada. Outra característica muito importante está na textura da polpa do pedúnculo.

Durante os testes apresentou resistência superior aos clones que estão no mercado. Mesmo sem estudo sobre o tempo de vida de prateleira do pedúnculo, desde a colheita até chegar ao consumidor, a expectativa é de que o tempo de vida de prateleira possa ser maior, devido à consistência da polpa.

Proteja a sua lavoura das pragas e doenças

A Cultivar é a única revista brasileira especializada no controle de pragas, doenças e plantas daninhas que afetam a sua lavoura. A começar pela sanidade e qualidade das sementes

Cultivar



Criação: Fabiane Rittmann / Foto: Anibal Molina

Assinaturas

Pedidos pelo telefone: (53) 272.2128 ou e-mail: cultivar@cultivar.inf.br

site: www.cultivar.inf.br

NESTA edição

3 Abre aspas: Mário Lanznaster

Fator de união

O leitor já deve ter identificado o feijão Azulão nas prateleiras dos supermercados e certamente não se deu conta de que o produto é resultado do esforço coletivo de 10 mil produtores cooperativados do Oeste catarinense, mais precisamente os integrantes da Cooperativa Regional Alfa (Cooperalfa). Para falar da experiência pioneira dessa cooperativa AGROANALYSIS entrevistou seu presidente, o engenheiro agrônomo Mário Lanznaster.

14 Crédito, renda & liquidez

Teste da renda

Riscos e incertezas sempre marcaram a atividade rural, sem instrumentos que garantam a renda do setor

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

16 Cenários para a safra 2000/2001

Marco atingido

A safra 2000/2001 deve chegar enfim à produção de mais de 90 milhões de toneladas de grãos

ANDRÉ PESSÔA E ERALDO FIORE

20 Mercado de insumos

Ciranda de empresas

Grande movimento de fusões e aquisições dinamiza os negócios de insumos e máquinas agrícolas

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Perdendo mercado 22

Caiu o desempenho global dos defensivos agrícolas. Mas, pelo menos no Brasil, há motivos de otimismo

PETER AHLGRIMM

24 Aviação agrícola

Decolagem difícil

Apesar do potencial, o serviço aéreo de pulverização agrícola se ressente de falta de recursos

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

25 Eletrificação rural

Campo aceso

O cenário do campo muda velozmente, enfim iluminado pela chegada da energia elétrica

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

27 Agricultura familiar

Terapia intensiva

A agricultura precisa mudar sua imagem e sensibilizar a população urbana para suas dificuldades

Retrato em família 31

Projeto do Incra/FAO e censo agropecuário estudam as famílias no campo a partir de suas relações de produção

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

DA redação

A PRODUÇÃO CRESCE. E A RENDA?

Tradicionalmente, a Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMR) realiza em agosto-setembro um seminário intitulado Perspectivas da Safra de Verão. É sempre sucesso de público e renda. Bem menos de repercussão na mídia. Nossa imprensa em geral padece de crônica dificuldade em encontrar a notícia nova. Especializou-se no ontem. Mas isso é outra história.

O seminário da ABMR encontrou a fórmula mágica, porque simples e óbvia. Quem são os agentes econômicos capazes de em agosto-setembro captar os macrossinais da intenção de plantio dos agricultores, a se materializarem seis meses depois da colheita? Obviamente, os associados da ABMR, ou seja, gerentes e diretores das empresas supridoras de insumos à agricultura. Aqueles profissionais que, em seu dia-a-dia, têm por dever de ofício definir e depois fazer cumprir as metas de venda de sementes, fertilizantes, defensivos, seguros, máquinas e financiamento. Esse é o segredo da ABMR: trazer como conferencistas quem tem o dever profissional de tomar o pulso da agricultura, pois é desse batimento cardíaco que meses depois resultará a safra brasileira de grãos.

E qual foi o resultado da previsão para 2000/01? De extremo otimismo. A produção brasileira de grãos de 2001 deverá superar, talvez por alta margem, a casa das 90 milhões de toneladas. Se São Pedro colaborar, poderá, até mesmo, aproximar-se das 100 milhões de toneladas.

Razões para a expansão da área é claro que há aos montes. A liberalização cambial do início de 1999 trouxe elevação de custos à agricultura. De outro lado, me-

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

IBRE Instituto Brasileiro de Economia

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 559-6000.

PRESIDENTE FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

DIRETOR GERAL: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

DEMAIS VOGAIS: Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

Demais Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco CCF Brasil S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

SUPLENTES: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S/A), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico S/A).

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais), Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

DIRETOR: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Roberto Fendt

lhorou as condições de competição da produção brasileira, tanto nas exportações, quanto na disputa com os importados no mercado interno. A taxa de juros permanece estratosférica, mas percorrendo tendência baixista. E, principalmente, a economia brasileira vem crescendo a taxas razoáveis, com perspectivas de continuidade, exceto num cenário improvável de a alta dos preços do petróleo transformar-se em crise, desdobrando-se numa recessão global.

O resultado de tudo isso é que o novo algodão cresce a braçadas, no Centro-Oeste; o milho, a grande vedete, deve registrar expansão importante e, mesmo a soja, cujas cotações internacionais não atravessam momento mais favorável, praticamente repetirá a área total de plantio do ano anterior, embora cedendo espaço ao milho em regiões agrícolas mais consolidadas.

Mas qual será o efeito da maior safra sobre a renda da agricultura? O que acontecerá, por exemplo, se a alta do petróleo for mais intensa? É claro que a maior disponibilidade de alimentos e matérias-primas é importante fator de estabilização monetária, capaz mesmo de compensar o efeito inflacionário do petróleo. Mas vai que alguém erra e resolve arrochar a política monetária justo na época da colheita... Vai que, por acaso, o arrocho permaneça ou até se agrave durante os meses de comercialização da safra... Vai que, por esta ou aquela razão, o bom ritmo de crescimento econômico do país se reduza, drástica e repentinamente...

Esse é o risco. A renda da agricultura em 2001 pode apresentar significativa recuperação. A área plantada certamente contribuirá para esse cenário. Os tratos culturais, que começam com o preparo da terra e a escolha de insumos adequados, terão pequenos problemas. Exemplo é a escassez de sementes de milho de melhor qualidade. Cabe a São Pedro assegurar condições climáticas propícias. E cabe às autoridades governamentais zelar pelas condições macroeconômicas adequadas à continuidade do crescimento. Disso depende a concretização da desejada retomada do crescimento da renda agrícola.

Centro de Estatísticas e Análises Econômicas: Salomão L. Quadros

Centro de Estudos Agrícolas: Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos de Preços: Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Políticas Sociais: Marcelo Neri

Coordenadoria de Projetos / Gerência Administrativa: Regina Celia Reis de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica: Roberto Fendt

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Revista mensal de agronegócios da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Fundador – Julian M. Chacel

Chefe do CEA/IBRE – Ignez Vidigal Lopes

Redação – Redator-chefe: Regis Alimandro

Redatores setoriaiss: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Luiz Antonio Pinazza (pecuária e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV–Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do milho e cacau) e Stivilane Dornelas (cooperativas)

Redatores: César Garcia e Adelaide Oliveira.

Arte: Osvaldo Moreira (editor), Ana Elisa Galvão, Juliana Prado e Norma Massa (diagramadoras).

Revisor: Capi.

Colaboradores: Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Gregory Honczar, Viviane Seda (apoio técnico), Antonio Danieleto Filho (digitação), Bruno da Silva Júnior (suporte técnico), Raquel da Silva Guedes e Rômulo Garcia (estagiários).

Publicidade – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 559-5623; fax: (21) 559-5616 e 551-4049; e-mail: caique @fgv.br

Representantes comerciais: Rio – Milla de Souza: telefax: (21) 533-3121/1601, 524-2757 e e-mail: triunvirato@openlink.com.br; São Paulo – José Mario Brito: tel.: (11) 9222-9480, 3875-2313, fax: (11) 3875-2313 e endereço eletrônico: reparte@uol.com.br; Rio Grande do Sul – Ararê Vargas: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.

Assinaturas / Circulação – Ana Lúcia Botelho Brandão – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 559-6040, fax: 21 559-6039; endereço eletrônico: agroanalysis@fgv.br

Livrarias: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 559-5535 e fax: 559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

Secretaria e apoio administrativo: Denize e Silva Melo

Visite nossa home page: http://www.fgv.br

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte. As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS – Praia de Botafogo, 190, sala 804, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax (21) 551-4049, ou para os e-mails regis@fgv.br, cgarcia@fgv.br ou ainda o fax (21) 559-5616.

***Para assinar, ligue grátis:* 0800-257788.**

NESTA edição

Preços do agronegócio 41

Tendências 42

Rios 45

A era fluvial
O futuro estará em breve navegando pelas hidrovias do Brasil no rumo certo do desenvolvimento
Décio Teixeira da Costa Nazareth

Consumo 46

Politicamente equivocado
O caso da vaca louca provou que um simples boato pode causar a derrocada de todo um setor de mercado
Hélio Schorr

Carne de frango 48

Reestruturação difícil
Ainda que as vendas tenham crescido em proporções globais, muitas empresas brasileiras têm que se reestruturar
Argemiro Luís Brum

Trigo 50

Administrar a escassez
O baixo consumo de trigo no Brasil não dispensa pesadas importações – maiores ainda com a frustração da safra
Fernando Roberto de Freitas Almeida

Perfil do produtor rural, parte III 51

Propensão a migrar
Com menos emprego e estabelecimentos em liquidação no campo, cresce o êxodo rural das novas gerações

Os próximos 20 anos 55

Agribusiness
Global e desigual
Projeções para o período de 1995 e 2020 deixam ver novas oportunidades mas advertem: a fome não vai acabar

Pecuária
A outra revolução
Até 2020 o aumento do consumo de carnes nos países em desenvolvimento será irreversível
Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

Diário de bordo 66

Pagar pela água
No mundo todo ganha corpo a tese de se cobrar pelo uso da água, de quem quer que a consuma. O governo federal promulgou uma lei que deverá entrar em vigor em 2001, estabelecendo taxas a pagar. Na agricultura, não só as culturas irrigadas, mas até a água consumida nas casas, oficinas e escritórios das fazendas será paga. Mesmo quem gastou recursos próprios para fazer captação em sua propriedade ou fez poço de qualquer tipo, pagará pela água consumida.
Roberto Rodrigues

Teste da renda

Riscos e incertezas sempre marcaram a atividade rural, sem instrumentos que efetivamente garantam a renda do setor

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

A safra de verão 2000/01 de cereais e oleaginosas alça o vôo para um recorde certo. Embaladas pelas vendas de insumos e máquinas, as áreas dão sinais de crescimento. Combinando-se a isso fatores climáticos favoráveis, a colheita poderá galgar o patamar dos 90 milhões de toneladas.

Se o céu não é de brigadeiro – pois as *commodities* agrícolas andam com cotações em baixa e os estoques em níveis razoáveis no mercado internacional – pelo menos o setor demonstra uma vitalidade que parecia perdida desde 1994/95.

Produção e renda

A hipótese a ser trabalhada é a de uma produção generosa. Seus efeitos serão positivos na recomposição dos estoques nacionais, praticamente zerados após beirar 15 milhões de toneladas em 1996. As importações de bens agrícolas também deverão se reduzir, economizando o país preciosas e escassas divisas. Nesse cenário virtuoso, para o produtor fica a questão angustiante: uma colheita maior significará mais renda?

Ao sabor das livres forças de mercado, renda e produção na agricultura raramente andam no mesmo sentido e intensidade. Tudo depende de seu impacto na oferta e demanda dos bens, quase sempre em movimentos opostos. Sem instrumentos para minimizar riscos de desabamento dos preços e incertezas de quebras na colheita, o agricultor fica numa posição bem vulnerável.

Seja ou não tarde para isso, os tomadores de decisão do agribusiness, do governo ou da iniciativa privada, devem olhar com carinho a formação de renda setorial no próximo ano. Caso se encontrem saídas para o estabelecimento de políticas públicas e instrumentos de mercado para sustentação da renda nos cereais e oleaginosas, as expectativas são promissoras.

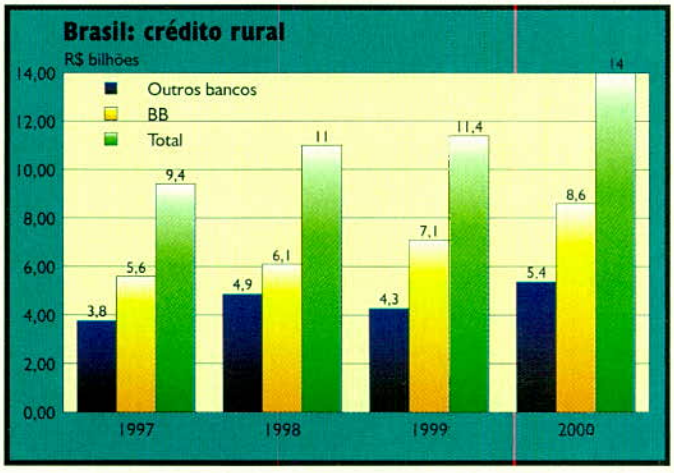
As condições atuais sopram a favor de um crescimento consistente de médio prazo. Uma esperança sempre nutrida, mas nunca alcançada: nos últimos 20 anos, a safra nacional caminha aos soluços, com altas e baixas momentâneas.

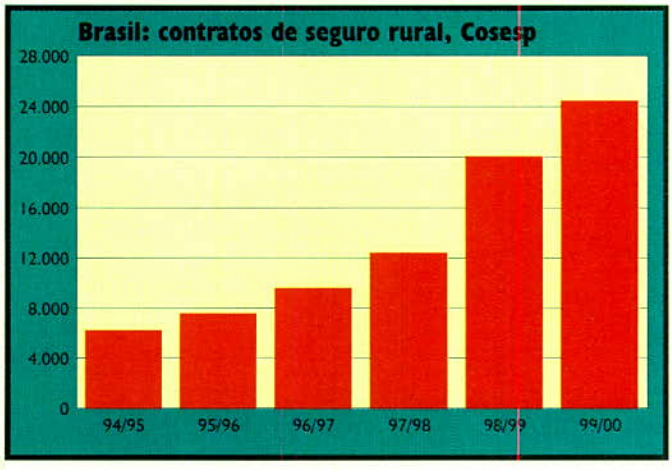
Dificuldades e paliativos

Paira ainda na agricultura uma larga pendência relativa ao pagamento dos créditos rurais. De natureza complexa e demorada, a solução para essa pendência ainda não foi encontrada.

A securitização e o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) serviram para amenizar a situação. Foram paliativos. Em valores de maio último, as dívidas remontam a cerca de R$32 bilhões, dos quais dois terços com o Banco do Brasil e um terço com os bancos privados. No Banco do Brasil, 21,4% dos mutuários, com operações correspondentes a 36,7% do total, aderiram à securitização e ao Pesa.

Quanto aos recursos anunciados para a safra, persiste a dúvida





sobre se os valores são novos ou renegociados. A tomada de crédito tem ficado abaixo do prometido, porque os agricultores não possuem cadastro suficiente para absorver outras operações. Já vimos esse filme nas temporadas 1998/99 e 1999/00.

Recursos à vista

A safra 2000/01 foi beneficiada com a redução dos recursos compulsórios dos bancos retidos pelo Banco Central: em setembro de 1999 caiu de 75% para 65%; em março de 2000 recuou para 55% e em junho para 45%. Outras reduções são esperadas ainda para este ano. Isso evidentemente estimula a economia rural e os agronegócios com mais dinheiro da conta exigibilidade: 25% dos depósitos à vista à taxa de juros de 8,75% ao ano.

Pelos cálculos do Banco do Brasil, R$1,5 bilhão serão alocados aos agricultores de seus depósitos à vista. O valor supera em 30% o liberado no ano passado. Já a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) calcula a liberação de R$5,45 bilhões da exigibilidade, em torno de 28% superior ao montante da safra passada. No total, as contas somam cerca de R$14 bilhões, quase 23% acima dos R$11,3 bilhões de 1999.

Existem outras fontes de recursos para custear a safra. É o caso da chamada 63 caipira. Depois de ter alcançado o topo em 1998/99, com R$600 milhões, minguou na temporada 1999/00 e caiu para R$18 milhões. Sendo dinheiro tomado no estrangeiro, a turbulência cambial e a piora na avaliação do risco Brasil contiveram sua tomada. Com a volta da confiança dos mutuários, a recuperação econômica e um câmbio mais estável, o Banco do Brasil trabalha com a perspectiva das operações chegarem a R$300 milhões até o final do ano. Entre janeiro e julho o valor ficou em R$180 milhões.

A cédula e o seguro

Há ainda as duas modalidades da Cédula do Produtor Rural (CPR): a que prevê liquidação financeira, com entrega física do produto no vencimento do contrato, e a de exportação, para cooperativas e produtores realizarem diretamente as exportações. Todos são títulos com aval bancário. Nos oito primeiros meses do ano, os negócios com CPRs ficaram perto de R$324 milhões, 237% acima de 1999, quando o papel movimentou R$146 milhões. Até o fechamento do ano esse valor poderá ultrapassar R$500 milhões.

Fora da área de financiamento, o seguro rural, embora incipiente no país, vem mostrando um desempenho favorável. Os contratos nos últimos seis anos tiveram uma evolução de 285%. Ainda assim, o volume segurado significa muito pouco em relação ao valor bruto da produção agrícola nacional. Enquanto o setor movimenta a cada ano US$1,8 bilhão nos Estados Unidos, US$803 milhões na França e US$50 milhões no México, aqui gira em torno de US$22 milhões.

E-mail: regis@fgv.br e pinazza@agroceres.com.br

Mundo: seguro rural – 1999

País	Área cultivada ha milhões	Volume de prêmio	Subsídios de prêmio
EUA	181,1	1.800	50
Brasil	45,4	22	0
México	27,3	50	30
Espanha	19,2	230	47
França	18,5	830	0
Alemanha	12,1	130	0
Portugal	2,9	55	65

Fonte: Munchener Runk.

Banco do Brasil: Programa Especial de Saneamento de Ativos

	Faixa em R$					
	Até 200 mil	200.001– 500 mil	500.001– 1 milhão	1.000.001– 2 milhões	Acima de 2 milhões	Total
Número de mutuários	2.359	634	282	166	163	3.604
%	65	18	8	5	5	100
Valor em R$ mil	149.270	204.850	195.570	230.680	1.329.070	2.109.440
%	7	10	9	11	63	100
% de mutuários no Pesa	0,3	6,0	13,6	–	15,1	–

Banco do Brasil: recursos para a agricultura

	Faixa em R$						
Saldo crédito rural, maio 1999	1–10 mil	10.001– 50 mil	50.001– 200 mil	200.001– 500 mil	500.001– 1 milhão	Acima de 1 milhão	Total
Número de mutuários	513.658	134.774	38.446	10.530	2.071	2.178	701.658
%	73,21	19,21	5,48	1,50	0,30	0,31	100,00
Valor em R$ mil	1.413.440	3.848.580	4.992.170	3.487.240	1.376.010	8.892.200	24.009.640
%	5,89	16,03	20,79	14,52	5,73	37,04	100,00
Dívidas rurais securitizadas							
Número de mutuários	69.547	44.547	24.268	7.586	162	172	146.292
%	47,54	30,45	16,54	5,19	0,11	0,12	100,00
Valor em R$ mil	238.940	1.076.560	2.516.860	1.904.410	108.780	958.960	6.804.530
%	23,63	15,82	36,99	27,99	1,60	14,09	100,00
% mutuários na securitização	10,20	33,10	63,10	72,04	7,80		

Marco atingido

A safra 2000/01 deve chegar enfim à produção de mais de 90 milhões de toneladas de grãos

ANDRÉ PESSÔA E ERALDO FIORE

O fato de a safra brasileira de grãos em 1999/2000 ter ficado em torno de 82 milhões de toneladas ainda pode ser considerado positivo, tendo em vista os diversos problemas climáticos enfrentados: a forte estiagem, que atrasou o plantio das lavouras de verão nas regiões Sul e Sudeste e castigou também a safrinha de milho nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul; fortes geadas que em julho e agosto dizimaram o trigo e o que restava de milho safrinha no Paraná.

Sem esses problemas, a safra 1999/2000 poderia ter alcançado 86 a 87 milhões de toneladas. Contribuiu decisivamente para esse quadro positivo a regularização do regime de chuvas na região Nordeste, o que significou pelo menos 2 milhões de toneladas a mais.

Desempenhos razoáveis

As perspectivas para a safra de grãos 2000/01 devem levar em conta que a agricultura contou quase sempre com um bom volume de grãos para comercializar ao longo de 2000, e que os mercados das principais lavouras geradoras de caixa (soja, milho e cana-de-açúcar) demostraram desempenho pelo menos razoável.

No caso da soja, entre fevereiro e maio de 2000 os preços em dólar estiveram bem melhores do que de fevereiro a maio do ano passado (entre 15 e 20% maiores). Depois de junho, os preços caíram de forma expressiva. Ainda assim, em média não ficaram em patamares menores do que os de 1999 no mesmo período.

No caso do milho, a continuidade do quadro de escassez nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste e a melhor liquidez – conseqüência direta da queda da taxa de juros de 45% a.a. na colheita de 1999 para 19% a.a. na colheita de 2000 – garantiram um ótimo ano para a comercialização e boa rentabilidade para os produtores, principalmente os de produtividade mais elevada.

Quanto à cana-de-açúcar, a forte estiagem que castigou o Centro-Sul do país no segundo semestre de 1999 e no primeiro de 2000 reduziu a produção em cerca de 50 milhões de toneladas. Mesmo com o bom desempenho da safra nordestina (beneficiada pelas chuvas), a disponibilidade de matéria-prima para usinas e destilarias foi severamente reduzida, promovendo uma disparada de preços de açúcar, álcool e principalmente da cana.

Pode-se somar a esse quadro o fato de que a pecuária de corte vem atravessando outro ano muito bom em termos de rentabilidade, o terceiro consecutivo, o que contribui e muito para reforçar o caixa daqueles produtores que se envolvem simultaneamente com agricultura e pecuária.

Menos crescimento, mais liquidez

Embora o crescimento de 2000/1999 (4,5%) seja menor que o verificado em 1999/1998 (11,9%), o resultado para os produtores foi melhor em 2000, do ponto de vista da liquidez.

Em 1999, além do forte crescimento da renda nominal, a elevação ainda maior nos custos de produção anulou na maioria das lavouras – e até superou em algumas – o crescimento de renda.

Dos principais itens do custo de produção das principais lavouras em 2000, o único que sofreu elevação significativa foi o óleo diesel. Embora isso tenha colaborado para deixar a relação de troca em 2000 sem crescimento, o resultado em termos de poder de compra ainda é de crescimento em relação a 1999, graças ao bom desempenho da produtividade.

Ainda não será possível retornar aos patamares alcançados em 1998, mas pelo menos reverte-se a tendência de queda de 1999, quando os mercados de insumos sofreram queda nas suas vendas decorrentes do menor poder de compra.

Pagando as contas

Em relação à disponibilidade de crédito, embora ainda muito longe da ideal, a situação também melhorou um pouco por dois motivos fundamentais: adimplência maior e queda na taxa de juros.

Com a melhoria da liquidez e da geração de caixa, os agricultores voltaram a pagar suas contas sem atraso, tanto aos fornecedores quanto aos bancos financiadores, principalmente o

Lavouras selecionadas: comportamento esperado para as safras 1999-2000 e 2000-2001

	Área plantada (MM ha)			Produção (MM t)		
	1999/00	2000/01	Var. %	1999/00	2000/01	Var. %
Arroz	3,7	3,4	-6,9	10,9	10,2	-6,4
Algodão	0,8	1,0	20,8	1,8	2,3	25,9
Feijão	4,4	4,4	2,0	3,1	3,0	-3,8
Milho	12,6	13,3	5,8	31,5	37,6	19,5
Soja	13,5	13,4	-1,0	31,8	33,1	4,3
Trigo	1,5	1,5	2,4	2,0	2,8	42,8
Outros	1,3	1,4	7,9	1,5	2,1	39,9
Total grãos	37,7	38,5	2,0	82,5	91,1	10,4

Fontes: Para 1999/00, IBGE. Para 2000, estimativas da Agroconsult.

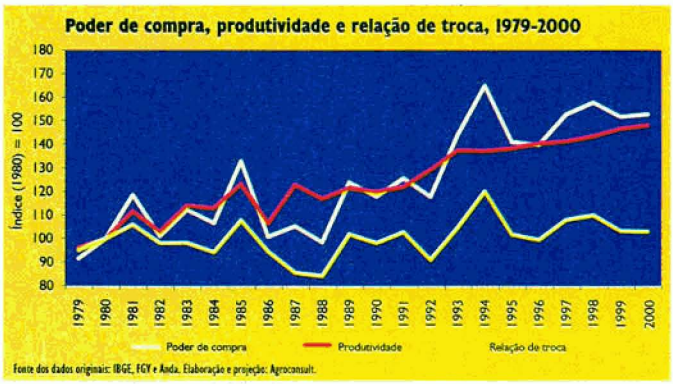
Renda nominal das lavouras e da pecuária, 1998-2000

Grupos	Renda 1998	Renda 1999	Renda 2000	Var % 99/98	Var % 00/99	Var. abs. 00/99
Lavouras	28,2	31,6	33,0	11,9	4,5	1,4
Pecuária	20,8	25,2	29,1	20,7	15,6	3,9
Total	49,0	56,7	62,0	15,6	9,4	5,3

Fontes: 1998 e 99, informações do IBGE e FGV. Para 2000, estimativas da Agroconsult.

Banco do Brasil.

A queda na taxa de juros promove dois efeitos: torna mais competitivo o mercado de oferta de crédito entre fornecedores de insumos e *tradings* e aumenta a quantidade de recursos atrelados à equalização de taxas de juros, pois o *spread* entre o custo de captação e a taxa de empréstimo diminui. Ou seja, com os mesmos R$500 milhões para equalização, pode-se equalizar mais que os R$6 bilhões de 1999.



Outro aspecto importante a ser considerado nas perspectivas do plantio da safra 2000/2001 é a sensível melhoria nas estratégias de comercialização dos agricultores na temporada 1999/2000.

Boa parte da soja foi vendida logo após a colheita, no exato momento em que os preços permitiam uma boa relação de troca com os principais insumos, que em geral reduzem seus preços nesse período. O fato de as entregas de fertilizantes terem fechado o primeiro semestre 45% acima do mesmo período em 1999 é um bom indicativo dessa melhor performance na comercialização.

Mais tecnologia

Tudo leva à expectativa de progressos no uso de tecnologia para a próxima safra de grãos. A forte procura por sementes melhoradas (particularmente de milho) e a provável quebra de recorde na venda de fertilizantes são indicativos dessa tendência.

A Agroconsult estima um crescimento entre 15 e 18% na venda de sementes, de 10 a 12% na venda de fertilizantes e de 5 a 8% na venda de defensivos.

Considerando-se a provável normalização das condições climáticas em todas as regiões produtoras de grãos do país, espera-se uma evolução da área plantada em torno de 2,4% e um crescimento da produção nacional de grãos para 91,1 milhões de toneladas.

Soja: área menor

Espera-se uma redução de área plantada com soja em todos os estados das regiões Sul e Sudeste, onde deve haver cessão de área para a lavoura de milho. No Centro-Oeste deve-se manter relativa estabilidade nos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal e crescimento de área apenas no Mato Grosso. Também devem crescer as áreas de soja em Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia.

Em geral, espera-se um plantio de 13,4 milhões de hectares – uma queda de 1% ante os 13,6 milhões da safra 1999/2000.

A produção deve contar com nova colheita recorde, ligeiramente superior a 33 milhões de toneladas, com a recuperação da produtividade nas regiões mais afetadas pelas adversidades climáticas de 1999, como é o caso do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia, uma parcela das áreas mais nobres plantadas com soja deve migrar para culturas de milho e algodão, que são mais rentáveis por área que a soja.

O principal limitador à expansão dessas lavouras nos cerrados tem sido a baixa liquidez, que, no entanto, melhorou bastante nos últimos dois anos, em particular para o milho, o que estimula alguns produtores de soja a mudar de lavoura na safra 2000/01.

Área plantada não cai

Três condições no entanto devem ser atendidas para que tal migração ocorra: as terras têm que apresentar fertilidade alta e equilibrada, para garantir que a produtividade seja elevada em quaisquer das lavouras escolhidas; o produtor deve possuir boa disponibilidade de recursos em caixa, já que as lavouras de milho e principalmente as de algodão são mais caras por hectare que a soja; e por último, é necessário ter equipamentos adequados para plantio e colheita de milho e algodão.

Mesmo com essa migração para algodão e milho, a área plantada com soja nesses estados não deve cair, pois o processo de abertura de novas áreas de cultivo é suficientemente vigoroso para garantir a compensação da parcela de terras que vai migrar para outras lavouras.

Vários fatores sustentam a área de soja praticamente inalterada, destacando-se a acentuada antecipação da comercialização, aproveitando bem o período entre fevereiro e maio para conseguir uma boa relação de troca com os principais insumos; a ótima produtividade alcançada nas áreas de cerrados e a tradicionalmente boa liquidez da soja.

A safra 1999/00 poderia ter alcançado 86 a 87 milhões de toneladas. Contribuiu decisivamente para esse quadro positivo a regularização do regime de chuvas na região Nordeste, que significou pelo menos 2 milhões de toneladas a mais.

Destaque para o milho

O milho deve ser mesmo o grande destaque na safra de verão 2000/2001. Cresce cerca de 900 mil hectares na área plantada – de 9,7 para 10,6 milhões de hectares, 9,1% a mais sobre a safra 1999/2000.

Os destaques ficam por conta das regiões de alta produtividade, como os estados do Paraná, São Paulo, o Sul do Mato Grosso do Sul, Goiás e as regiões de Barreiras na Bahia e Balsas no Maranhão. A maior parte desse crescimento se dará sobre áreas em que se plantou soja ou feijão na safra passada.

Em termos relativos, o maior crescimento (24%) é esperado para o estado do Mato Grosso. Em termos absolutos, o Paraná se destaca, com crescimento de 210 mil hectares.

Mais uma vez, considerando a normalização climática, espera-se recuperação da produtividade nos estados mais afetados pela seca de 1999, o que permitiria uma colheita de 30,6 milhões de toneladas, crescimento de 9,9% sobre os 27,8 milhões de toneladas da safra 1999/2000.

O crescimento só não será maior pela limitação na disponibilidade de sementes de alto padrão tecnológico e pelo aumento recente do custo de fertilizantes nitrogenados.

O bom desempenho dos setores de carnes tanto no mercado interno – influenciado positivamente pela recuperação da economia –, quanto no externo – influenciado pelos ganhos de competitividade decorrentes da desvalorização do real –, tem contribuído para uma demanda sustentada mais firme de milho no mercado.

Boa rentabilidade

Os preços obtidos pelos produtores nos últimos três anos possibilitam uma rentabilidade muito boa para o milho quando comparado às lavouras concorrentes.

A escassez de 1999 e a forte redução na taxa de juros em 2000 mudaram a estratégia de abastecimento dos grandes consumidores, que passaram a formar estoques de médio e longo prazos. Desse modo os preços não caem tanto durante o período de colheita, mas também não encontram espaço para crescer muito no segundo semestre.

Para a safrinha de 2001 espera-se pequena redução da área plantada, decorrente da retração do plantio de soja no Paraná na safra de verão.

No Brasil, espera-se uma redução de 120 mil hectares, ou 4%, sendo que a queda esperada é de 130 mil hectares só no Paraná – redução de 11%.

Em relação à produção, espera-se forte recuperação, alcançando cerca de 7 milhões de toneladas. Em 2000 a seca prolongada e as geadas promoveram uma redução de pelo menos 3 milhões de toneladas no Paraná, em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás.

No total da safra 2000/2001, a área plantada de milho estaria passando de 12,6 para 13,3 milhões de hectares, e a produção crescendo 19,5%, alcançando 37,6 milhões de toneladas.

Para voltar ao equilíbrio, o mercado de milho precisaria de 40 milhões de toneladas do cereal na safra 2000/2001. Ou seja, pode-se esperar mais um ano com preços remuneradores para milho, embora menores em média entre R$1,00 e 2,00 por saca que aqueles praticados em 2000.

Rentabilidade superior

A alta produtividade das lavouras de algodão plantadas na região Centro-Oeste, sobretudo no Mato Grosso, vem garantindo aos cotonicultores rentabilidade superior às das demais culturas, mesmo quando somamos a rentabilidade de soja seguida de milho safrinha.

No Mato Grosso, por exemplo, boa parte dos produtores alcança média de R$1.000,00/ha de lucro no algodão. Esse bom desempenho econômico tem sido o principal motivo da expansão da lavoura nos cerrados.

A escala de plantio que vem sendo utilizada na região Centro-Oeste permite que muitos agricultores utilizem algodoeiras próprias, agregando valor a seu produto, além de prestar serviços a terceiros, o que os ajuda a pagar investimentos em beneficiamento de forma relativamente rápida.

Área maior para o algodão

O financiamento das lavouras tem sido facilitado pela mudan-

ça de postura das empresas de insumos, principalmente de defensivos, que passaram a vender com prazo de safra. Por outro lado, a liquidez continua aquém do desejado, podendo melhorar a partir de 2000, caso os produtores de fato viabilizem canais de exportação.

A área plantada com algodão deve aumentar 20,8% na safra 2000/2001, o que equivale a um aumento de 170 mil hectares. Os expressivos ganhos de produtividade que as lavouras de cerrados têm alcançado devem fazer com que esse aumento na produção seja ainda maior que o aumento de área.

Espera-se acréscimo de 26% ou 470 mil toneladas de algodão em caroço. O aumento de área plantada e produção deve novamente concentrar-se no Mato Grosso, onde se espera um acréscimo de 30% na área plantada e 36% na produção.

Arroz: problemas de importação

A área cultivada de arroz na safra 2000/2001 deve ser aproximadamente 7% inferior à da safra 1999/2000. Os baixos preços do produto em 2000 são o principal motivo da redução. As importações oriundas do Mercosul continuam sendo sério problema. No Rio Grande do Sul, principal estado produtor de arroz no Brasil, a redução da área plantada deve ser ainda maior, com queda de 11% ou 110 mil hectares. Os rizicultores desse estado enfrentam problemas para a tomada de crédito, tanto junto ao setor público quanto ao privado.

Uma forte redução da área plantada também é esperada em Mato Grosso, com queda de 18,5% ou 125 mil hectares. Além dos baixos preços em 2000, a utilização de áreas de renovação de pastagens para plantio de soja reduz a necessidade de abrir áreas de cerrado utilizando-se arroz.

Em termos de produção, a queda esperada acompanha a prevista para a área, devendo ficar em 6,4%. As quedas na produção dos estados do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso devem ser de 9,5% e 21,5% respectivamente.

Feijão perde para o milho

Os bons preços do milho e os resultados ruins da comercialização do feijão das águas (primeira safra), em 2000, devem desfavorecer as lavouras de feijão das águas na concorrência com o milho na primavera de 2000. A área plantada de feijão das águas deve reduzir-se aproximadamente 3%. A queda esperada na produção do feijão das águas é ainda maior, cerca de 12%, pois as áreas que devem migrar para o milho são justamente as de maior produtividade.

A menor produção do feijão das águas deve elevar os preços do produto já a partir de dezembro de 2000, estimulando o plantio do feijão da seca (segunda safra). O aumento esperado na área plantada com o feijão da seca é de 10,5%; mas a produtividade não deve acompanhar esse aumento de área, e a produção deve ficar apenas 5% maior. A menor produtividade esperada para o feijão da seca, na safra 2000/01, deve-se à expectativa de que a produtividade verificada no Nordeste em 2000 dificilmente se repetirá em 2001.

Tanto a área plantada quanto a produção do feijão de inverno (terceira safra) devem aumentar sensivelmente, 19% e 16%, respectivamente. Na soma das três safras de feijão, a área plantada na temporada 2000/01 deve ser 3% maior que em 1999/00 e a produção deve cair 3,8%.

Trigo: produção maior

A área plantada de trigo na safra 2000/01 deve aumentar 2,5%, principalmente devido ao aumento de 14,3% esperado no Rio Grande do Sul. Os triticultores gaúchos foram favorecidos pelos bons preços praticados e pela boa qualidade do trigo colhido em 2000, o que aumentou significativamente a renda.

> A continuidade do quadro de escassez de milho no Sul, Sudeste e Nordeste e a melhor liquidez – com a queda dos juros de 45% a.a. na colheita de 1999 para 19% a.a. na de 2000 – garantiram ótima comercialização e boa rentabilidade para os produtores.

No entanto, a área plantada de trigo deve recuar 4,5% no estado do Paraná. Os prejuízos devidos às geadas em 2000 e o forte estímulo de preços para que os agricultores plantem a safrinha de milho explicam o recuo de área esperado nesse estado.

Por outro lado, a recuperação da produtividade nas regiões afetadas pela geada em 2000 deve fazer com que a produção do grão aumente significativamente. A estimativa é que a produção de trigo na safra 2000/01 alcance 2,8 milhões de toneladas, um aumento de aproximadamente 43% em relação à safra de 2000.

O preço mínimo, que deve ser mantido em pelo menos R$220,00 por tonelada, é remunerador para o agricultor, que conta com boas produtividades. A remuneração deve ser garantida também pela recuperação dos preços internacionais em 2001, que deve ocorrer devido à redução dos estoques mundiais.

Pode-se esperar boa disponibilidade de alimentos no próximo ano, fator preponderante para a manutenção da queda na taxa de inflação, garantindo o processo de recuperação da massa real de salários e permitindo a continuidade da trajetória de redução da taxa de juros. Mais uma vez virá da agricultura a principal contribuição para o sucesso do Plano Real.

André Pessôa é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa e mestre em economia aplicada pela Esalq/USP; sócio-diretor da Agroconsult. **Eraldo Fiore** é engenheiro agrônomo e mestre em economia aplicada pela Esalq/USP; consultor da Agroconsult.

Ciranda de empresas

Grande movimento de fusões e aquisições dinamiza os negócios de insumos e máquinas agrícolas

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Os mercados externo e interno de defensivos passam por um forte processo de concentração, com substancial redução no número de grandes empresas. Nos anos 70, cerca de 20 empresas representavam 80% do total. Hoje são apenas sete, e tendem a chegar a cinco até 2005.

Dança das fusões

Criada este ano, a Aventis, resultado da fusão entre Rhône-Poulanc Agro e AgrEvo, abocanhou quase 13% do mercado antes liderado pela Novartis

Já a Basf, com a aquisição da Cyanamid em julho último, por US$3,8 milhões, duplica seus negócios em agroquímicos e passa a liderar o *ranking*, com 13,5%.

A concorrência entre a Basf e a Aventis ganha novos contornos com a chegada da Syngenta, união entre a Novartis e AstraZeneca, com participação de 20% no mercado brasileiro.

As empresas com produtos exclusivos (patentes) e genéricos participam com 90% das vendas do setor, enquanto as companhias de genéricos movimentam os outros 10%.

A Agência Nacional de Vigilância da Saúde está cada vez mais exigente quanto às informações requeridas para o registro de produtos genéricos. Estudos laboratoriais de curto, médio e longo prazos precisam ser realizados e podem se tornar demorados. Aumentam com isso os custos das empresas de genéricos, o tempo para obterem os registros de seus produtos – e o seu descontentamento, é claro.

Fatores de depreciação

A Associação Brasileira dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) estima que, no país, da frota de 460 mil tratores, 16,8% têm entre 21 e 25 anos de uso; 18,2% estão na faixa dos 16 a 20 anos; 27,25% têm de 11 a 15 anos e 20,7% datam de seis a 10 anos. Apenas 16,8% deles estão com menos de cinco anos de uso.

Para julgar se o equipamento está sucateado, além da idade, é importante analisar a finalidade e a intensidade do uso da máquina. A troca do trator deve ocorrer entre 12 e 15 anos de uso. A queda de rendimento e o aumento da manutenção depreciam a propriedade.

Os tratores que estão em uso com mais de 15 anos não atendem às exigências da agricultura moderna. Os motores precisam ser mais potentes para cumprir tarefas como a operação do plantio direto. Se antes um trator de 60hp satisfazia às necessidades do agricultor, hoje é necessário uma unidade superior a 100hp.

Embalado pela flexibilização dos juros e dos prazos do Programa de Modernização da Frota de Tratores, Colheitadeiras e Implementos Associados (Moderfrota) – uma linha de financiamento operada pelo Finame/BNDES lançada em março último, cuja taxa de juros varia de 8,75 a 10,75% ao ano –, o mercado opera com otimismo. As liberações contempladas pelo programa de janeiro a julho ultrapassam em 50% os valores registrados no ano passado. O Moderfrota dispõe de R$800 milhões de reais para serem aplicados este ano e mais R$800 milhões para aplicação no ano que vem. O investimento total do banco até dezembro está estimado em R$1,1 bilhão, dos quais R$300 milhões serão destinados a equipamentos como silos de armazenagem e sistemas de irrigação, por exemplo.

A carteira do Finame Agrícola cresceu 30% no número de operações, que passaram de 4.307 para 5.654 nos quatro primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. Os fabricantes também comemoram a autorização do governo para reduzir 20% da alíquota do ICMS nas vendas para outros estados.

Boas perspectivas

No último triênio, uma onda de aquisição de fabricantes nacionais de fertilizantes levou à liderança o grupo Bunge, através da controlada Serrana, bem como à entrada de dois pesos-pesados estrangeiros: a norte-americana Cargill e a norueguesa Norsk Hydro.

Com a compra de IAP, Takenaka e Manah, a Serrana adquiriu o controle de 52% da Fosfértil/Ultrafértil, principal fornecedora brasileira de matérias-primas fosfatadas. A empresa ainda tem operações próprias em São Paulo e Minas Gerais (Arafértil).

A Cargill comprou a Solorrico e, recentemente, a Fertiza, que lhe deu participação na Fosfértil. A Norsk Hydro mantém negociações com a gaúcha Trevo.

Ranking do mercado de defensivos
1999

Empresa	Faturamento – US$ milhões	Participação %
Aventis	299	12,6
Novartis	288	12,2
Milenia	191	8,1
Monsanto	185	7,8
Cyanamid	177	7,5
Zeneca	176	7,4
DuPont	173	7,3
Bayer	159	6,7
Basf	138	5,8
FMC	90	3,8
Dow	89	3,8
Hokko	88	3,7
Iharabras	54	2,3
Hoom & Haas	42	1,8
Sipcam	23	1,0
Uniroyal	9	0,4
Outros	184	7,8
Total	2.365	100

Rio Grande do Sul: novas alíquotas de ICMS

Operação	Até 31 jul.	A partir de 1 ago.
Interestadual para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo	5,10%	4,10%
Interestadual para as regiões Sul e Sudeste	8,75%	7,00%
Demais	7,00%	5,60%
Rio Grande do Sul	isento	isento

Brasil: indústria sementeira
Mil toneladas

Cultura	2000	% sobre 1999
Algodão	19.800	51,4
Arroz	99.415	-22,6
Feijão	18.185	-12,1
Milho	175.800	4,8
Soja	849.100	-10,9
Total	1.162.300	-8,6

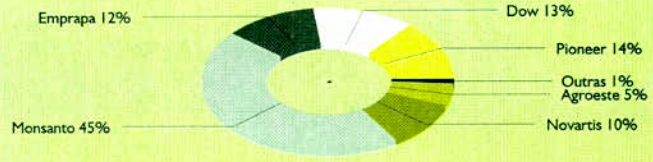
Fonte: Abrassem.

Finame Agrícola: desembolsos realizados e previstos
Em mil reais

Anos	Proleite	Moderfrota	Taxa fixa	Taxa variável	Total
1995				417.212	417.212
1996				216.435	216.435
1997			65.525	279.752	345.276
1998			308.709	100.545	409.254
1999	2.041		690.745	47.129	739.915
2000*	8.729	119.329	199.460	14.080	1 341.598

*Período de janeiro a maio.

Brasil: mercado de sementes de milho híbrido – participação das empresas



A Copebrás, do Grupo Anglo American, a maior companhia de mineração e recursos naturais do mundo, com receita anual de US$20 bilhões, aprovou investimento de US$135 milhões na instalação de uma indústria química em Catalão, Goiás. Com o projeto, a empresa dobra para 900 mil toneladas sua capacidade de produção anual de matérias-primas intermediárias para fertilizantes.

Em compasso com essas operações, o mercado brasileiro de fertilizantes revela um desempenho excepcional no primeiro semestre deste ano. As vendas nacionais cresceram 40% entre janeiro e agosto deste ano, passando de US$1,11 bilhão em igual período do ano passado para US$1,56 bilhão. O setor de adubos vendeu 8,7 milhões de toneladas entre janeiro e agosto, segundo a Anda, o que significa um incremento de 44% sobre as vendas do mesmo período do ano passado. Segundo a mesma fonte é provável que o ano feche 15,7 milhões de toneladas comercializadas e uma receita de US$2,7 bilhões.

Sementes: um novo perfil

Com a regulamentação da lei de proteção dos cultivares, em 1997, o mercado sementeiro adquire um novo perfil. A participação das empresas estrangeiras saltou de 50% para 90%, diante de suas estratégias de verticalizar a produção. Na transformação biotecnológica, a semente é o insumo mais importante.

As grandes companhias investem pesado na pesquisa e desenvolvimento através da manipulação genética e dos processos de multiplicação, beneficiamento, classificação e comercialização da semente.

A Monsanto adquiriu a Agroceres, a Cargill e a Braskalb. A AgrEvo, *joint venture* entre as alemãs Hoechst e Schering, comprou a Ribeiral, principal sócia da União de Produtores de Milho de Sementes de Milho de Pesquisa Nacional (Unimilho), associação que reunia 17 firmas em parceria tecnológica com a Embrapa. A Dow, após assumir o controle via Mycogen, da Dinamilho, da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia (Carol), a Colorado, a Semente Hatã e a FT Pesquisa e Sementes, comprou a divisão de sementes de milho da Zeneca, em negócio fechado no fim de julho. Com essa operação, a empresa passa a ter uma participação de 10% a 11% no mercado nacional de sementes de milho. A Zeneca tinha 3%.

O mercado nacional de semente de milho híbrido, que anualmente movimenta 120 mil toneladas e fatura US$250 milhões, reflete bem as operações de compra e venda realizadas no setor.

Perdendo mercado

Caiu o desempenho global dos defensivos agrícolas. Mas pelo menos no Brasil, há motivos de otimismo

PETER AHLGRIMM

O mercado mundial de agroquímicos registrou um montante de US$28,6 bilhões em 1999; no ano anterior havia movimentado US$30 bilhões. O desempenho foi negativo de -4,8%.

Renda total por unidade de área

O Nordeste asiático foi a única região do mundo a ver crescer o desempenho de seus negócios no setor, aliás com um bom incremento: de 10% em 1998 para 17% no ano seguinte, principalmente em função da recuperação econômica após a crise de 1998. O bloco da Nafta manteve uma participação de 31% na venda total nesses dois anos.

As demais regiões – Europa e América Latina – tiveram queda de 2 e 3% respectivamente. O comércio internacional como um todo registrou queda na venda total de 5%.

Excetuando-se o Japão e a Austrália, onde a participação no mercado cresceu de 7 e 5% para cada um, houve retração nas vendas das indústrias desse ramo de produtos, com destaque para a China (-10%), o Brasil (-9%), os EUA (-7%) e a Grã-Bretanha (-6%).

Menos química para mais produtos

O arroz foi o único produto a apresentar um aumento expressivo na participação das vendas mundiais de agroquímicos, com crescimento de 4%; pequenos aumentos ocorreram em hortaliças (0,7%) e algodão (2%).

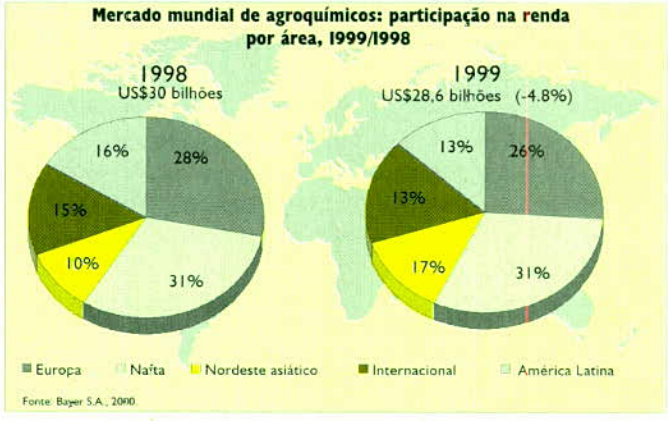
A redução mais importante em nível mundial foi encontrada na cultura da soja: -13%. Seguiram-se fumo, com -11%; beterraba, -10% e cana-de-açúcar, com - 8%.

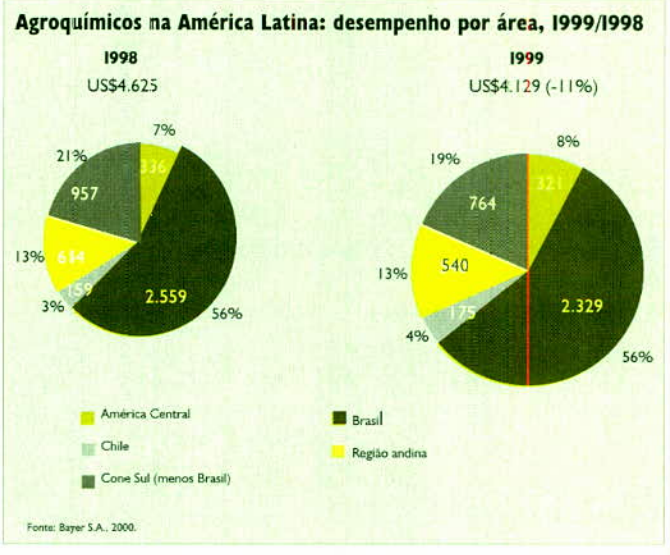
Queda maior na América Latina

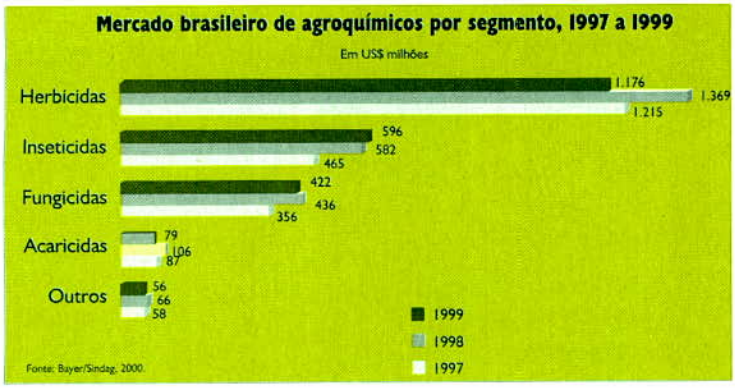
Em 1998 o Brasil, país de maior peso no mercado de agroquímicos do continente, registrou um desempenho de US$2,5 bilhões. Esse desempenho caiu para US$2,3 bilhões no ano seguinte. A queda nominal da participação brasileira não chegou a alterar o percentual de 56% de sua fatia no total do mercado sul-americano, composto sobretudo por herbicidas (57%), inseticidas (26%) e fungicidas (17%).

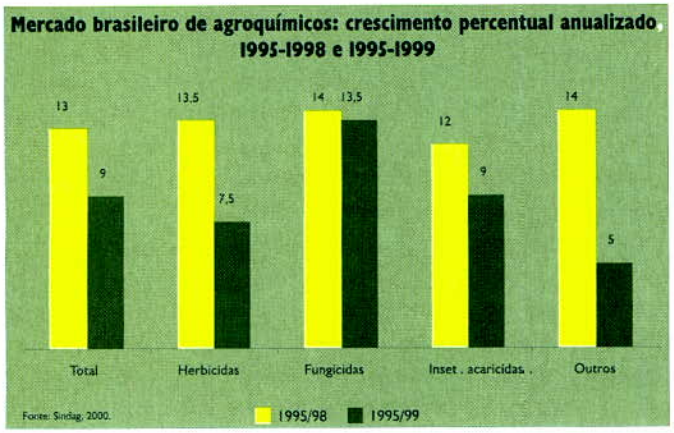
A América Central e a região Andina mantiveram também seus percentuais – 7 e 13% – e o Chile foi o único país da região a melhorar ligeiramente seu desempenho, de 3% em 1998 para 4% em 1999 no total de renda sul-americano.

O Cone Sul, sem o Brasil, teve queda de -2% na participação da renda do setor, que declinou de US$957 milhões em 1998 para US$764 milhões no ano seguinte.









Mercado brasileiro

A queda nominal da participação brasileira devido à redução nos segmentos de herbicidas, fungicidas e acaricidas foi atenuada pelo aumento do montante referente a inseticidas – de US$582 para US$596.

O uso dos agroquímicos caiu de 1998 para o ano seguinte, sobretudo nas culturas de soja e cana-de-açúcar, como demonstram os resultados do setor: de US$908 milhões para US$824 milhões na primeira, e de US$210 para US$142 milhões na segunda, como conseqüência da desvalorização cambial e baixos preços das *commodities* no mercado internacional, reduzindo os investimentos no setor.

Houve queda também nos demais produtos: café, batata/tomate, citros, feijão e hortifrutigranjeiros.

Para o algodão, o desempenho dos agroquímicos melhorou de US$142 para US$200 milhões de 1998 para 1999. Milho e arroz tiveram uma pequena participação no aumento da renda do setor.

Defensivos agrícolas no Brasil

A soja, cultura que ocupa a área de maior extensão na agricultura brasileira – 13 milhões de hectares –, foi responsável pela venda de US$824 milhões do setor de agroquímicos em 1999, com percentual de 35% do total.

A segunda participação do ano por produto, nesse mercado nacional, ficou para o milho, de área pouco menor que a da soja – 12,1 milhões de hectares – e participação de US$215 milhões ou 9%.

Das outras culturas nacionais se destacaram algodão e café, ambos com 8% do total (US$200 milhões e US$186 milhões) e cana, com 6% (US$142 milhões).

A amplitude da queda em cada um desses segmentos na participação das vendas nacionais do setor de agroquímicos pode ser mais bem observada no intervalo de 1995 a 1999: -5% no caso dos herbicidas e -3% em inseticidas e acaricidas juntos, por exemplo. No total, houve uma queda de 4%.

Retração no mercado interno

A descapitalização do setor de produção pode ser responsabilizada pelo desempenho negativo das vendas de agroquímicos no mercado interno. Poucas garantias de crédito, baixa renda do agricultor e prazos muito extensos de pagamento ao produtor, que não lhe deixam recursos suficientes para arcar com seus custos de produção em tempo útil, explicam em parte essa descapitalização.

Também os recursos governamentais, insuficientes para custear ou incentivar o agricultor, concorrem para que ele se veja na contingência de realocar seus próprios meios para as necessidades mais imediatas a suas atividades.

Enquanto os preços das *commodities* continuarem baixos e sua recuperação mantiver o ritmo lento que tem apresentado, dificilmente se conseguirá reverter a situação.

O custo Brasil, representado pela pesada carga tributária e por uma infra-estrutura cronicamente deficiente, interferem no desempenho da agricultura como um todo, atingindo todos os elos da cadeia produtiva e restringindo a rentabilidade de seus insumos.

Há ainda fatores exógenos ao mercado, como o contrabando de produtos, principalmente no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Mato Grosso do Sul, e o roubo de cargas, ainda habitual em nossas estradas.

Tecnificação da agricultura

A profissionalização em toda a cadeia produtiva do setor agrícola e a maior tecnificação dos produtores, que vêm ocorrendo nos últimos anos, são condições fundamentais para reverter a queda do desempenho dos defensivos químicos no Brasil.

É grande o potencial de expansão das áreas de produção, fator bem favorável para os interesses do mercado, quando se pensa nas limitações encontradas em outras regiões do mundo.

Juntando-se a esses fatores nossas conhecidas condições de competitividade no mercado internacional, podemos dizer que a agricultura do país tem ainda muito que crescer. Sobretudo se levarmos em conta as perspectivas favoráveis do consumo doméstico, na medida das melhorias da economia e de maiores crescimentos do PIB.

Peter Ahlgrimm é gerente de marketing da Bayer.

Decolagem difícil



Apesar do potencial, o serviço aéreo de pulverização agrícola se ressente de falta de recursos

As estimativas indicam que a frota nacional de aviões agrícolas totaliza 600 unidades, uma quantidade que pouco varia há mais de 10 anos. Os primórdios da aviação aérea no país datam dos anos 30, no estado do Rio Grande do Sul. Quase 85% das aeronaves são da marca *Ipanema*, lançada no Brasil em 1973, com mais de 810 unidades entregues até agora.

Estado da arte

Existem cerca de 240 empresas prestadoras de serviços de pulverização de plantações através de aeronaves. As principais lavouras trabalhadas são a sojicultura, no Centro-Oeste do país, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo; a orizicultura irrigada no Rio Grande do Sul, Maranhão e Rondônia, e a cana-de-açúcar em São Paulo e no Nordeste.

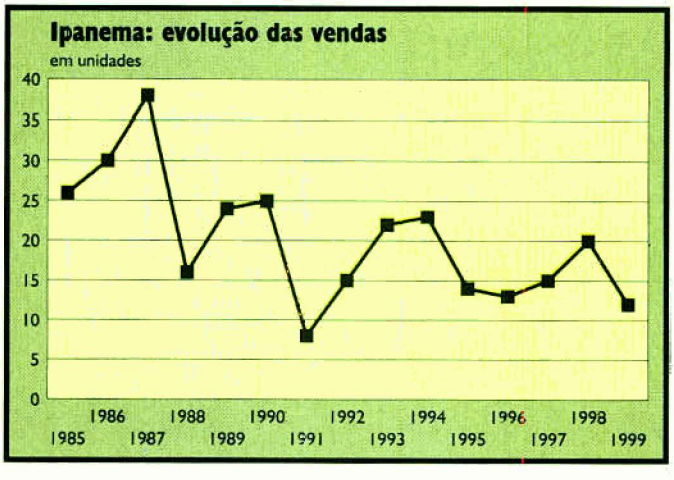
O tamanho da frota argentina, que, com área bem menor que a brasileira, é basicamente o mesmo, e o da frota dos Estados Unidos, com 10 mil unidades, servem para balizar o potencial do negócio da aviação agrícola nacional. A falta de uma política específica para o setor, com crédito para a aquisição de aeronaves e custeio dos serviços, é um sério empecilho para seu desenvolvimento.

As cooperativas, através de seus associados com pequenas lavouras e circunvizinhos, poderiam se beneficiar com o uso da aviação agrícola em escala. Além disso existem outras lavouras, como a citricultura, que mereceriam uma pesquisa. Mas praticamente não existe um *marketing* dirigido aos agricultores para mostrar as vantagens advindas da pulverização aérea.

A perigo

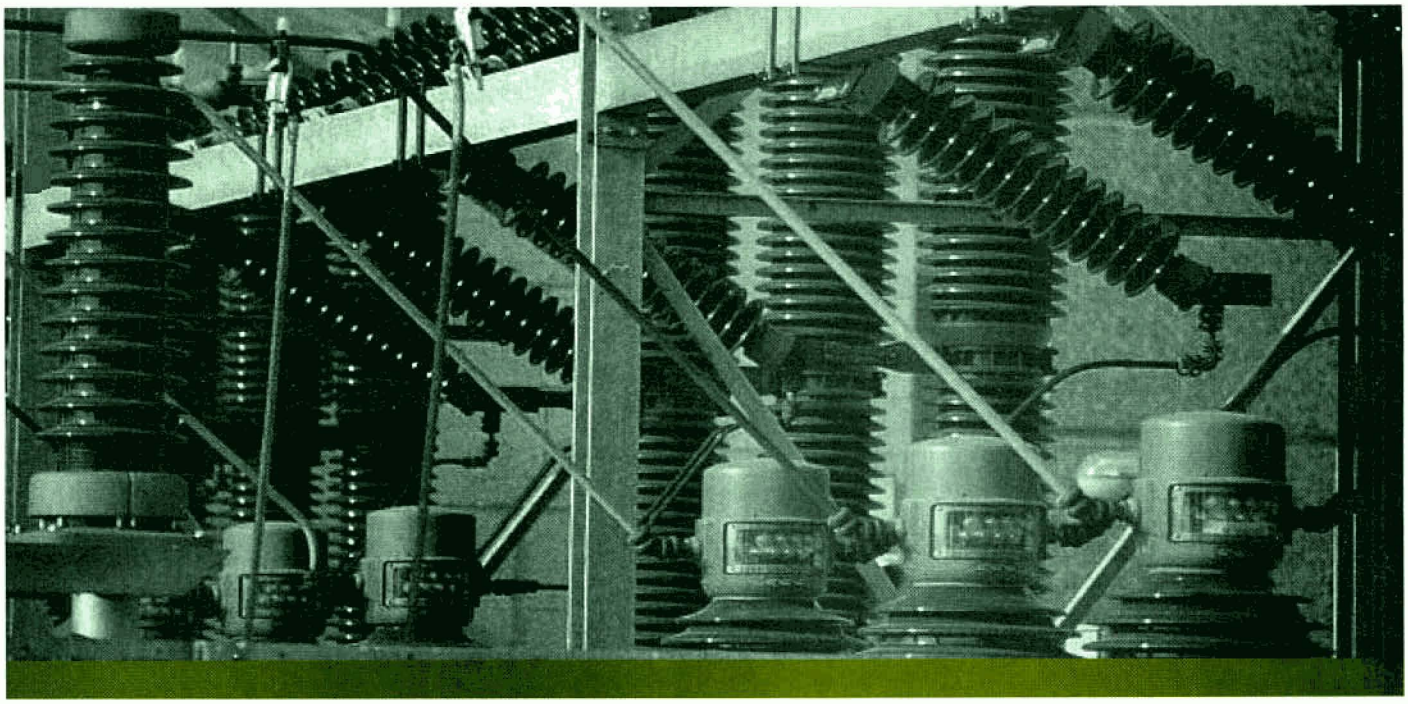
O setor vive um momento bem delicado. Nos últimos cinco anos, a média anual de vendas de aeronaves foi de 15 unidades, a metade da média histórica. O pior desempenho aconteceu em 1991, com a venda de apenas 12 unidades; o recorde, em 1976, com 70 aviões.

A concorrência internacional ameaça seriamente a linha de produção do *Ipanema*, fabricado pela Indústria Aeronáutica Neiva AS, subsidiária da Embraer. (**L. A. P.** e **R. A.**)



Campo aceso

O cenário do campo muda velozmente, enfim iluminado pela chegada da energia elétrica



Além de insumo indispensável à agricultura moderna, a energia elétrica é um dos elementos capazes de reter o homem no campo. Sua ausência inibe quaisquer perspectivas de desenvolvimento dos milhares de comunidades rurais espalhadas pelo interior.

A importância desse serviço ganha dimensões tanto maiores quanto se sabe que mais da metade dos brasileiros vive no campo, em pequenas cidades com menos de 50 mil pessoas.

Luzes da cidade

Entre os 4.858,9 mil estabelecimentos rurais visitados pelo Censo Agropecuário de 1996, cerca de 40,8% tinham acesso à energia elétrica, 35,6% nas propriedades familiares e 64,5% nas propriedades patronais.

Enquanto no Brasil a grande maioria das propriedades rurais seguem apagadas, 97% da roça do Uruguai dispõe de energia elétrica. Um registro que explica por que as luzes da cidade atraem e fomentam a migração e o inchaço das regiões metropolitanas brasileiras.

Nos Estados Unidos, o projeto de eletrificação do campo fazia parte do New Deal de Franklin Roosevelt, deflagrado pelo Emergency Relief Appropriation Act, para gerar empregos na cidade – pobre, violenta e lotada de desocupados – e no campo abandonado. No entanto, mesmo com dotações de US$400 milhões para pagamento em 35 anos, com juros de 2% ao ano, as empresas privadas não se animaram.

A situação da agricultura norte-americana era dramática: mais de 40% das propriedades estavam arrendadas, metade hi-

Brasil: acesso à energia elétrica

Agricultura familiar

Região	Número de propriedades (em mil)	Usam energia elétrica %
Nordeste	2.055	18,7
Centro-Oeste	162,1	45,3
Norte	380,9	9,3
Sudeste	633,6	56,2
Sul	907,6	73,5
Brasil	4.139	36,6

Fonte: *Censo Agropecuário* 1995/96, IBGE.

As sete contradições

1. Os decretos criadores das hidrelétricas, como nos Estados Unidos, obedecem ao padrão de Boneville, de 1937: "...devem assegurar suas operações em benefício do público, do consumidor rural e doméstico...". No Brasil, Tucuruí, que atende basicamente a apenas duas fábricas de alumínio – a Alcoa e a Albrás – poderia ampliar seus benefícios.
2. Aplicar no campo o modelo de fornecimento ao meio urbano, onde a linha chega grátis até a porta da rua. O custo fica inviável (postes de concreto, cabos de alumínio, transformadores, pára-raios etc.).
3. O conflito no próprio governo, entre suas concessionárias tradicionais e as cooperativas criadas a partir de 1969, a partir de recursos do convênio entre o BID e Neneca, ex-REA.
4. O uso literal do termo *farm*, onde as linhas, dimensionadas em função dos horários de pico das fazendas, quase sempre bem similares, ficam impedidas de atender nos momentos de ociosidade os vizinhos, vilarejos etc.
5. A inoperância do Grupo Executivo de Eletrificação Rural, durante toda a sua existência, entre 1969 e 1990.
6. A baixa eficácia do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que em outubro de 1997 passou suas funções à Agência Nacional de Energia Elétrica, cujo objetivo era cumprir o papel das *commissions* norte-americanas, através das quais o Congresso fiscalizava e evitava ações de monopólio no setor.
7. A estratégia de desenvolvimento sobre projetos de grande escala, deixando de lado as usinas menores.

potecada, poucas eram lucrativas e sua capacidade de pagamento era irrisória.

A saída foi montar a Rural Electrification Administration (REA), para criar cooperativas entre os agricultores no objetivo da montagem de linhas modestas, ainda que com poste de pau e fios de cerca.

Nova fase

No final dos anos 60, as cooperativas atendiam a 51% dos fazendeiros americanos, as prefeituras a 6% e as concessionárias a 43%. O campo estava aceso.

Para minimizar o custo e aproveitar a experiência adquirida pelo REA, foi criada a National Rural Electrifical Cooperative Association, que celebrou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para levar adiante projetos de eletrificação no mundo, inclusive no Brasil.

Na corrida contra o tempo, o governo brasileiro lançou o programa Luz no Campo, com investimentos previstos de R$2,6 bilhões, para levar energia a 1 milhão de propriedades rurais até o fim de 2002.

A meta é construir 465 mil quilômetros de redes de distribuição. Serão usados 3,8 milhões de postes de concreto ou madeira tratada, 1,5 milhão de quilômetros de cabos elétricos, 500 mil transformadores e 1 milhão de medidores de energia. Há ainda investimentos para a aquisição de pára-raios, isoladores, disjuntores, ferragens e parafusos.

O impacto do programa é significativo. O número demandado de postes corresponde a 30 vezes a capacidade instalada em todas as fábricas da Bahia. A receita técnica de um transformador para cada quatro casas na cidade dá uma idéia de sua dimensão. Estima-se que 500 mil homens/dia estarão envolvidos na fase inicial do projeto.

> Só na região Sudeste, estão no campo 40% dos 7 milhões de celulares do país. Até 2001, essa taxa deve igualar a dos centros urbanos. E mais: em 2005, um terço das 9,4 milhões de famílias rurais terão acesso à telefonia móvel.

Cenário veloz

O país entra no terceiro milênio tendo na pauta de trabalho a aplicação maciça de uma invenção do século XIX. Mas o novo mundo rural brasileiro justifica a convicção de que o cenário pode mudar rapidamente.

Notícias da área de telefonia móvel informam que estão no campo, só na região Sudeste, 40% dos 7 milhões de celulares do país. Até 2001, essa taxa deverá ser a mesma dos centros urbanos. E as projeções da Agência Nacional de Telecomunicações vão mais além: em 2005, um terço das 9,4 milhões de famílias rurais terão acesso à telefonia móvel. (**L. A. P.** e **R. A.**)

Terapia intensiva

A agricultura precisa mudar sua imagem e sensibilizar a população urbana para suas dificuldades de alimentação, vestuário e bem-estar



As questões rurais estão sem dúvida orientadas para o mercado, o desenvolvimento sustentável e a identificação de oportunidades de negócios. A questão é de competição e concorrência. As mudanças de ordem econômica e social nas pequenas comunidades da zona rural apareceram sob a forma de novas fontes de trabalho e renda, relacionadas às atividades de transporte, comércio, turismo, construção e indústria – atividades que têm servido para absorver a mão-de-obra alijada pela mecanização das colheitas e pela tecnificação das lavouras.

A base das mudanças em maior escala repousa sobre os progressos da biotecnologia e da informática, que proporcionaram novo impulso à produtividade e abriram caminho a novos conceitos como o de cadeia produtiva integrada. Mas é importante olhar com atenção o papel da chamada agricultura familiar no desenvolvimento do país.

O tema não abrange apenas a reforma agrária, que quase sempre constitui um excedente na demanda relacionada à oferta que os escassos recursos do erário proporcionam. Há ainda a urbanização do meio rural, com expansão de serviços públicos básicos nas áreas de saúde e educação, para qualificar o homem do campo.

O enxugamento do crédito e a retirada dos subsídios ocorridos ao longo da primeira metade dos anos 90, tudo desem-

Crédito rural: evolução das modalidades e recursos

Modalidade de crédito	Custeio	Investimento Custeio	Especial custeio Investimento Custeio	Agroindúsria Agregar Especial investimento Especial custeio Investimento Custeio Crédito rural	Novo agricultor familiar Integrado coletivo Microcrédito/NE Agroindústria Agregar Especial investimento Especial custeio Investimento Custeio
Número de contratos	32.000	332.828	496.550	709.906	198.906 (posição em 31/8/99)
Valor R$	93.000.000	649.795.000	1.637.440.000	1.814.922.000	516.556.912

O que é o Pronaf

O Pronaf dá apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações.

Promove negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios, financiamento da produção da agricultura familiar (crédito rural) e profissionalização dos agricultores familiares.

A negociação de políticas públicas articula os órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para que medidas sejam adotadas, atendendo à realidade da agricultura familiar. Sua operacionalização é executada pelas secretarias executivas vinculadas aos conselhos municipais, estaduais e nacional.

A negociação de políticas públicas surge da reunião e organização de idéias para orientar e direcionar as medidas adotadas pelo governo para atender às necessidades dos agricultores e de suas famílias.

Os conselhos se constituem no fórum preferencial de discussão dos problemas e proposição de alternativas para formulação das políticas que atendam aos interesses dos agricultores familiares.

Infra-estrutura e serviços

Apóia financeiramente a implantação, modernização, ampliação, racionalização e realocação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da agricultura familiar no município.

Financia as demandas contidas nos planos municipais, priorizadas pelos conselhos e diretamente voltadas aos aspectos produtivos da agricultura familiar.

A definição e homologação do município são feitas pelo Conselho Nacional do Pronaf, através de critérios técnicos, priorizando-se aqueles em que predominem os agricultores familiares.

As contrapartidas dos municípios e estados podem ser dinheiro, bens ou serviços mensuráveis monetariamente. Os índices da contrapartida, nos contratos com prefeituras municipais ou governos estaduais, são estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada anualmente.

Podem receber recursos do governo federal as prefeituras dos municípios que atendam às exigências legais e estejam selecionadas no programa.

O repasse dos recursos é feito através de contratos entre o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e os agentes financeiros credenciados para repassar às prefeituras, obedecendo aos instrumentos normativos que disciplinam as transferências de recursos da União.

Produção da agricultura familiar

Fornece apoio financeiro para que os agricultores e suas organizações (associações e cooperativas) desenvolvam suas atividades produtivas.

O Pronaf Crédito Rural financia custeio e investimento relacionados às atividades agropecuárias, de pesca, aqüicultura ou hidroponia e extrativismo.

Podem ter acesso aos financiamentos agricultores familiares, pescadores, aqüicultores e extrativistas, individual ou coletivamente, e suas organizações que se enquadrarem nos critérios do programa.

Para conseguir financiamento é necessário uma declaração de aptidão que comprove a condição de agricultor familiar, pescador, aqüicultor e extrativista, fornecida pela extensão rural pública estadual ou por um sindicato. No caso das organizações, o processo é o mesmo. De posse dessa declaração, é só dirigir-se a um agente financeiro credenciado.

O agente financeiro não pode exigir reciprocidade, considerada infração grave qualquer exigência nesse sentido.

A assistência técnica é obrigatória, de livre escolha, podendo ser prestada de forma grupal prevista no plano de crédito.

Desde que expressa no documento de crédito, vale a equivalência em produto para a liquidação do financiamento.

A concessão do crédito não está condicionada à equivalência produto.

As propostas de financiamento são examinadas apenas pelos agentes financeiros conveniados, sendo que os recursos necessários a essa linha de ação devem constar do PMDR, pois dessa forma o governo federal pode planejar melhor os repasses.

O Pronaf libera recursos financeiros às entidades públicas ou privadas que proporcionam conhecimentos e habilidades, tanto de natureza tecnológica quanto gerencial, dentro do enfoque de cadeia produtiva na agricultura familiar.

Mudança benéfica

As mais de 400 mil famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) se beneficiam da mudança, entre outras razões, pela possibilidade de ampliação de convênios de assistência técnica e de capacitação profissional existentes no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf/Planta Brasil).

A integração do assentado ao universo dos agricultores familiares, com o objetivo de proporcionar a sua participação no mercado competitivo, foi prevista no Programa Novo Mundo Rural. A viabilização do programa iniciou-se com a inclusão dos beneficiários do extinto Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) em nova linha de crédito do Pronaf/Planta Brasil.

Os pequenos produtores rurais têm participação expressiva nos resultados da safra agrícola.

Exemplo disso é a cultura de soja. Os agricultores familiares da região Sul respondem por 46% do total da produção regional e por 12% da produção nacional. Nessa mesma região, eles garantem 79% do feijão produzido, 88% da criação de suínos e 92% da criação de frangos.

O reconhecimento da importância da agricultura familiar para a economia do país e o aspecto social dos investimentos realizados nesse setor garantiram a aplicação de R$4,12 bilhões a 1,4 milhão de contratos de crédito assinados entre 1996 e 1998. Para a safra 1998/99 foram destinados R$2 bilhões. Para a safra 1999/2000 houve aumento para R$3,6 bilhões.

A taxa de inadimplência nos financiamentos concedidos pelo Pronaf é das mais baixas registradas no sistema bancário, situando-se em 2,9%.

Histórico

O Pronaf/Planta Brasil foi criado pelo Decreto Presidencial nº. 1.946, de 28 de junho de 1996, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dos fundos constitu-

cionais de desenvolvimento (FNO, FNE e FCE) e da exigibilidade bancária.

No âmbito do Programa, são financiadas operações de custeio e investimentos de agricultores familiares, extrativistas, aqüicultores e pescadores artesanais.

São ainda contempladas obras de infra-estrutura nos municípios, a capacitação e profissionalização de técnicos e agricultores familiares, apoio à pesquisa agropecuária e apoio a comunidades indígenas.

O Pronaf/Planta Brasil foi transferido para a esfera de ações do Ministério de Política Fundiária por meio da Medida Provisória nº 1.911-8, de 29 de julho de 1999. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, a ser anunciado nos próximos dias pelo presidente da República, integrará as atividades do Pronaf/Planta Brasil e do Incra.

Decisão política

Ao longo da história do Brasil, o segmento da agricultura familiar foi excluído das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) há muito vinha reivindicando um programa com políticas diferenciadas, exclusivo para os pequenos produtores do país. Isso levou à decisão política do presidente Fernando Henrique Cardoso de determinar a criação de um programa voltado exclusivamente para a agricultura familiar, que vem sendo construído com a participação efetiva dos trabalhadores rurais.

Para atender à determinação da Presidência da República, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no segundo semestre de 1995, com a primeira linha de financiamento da produção para agricultores familiares (custeio agrícola).

Foi institucionalizado através de decreto presidencial no dia 28 de junho de 1996, como um programa de apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento rural para o fortalecimento da agricultura familiar.

O Pronaf iniciou então sua implementação com quatro linhas de ação: negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; financiamento da produção familiar; profissionalização de agricultores familiares e infra-estrutura e serviços de apoio aos municípios.

Em 1999, o Pronaf foi transferido para o Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Com essa mudança, o Programa ganha mais força política para a implementação de suas ações, bem como aproxima-se dos agricultores familiares provenientes do Programa Nacional de Reforma Agrária, ampliando seus benefícios e integrando as políticas públicas destinadas ao setor rural, tornando-se o Pronaf Planta Brasil.

Outra grande conquista do Pronaf Planta Brasil é o espaço ampliado para os movimentos sociais representativos dos agricultores familiares na discussão e negociação de políticas que atendam a seus interesses.

Ainda em 1999, foi realizado um estudo que resultou na tipificação dos agricultores familiares em quatro categorias. Como conseqüência de negociações com os órgãos setoriais, foram ampliadas as modalidades de crédito rural destinadas a essas diferentes categorias de agricultores familiares. Passou-se então a considerar como unidade de financiamento a propriedade produtiva familiar, incluindo atividades não agrícolas geradoras de renda no meio rural.

Novidades no Pronaf

- Portarias do Ministério da Fazenda (números 300, 301, 302 e 303, de 10 de agosto de 2000) liberaram R$1,478 bilhão.
- O teto de desconto no financiamento concedido ao grupo A, formado por beneficiários do extinto Procera – Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária fica em 75% da taxa de juros de longo prazo (TJLP), respeitado o piso de 3,25% ao ano. Caem os juros de 6% ao ano. O rebate sobre o principal é de 40%, com piso de R$1,2 mil e teto de R$3 mil. Os recursos disponíveis para esse grupo totalizam R$460 milhões.
- É criado o crédito coletivo para pessoas jurídicas, destinado a associações, cooperativas ou outras formas de agrupamento de caráter jurídico.
- Passam a ser financiadas novas atividades não agrícolas, como o turismo e o artesanato e outras ligadas ao meio ambiente, com uma linha de crédito de R$100 milhões.
- O financiamento pode ser concedido para a propriedade e não para produto. Em vez de o crédito ser destinado exclusivamente à cultura de feijão, por exemplo, pode ser aplicado na implantação de um projeto integrado que compreenda diversos produtos da cadeia produtiva e investimento.
- Fomento para comunidades indígenas.

Resultados conquistados

Linha de infra-estrutura e serviços de apoio aos municípios:

- 1997: 385 municípios selecionados R$36.628.500,00;
- 1998: 915 municípios selecionados R$136.645.000,00;
- 1999: 1.018 municípios selecionados R$151.419.856,00.

Totalizando R$324.690.356,00 de recursos do Tesouro, não reembolsáveis à União.

Em 1999, previa-se benefício direto de 1.681.220 famílias diretamente por essa linha.

Reforma agrária

Conceito: "Conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade." (Estatuto da Terra, Lei 4.504, art.1º, §1º)

Objetivos: "Estabelecer um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio." (Estatuto da Terra, art.16)

Famílias assentadas

O compromisso assumido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao tomar posse em 1995, de assentar em lotes próprios 280 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra, foi cumprido. Na verdade, foi ultrapassado em 7.539 famílias. Só em 1998 foram assentadas mais de 101 mil famílias.

É um recorde. Nos 30 anos anteriores, desde a edição do Estatuto da Terra em 1964, a reforma agrária havia assentado apenas 218 mil famílias.

Essas famílias foram beneficiadas por lotes de terra em 2.356 projetos de assentamento criados pelo Incra ao longo desses quatro anos.

Os recordes da reforma agrária e da agricultura familiar, de 1995 a 2000:

- R$9,3 bilhões para a reforma agrária;
- 400 mil famílias assentadas em todo o país;
- 16 milhões de hectares para a reforma agrária;
- 4 mil projetos de assentamento criados em todo país;
- R$11,4 bilhões aplicados na agricultura familiar (Pronaf Planta Brasil). (**L. A. P.** e **R. A.**)

Crédito rural: exercício de 1999

Recursos disponibilizados em R$ milhões		Fontes de financiamento – em R$ milhões	
Novo agricultor familiar	460	FAT	2.950
Microcrédito/NE	100	Fundos constitucionais	360
Agroindústria	150	Exigibilidade bancária	150
Agregar	100		
Especial investimento*	400		
Especial custeio	500		
Investimento*	700		
Custeio	1.050		
Total	3.460	Total de recursos	3.460

Reforma agrária: famílias assentadas

1995-1998

Ano	Número de famílias
1995	42.827
1996	61.674
1997	81.944
1998	101.094
Total	287.539

Projetos de assentamentos criados

1995-1998

Ano	Projetos criados
1995	314
1996	433
1997	644
1998	965
Total	2.356

bocando na crise da dívida dos agricultores, trouxeram desalento e desesperança a milhares de cidadãos. Essa descapitalização deixou marcas profundas – e ainda presentes – na infra-estrutura, no emprego e na qualidade de vida do campo.

A novela da reforma agrária

A partir dos dados compilados pelo *Censo Agropecuário* de 1995/96, realizado pelo IBGE, o conceito de agricultura familiar e a constatação da sua importância para o agribusiness brasileiro merecem ser conhecidos pela sociedade. A agricultura precisa mudar sua imagem e sensibilizar a população urbana para suas dificuldades de alimentação, vestuário e bem-estar.

A reforma agrária foi um dos principais instrumentos para gerar renda e emprego no meio rural no Brasil. Não chegou no entanto a resolver o problema fundiário e ainda está longe de dar solução a esse problema, que se arrasta há cerca de 150 anos, desde antes da emancipação dos escravos e a chegada das levas de imigrantes no país.

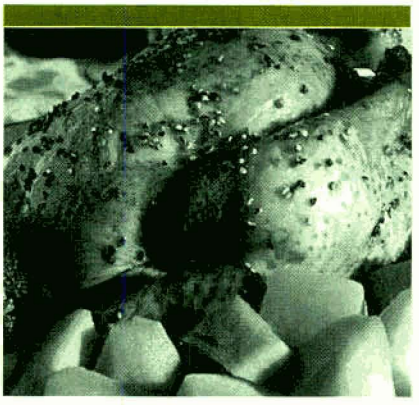
Considerado paternalista e ultrapassado, o governo passou a adotar o modelo chamado sustentável em 1998: na época eram assistidas 414 mil famílias e 3 mil assentamentos. A alegação foi de que não havia mais espaço para aceleração da reforma agrária. Entre 1995 e 1998 foram assentadas 72 mil famílias por ano, contra 7 mil famílias ao ano entre 1960 e 1994.

Nova vitalidade

Para viabilizar o projeto, o governo deu nova vitalidade ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996. Existem 4,1 milhões de beneficiários potenciais do Pronaf. Quase cinco vezes mais que a quantidade de mutuários do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Para este ano, o governo disponibilizará R$4,3 bilhões para o Pronaf, cerca de R$115 milhões acima do ano passado, além de extinguir a cobrança da taxa de juros de longo prazo para dar mais confiança ao produtor. A meta é dobrar o número de contratos e chegar a 1,6 milhão de operações. Espera-se que 300 mil agricultores entrem pela primeira vez numa agência bancária para obter financiamento agrícola. (**L. A. P. e R. A.**)

**Em março deste ano, matéria especial de AGROANALYSIS destacou as nuanças do novo mundo rural no Brasil.*





Retrato em família

Projeto do Incra/FAO e censo agropecuário estudam as famílias no campo a partir de suas relações sociais de produção

O conceito e a importância da agricultura familiar ganharam recentemente nova dimensão na formulação das políticas públicas. Diferentes concepções, interpretações e propostas fazem aflorar as diversidades inter ou intra-regionais, de meio ambiente, situação dos produtores, aptidão das terras ou de disponibilidade de infra-estrutura.

As tabulações do censo agropecuário constituem um dos poucos instrumentos de análise quantitativa do setor no Brasil. Não obstante, os dados disponibilizados pelo IBGE em 1995/96 se limitaram à estratificação segundo a condição do produtor, o grupo de atividade econômica e os grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários, não permitindo a separação entre agricultura familiar e patronal.

O Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, com a participação de técnicos do Incra, trouxe elementos sobre a real situação da agricultura familiar no Brasil. O trabalho foi realizado com base nos dados do *Censo Agropecuário* do IBGE de 1995/96. A idéia básica foi caracterizar os agricultores familiares desde suas relações sociais de produção para superar a tendência – freqüente nas análises sobre o tema – de atribuir um limite máximo de área ou valor de produção à unidade familiar, associando-a à pequena produção.

Patronal e familiar

No Brasil há 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares, com R$47,8 bilhões de valor bruto da produção (VBP).

A agricultura patronal corresponde a 11,4% dos estabelecimentos, 67,9% da área e 61% do VBP.

A agricultura familiar soma 85,2% dos estabelecimentos, 30,5% da área e 37,5% do VBP. Quase metade de seu VBP e do financiamento total (FT) recebido vêm do Sul. Já no Centro-Oeste essa agricultura não é expressiva, mas detém, junto com a do Norte, a maior área média. Em número de estabelecimentos, o maior registro é o do Nordeste .

Há uma desproporção entre o FT dos agricultores familia-

Brasil: estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT)

Categorias	Estab. Totais	% estab. s/ total	Área total Em mil ha	% área s/ total	VBP Mil R$	% VBP s/ total	FT Mil R$	% FT s/ total
Familiar	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3
Patronal	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61	2.735.276	73,8
Inst.pia/relig.	7.143	0,2	263	0,1	72.327	0,1	2.716	0,1
Entid. pública	158.719	3,2	5.530	1,5	465.608	1	31.280	0,8
Não identificado	132	0	8	0	959	0	12	0
Total	4.859.864	100	353.611	100	47.796.469	100	3.707.112	100

Brasil: agricultura familiar – estabelecimentos, área, VBP e FT

Região	Estab. Totais	% estab. s/ total	Área total Em ha	% área s/ total	VBP Mil R$	% VBP s/ total	FT Mil R$	% FT s/ total
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43	133.973	26,8
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	94.058	12,7
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	50.123	38,6
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	143.812	12,6
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	515.862	43,3
Brasil	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Brasil: agricultura familiar – participação no número de estabelecimentos, área, VBP e FT

Região	% estab. sobre total	% área sobre total	% VBP sobre total	% FT sobre total
Nordeste	49,7	31,6	16,7	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2	10
Norte	9,2	20,3	7,5	5,4
Sudeste	15,3	17,4	22,3	15,3
Sul	21,9	18	47,3	55
Brasil	100	100	100	100

Brasil: agricultura familiar e patronal – renda total (RT) e renda monetária (RM) – em R$

Região	Familiar		Patronal	
	RT/estab.	RM/estab.	RT/estab.	RM/estab.
Nordeste	1.159	696	9.891	8.467
Centro-Oeste	4.074	3.043	33.164	30.779
Norte	2.904	1.935	11.883	9.691
Sudeste	3.824	2.703	18.815	15.847
Sul	5.152	3.315	28.158	23.355
Brasil	2.717	1.783	19.085	16.400

Brasil: agricultura familiar – estabelecimentos e área segundo a condição do produtor

Região	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área
Nordeste	65,4	91,8	6,9	1	8,4	1,6	19,3	5,6
Centro-Oeste	89,8	93,6	3,4	2,7	1,3	0,4	5,6	3,2
Norte	84,6	94,2	0,7	0,3	1,4	0,4	13,2	5,1
Sudeste	85,7	92,2	4,1	3,8	5,2	1,5	5	2,5
Sul	80,8	87,8	6,4	5,4	6	3,2	6,7	3,7
Brasil	74,6	91,9	5,7	2,3	6,4	1,5	13,3	4,3

res (25%) e patronais (73,8%). Em todas as regiões a participação dos estabelecimentos familiares no crédito rural é inferior à participação no VBP de que eles são responsáveis. A maior desproporção acontece no Sudeste.

É grande a variação entre as áreas médias dos estabelecimentos de cada região, em função do processo histórico de ocupação da terra. Onde os agricultores patronais detêm as maiores áreas, o mesmo acontece com os familiares. No Brasil a área média é de 26 hectares nos estabelecimentos familiares e 443 hectares nos patronais.

Nos estabelecimentos familiares a área média é de 16,6ha no Nordeste e de 84,5ha no Centro-Oeste. Entre os patronais, na região Centro-Oeste a média chega a 1.324ha, encontrando-se na região Sudeste a menor área, com 223ha.

Grandes diferenças

A renda total (RT) agropecuária e a renda monetária (RM) por estabelecimento apresentam grandes diferenças, sendo bem mais elevadas na agricultura patronal.

A RT e a RM obtidas nos estabelecimentos familiares demonstram seus potenciais econômicos e produtivos. Apesar de uma série de limitações, esses estabelecimentos produzem para sua subsistência e percebem renda da produção agropecuária.

No estabelecimento familiar, a RT média encontrada foi de R$2.717, com variação de R$1.159/ano no Nordeste a R$5.152/ano na região Sul. A RM no Nordeste e no Sul foram, respectivamente, de R$696 e R$3.315, para uma média nacional de R$1.783.

Os estabelecimentos patronais apresentaram RT média de

Brasil: agricultura familiar - área média dos estabelecimentos

Segundo os grupos de área total	Área média em ha
Grupos de área total	
Menos de 5 ha	1,90
5 a menos de 20 ha	10,70
20 a menos de 50 ha	31,00
50 a menos de 100 ha	67,80
100 ha a 15 módulos regionais	198,00
Área média dos agricultores familiares	26,00

No Brasil há 4,8 milhões de produtores rurais, ocupando 353,6 milhões de hectares. A agricultura patronal corresponde a 11,4% de estabelecimentos. A familiar soma 85,2% dos estabelecimentos, 30,5% da área e 37,5% do VBP.

Brasil: agricultura familiar - estabelecimentos e área segundo grupos de área total - %

Região	Menos de 5 ha		5 a – de 20 ha		20 a – de 50 ha		50 a – de 100 ha		100 ha a – de 15 MR	
	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área
Nordeste	58,8	6,1	21,9	13	11	20,3	4,8	19,3	3,4	41,3
Centro-Oeste	8,7	0,3	20,5	2,9	27,3	10,7	18,8	15,5	24,6	70,6
Norte	21,3	0,8	20,8	3,8	22,5	12,5	17,9	20,8	17,4	62
Sudeste	25,5	2,1	35,6	13,6	22,7	24,4	9,9	23,2	6,3	36,5
Sul	20	2,6	47,9	25,1	23,2	32,5	5,9	18,8	2,9	21,1
Brasil	39,8	3	30	12,2	17,1	20,4	7,6	19,7	5,9	44,7

Brasil: agricultura patronal - estabelecimentos e área segundo grupos de área total - %

Região	Menos de 5 ha		5 a – de 20 ha		20 a – de 50 ha		50 a – de 100 ha		100 ha e mais	
	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área
Nordeste	13,7	0,1	16,1	0,7	17	2	14,5	3,8	38,7	93,4
Centro-Oeste	1,1	0	3,3	0	6,4	0,2	8,5	0,5	80,8	99,3
Norte	4,1	0	5,5	0,1	10,4	0,3	13	0,9	67,1	98,7
Sudeste	4,9	0,1	14,8	0,8	20,7	3,1	17,6	5,7	41,9	90,2
Sul	5,9	0,1	16,1	0,7	16,3	1,9	12,5	3,2	49,2	94,2
Brasil	7,1	0	13,4	0,4	16,5	1,3	14,4	2,4	48,6	95,9

Brasil: agricultura familiar - pessoal ocupado segundo as diferentes formas de ocupação

Região	Pessoal ocupado Totais	Pess. ocup. % s/ totais	Empregados permanentes	Empregados temporários	Parceiros empregados	Outra condição	UTF/UT %
Nordeste	6.809.420	82,93	81.379	588.810	34.081	62.212	97,1
Centro-Oeste	551.242	54,14	42.040	39.824	2.793	15.418	90,2
Norte	1.542.577	82,15	25.697	68.636	6.880	29.772	96,9
Sudeste	2.036.990	59,20	98.146	160.453	58.146	58.294	91,6
Sul	2.839.972	83,94	60.835	128.955	20.548	26.207	96,7
Brasil	13.780.201	76,85	308.097	986.678	122.448	191.903	95,9

R$19.085 anuais, com variação de R$9.891/ano no Nordeste a R$33.164 no Centro-Oeste, sendo a RT mais elevada explicada principalmente pela área disponível.

Mais eficiente

A RT por hectare demonstra que a agricultura familiar é muito mais eficiente que a patronal: produz uma média de R$104/ha/ano contra R$44/ha/ano. Essa relação é maior no Norte (4,33) e no Sul (2,43) e menor no Centro-Oeste (1,92) e Norte (1,89).

O menor percentual de agricultores familiares proprietários está na região Nordeste, e o maior no Centro-Oeste. O percentual de ocupantes é maior no Nordeste e no Norte. A prática de arrendamento e de parceria por agricultores familiares aparece mais nas regiões Nordeste e Sul.

Estrutura fundiária

A propriedade da terra é um dos elementos a serem considerados no contexto da reestruturação fundiária. Entre os agricultores familiares proprietários, muitos possuem menos de 5ha, com baixa sustentabilidade econômica através da agricultura. Os agricultores patronais, proprietários em sua maioria absoluta, possuem estabelecimentos com área superior a 50ha.

O Nordeste apresenta o maior número de minifúndios. Os estabelecimentos com menos de 20ha representam 81% da agricultura familiar e estão situados no semi-árido nordestino. Suas perspectivas de melhoria dos sistemas produtivos são remotas. Os estabelecimentos da agricultura patronal com menos de 5ha estão concentrados no Nordeste, provavelmente situados em pólos de irrigação e em regiões próximas às regiões metropolitanas.

Brasil: agricultura familiar – estabelecimentos com empregados permanentes e serviço de empreitada

Região	% de estabelecimentos com empregados permanentes				% estab. c/ serviço de empreitada	
	Total	1 perm.	2 perm.	+ de 2 perm.	Só MO	Máquinas e MO
Nordeste	2	1,2	0,4	0,4	5,2	3,4
Centro-Oeste	15,6	10,3	3	2,3	19,8	12,7
Norte	3,3	1,9	0,7	0,7	12,1	0,9
Sudeste	9,3	6,6	1,5	1,2	11,5	5,4
Sul	4,3	3,1	0,8	0,5	5,1	12,6
Brasil	4,3	2,9	0,8	0,6	7,4	5,9

Brasil: agricultura familiar – acesso a tecnologia e assistência técnica

Região	Utiliza assist. técnica	Usa energia elétrica	Uso de força nos trabalhos			Usa adubos e corretivos	Faz conserv. do solo
			Só animal	Só mecânica ou mecânica + animal	Manual		
Nordeste	2,7	18,7	20,6	18,2	61,1	16,8	6,3
Centro-Oeste	24,9	45,3	12,8	39,8	47,3	34,2	13,1
Norte	5,7	9,3	9,3	3,7	87,1	9	0,7
Sudeste	22,7	56,2	19	38,7	42,2	60,6	24,3
Sul	47,2	73,5	37,2	48,4	14,3	77,1	44,9
Brasil	16,7	36,6	22,7	27,5	49,8	36,7	17,3

Brasil: agricultura familiar e patronal – investimentos totais, por estabelecimentos e hectares

Região	Familiar				Patronal			
	Total de invest. Mil R$	Invest. total %	Invest./estab. Em R$	Invest./em ha Em R$	Total de invest. Mil R$	Invest. total %	Invest./estab. Em R$	Invest./em ha Em R$
Nordeste	355.455	14	173	10	564.716	11	3.496	13
Centro-Oeste	308.128	12	1.901	23	1.449.605	28	20.571	16
Norte	161.494	6	424	7	296.582	6	8.856	9
Sudeste	588.598	23	929	31	1.861.744	36	9.212	41
Sul	1.121.784	44	1.236	58	935.725	18	10.767	38
Brasil	2.535.459	100	613	24	5.108.372	100	9.213	21

Brasil: agricultura familiar – valor e destino dos investimentos

Região	Total de investimentos	Destino dos investimentos (em %)			
	Em mil R$	Máquinas e benfeitorias	Compra de terras	Novas plantas e animais	Outros investimentos
Nordeste	355.455	18,8	8,5	56,9	15,9
Centro-Oeste	308.128	23	18	42	18
Norte	161.494	25	10	46	20
Sudeste	588.598	21	16	41	22
Sul	1.121.784	30	19	26	25
Brasil	2.535.459	25	16	37	22

Pessoal ocupado

A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro. No Sul representa 84% e no Centro-Oeste, 54%. Os agricultores distribuem o trabalho entre os próprios membros da família.

O Nordeste concentra o maior número de pessoas ocupadas entre os agricultores familiares. Em seguida vem a região Sul, e o Centro-Oeste aparece com menor destaque.

Entre os agricultores patronais, 62,7% contratam empregados permanentes, sendo que 23,4% contratam apenas um empregado, 15% contratam dois empregados e 24,4%, mais de dois empregados permanentes. Os patronais utilizam o trabalho de parceiros com maior intensidade que o de familiares

Os patronais contam também com muita mão-de-obra contratada através de serviços de empreitada; 29,1% dos estabelecimentos patronais contratam empreitada só de mão-de-obra e outros 7,4% contratam serviços de empreitada só de máquinas ou de máquinas e mão-de-obra.

Os estabelecimentos da região Centro-Oeste são os que mais contratam empregados permanentes: 16,6% dos estabelecimentos familiares e 80% dos patronais os utilizam.

O número de pessoas ocupadas por estabelecimento é maior entre os patronais, representando uma média de 6,4 pessoas ocupadas, contra 3,3 pessoas ocupadas entre os agricultores familiares.

Quando se calcula o número de pessoas ocupadas por unidade de área, os agricultores familiares (7,8ha) apresentam grande superioridade em relação aos patronais (67,5ha)

O número de pessoas por hectare sofre variação entre regiões. Enquanto no Nordeste os agricultores familiares ocupam

Brasil: agricultura familiar – VBP produzido em relação ao VBP total do produto

Região	% área	Produção animal, fruticultura e cultura permanente							
	s/ total	Pec. corte	Pec. leite	Suínos	Aves/ovos	Banana	Café	Laranja	Uva
Nordeste	43,5	42,6	53,3	64,1	26,2	56	22,6	64,2	2,9
Centro-Oeste	12,6	11,1	50,8	31,1	29,4	55,9	62,8	29,8	62,9
Norte	37,5	26,6	67	73,8	40,3	77,4	93,8	66,5	51,9
Sudeste	29,2	22,5	37,5	21	17,8	43,4	22,8	16,6	37,4
Sul	43,8	35	79,6	68,6	61	82,8	42,8	77,8	81,3
Brasil	30,5	23,6	52,1	58,5	39,9	57,6	25,5	27	47

Brasil: agricultura familiar – VBP produzido em relação ao VBP total do produto

Região	% área	Culturas temporárias								
	s/ total	Algodão	Arroz	Cana	Cebola	Feijão	Fumo	Mandioca	Milho	Soja
Nordeste	43,5	56,3	70,3	7,5	57	79,2	84,5	82,4	65,5	2,7
Centro-Oeste	12,6	8,9	23,4	2,7	2,2	21,8	84,3	55,6	16,6	8,4
Norte	37,5	83,6	52,6	43,8	31,1	89,4	86,5	86,6	73,3	3,5
Sudeste	29,2	23,5	51,3	8,6	43,9	38,3	74,2	69,8	32,8	20,3
Sul	43,8	58,8	21,3	27,2	92,1	80,3	97,6	88,9	65	50,8
Brasil	30,5	33,2	30,9	9,6	72,4	67,2	97,2	83,9	48,6	31,6

Brasil: agricultura familiar – estabelecimentos produtores dos principais produtos

Região	Pecuária de corte	Pecuária de leite	Suínos	Aves/ ovos	Café	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja
Nordeste	17,5	22,1	22	60,9	1,5	19,3	56,4	22,1	55,1	0
Centro-Oeste	53,7	61	36,7	69,4	4	26,3	9,9	11,8	37,8	2,6
Norte	23,6	25,7	23,4	63,1	10,7	35	23,1	43,2	40,4	0,1
Sudeste	27,9	44,1	23,5	53,4	25,2	12,4	32,3	11,9	44,3	0,7
Sul	48,2	61,6	54,9	73,5	2	18,1	46,9	35,7	71,4	22,5
Brasil	27,8	36	30,1	63,1	6,2	19,7	45,8	25	55	5,2

Brasil: agricultura familiar – participação dos produtos na composição do VBP

Região	Pec. corte	Pec. leite	Suínos	Aves/ovos	Café	Arroz	Feijão	Fumo	Mandioca	Milho	Soja	Outros
Nordeste	13,6	13,7	2,2	6,5	0,8	4,5	9,8	0,6	7,3	6,3	0,1	34,5
Centro-Oeste	26	25,3	2,6	6,5	0,8	3,2	1,2	0	2,3	8,7	10,8	12,7
Norte	11,6	10,6	1,9	4,3	4,1	4,6	2,8	0,1	25,4	3,1	0	31,6
Sudeste	9,9	19,5	1,5	6,5	12,4	0,7	2,2	0	1,6	6,4	1,9	37,5
Sul	5,4	9,2	9,7	15,2	0,5	2,7	2,9	8,7	3,9	11,5	13,3	17,1
Brasil	9,5	13,3	5,6	10,5	3,5	2,7	3,8	4,2	5,5	8,7	7,4	25,4

uma pessoa a cada 5ha, no Centro-Oeste são necessários 24,8ha. Entre os patronais, esse número varia de 32,8ha por pessoa ocupada no Sudeste a 216,5ha no Centro-Oeste.

Características tecnológicas

O acesso à tecnologia apresenta grande variação. Entre os familiares, apenas 16,7% utilizam assistência técnica, mas entre eles esse percentual varia de 2,7% no Nordeste para 47,2% no Sul . Na agricultura patronal a média é de 43,5%.

A energia elétrica é utilizada por 36,6% dos estabelecimentos familiares, sendo que os percentuais variam de 9,3% e 18,7% no Norte e Nordeste, respectivamente, a 73,5% na região Sul. O acesso a esse bem público também é maior entre os patronais, em 64,5% dos estabelecimentos, com destaque para o Sudeste, onde alcança 80,2%.

O uso de tração animal e/ou tração mecânica é muito baixo entre os estabelecimentos familiares: 50% utilizam apenas a força manual nos trabalhos agrários; 23% apenas tração animal e outros 27% tração mecânica ou mecânica e animal. No Norte, 87% dos estabelecimentos familiares não utilizam tração animal nem mecânica, enquanto no Sul há um alto percentual do uso de tração mecânica/animal ou somente animal, representado por 48,4% e 37,2% dos estabelecimentos, respectivamente.

O uso de tração mecânica e/ou animal aparece em 68,3% dos estabelecimentos patronais. O Norte e o Nordeste utilizam menos esses recursos: 39,9% e 50,7%.

Entre os familiares, 36,7% usam adubos e corretivos, variando de 9% no Norte e 16,8% no Nordeste até 77,1% dos estabelecimentos no Sul.

Brasil: agricultura familiar – estabelecimentos e área segundo os grupos de renda total – em R$

Grupo de RT	Até 0		Mais de 0 a 3.000		Mais de 3.000 a 8.000		Mais de 8.000 a 15.000		Mais de 15.000 a 27.500		Mais de 27.500	
Região	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área
Nordeste	7	8,8	85,7	67,9	5,8	16,5	1	4,2	0,3	1,7	0,2	1
Centro-Oeste	14,9	18,2	49,4	33,1	23,5	24,5	7,1	11,4	3,1	6,7	2,1	6
Norte	5,2	8,5	67,1	54,6	22,2	26,2	4	6,8	1,1	2,5	0,5	1,3
Sudeste	14,7	14,7	55,1	38,9	19,6	25,2	6,4	11,2	2,7	5,9	1,6	4,2
Sul	6,6	7,9	44,8	30	31,3	31,8	11,6	16,5	4	8,3	1,8	5,5
Brasil	8,2	10,8	68,9	48,9	15,7	23,7	4,6	9,1	1,7	4,4	0,8	3,1

Brasil: agricultura familiar - participação estabelecimentos segundo grupos de renda monetária – em R$

Região	Total de estab.	Percentual de estabelecimentos					
	Número	Até 0	Mais de 0 a 3.000	Mais de 3.000 a 8.000	Mais de 8.000 a 15.000	Mais de 15.000 a 27.500	Mais de 27.500
Nordeste	2.055.157	19,6	76	3,3	0,7	0,2	0,1
Centro-Oeste	162.062	23,1	51	16,6	5,2	2,3	1,8
Norte	380.895	10,5	72,6	13,4	2,5	0,7	0,4
Sudeste	633.620	24,5	53,9	14,1	4,4	1,9	1,2
Sul	907.635	16	53,7	20,2	6,3	2,4	1,3
Brasil	4.139.369	18,9	66,5	10,1	2,8	1,1	0,6

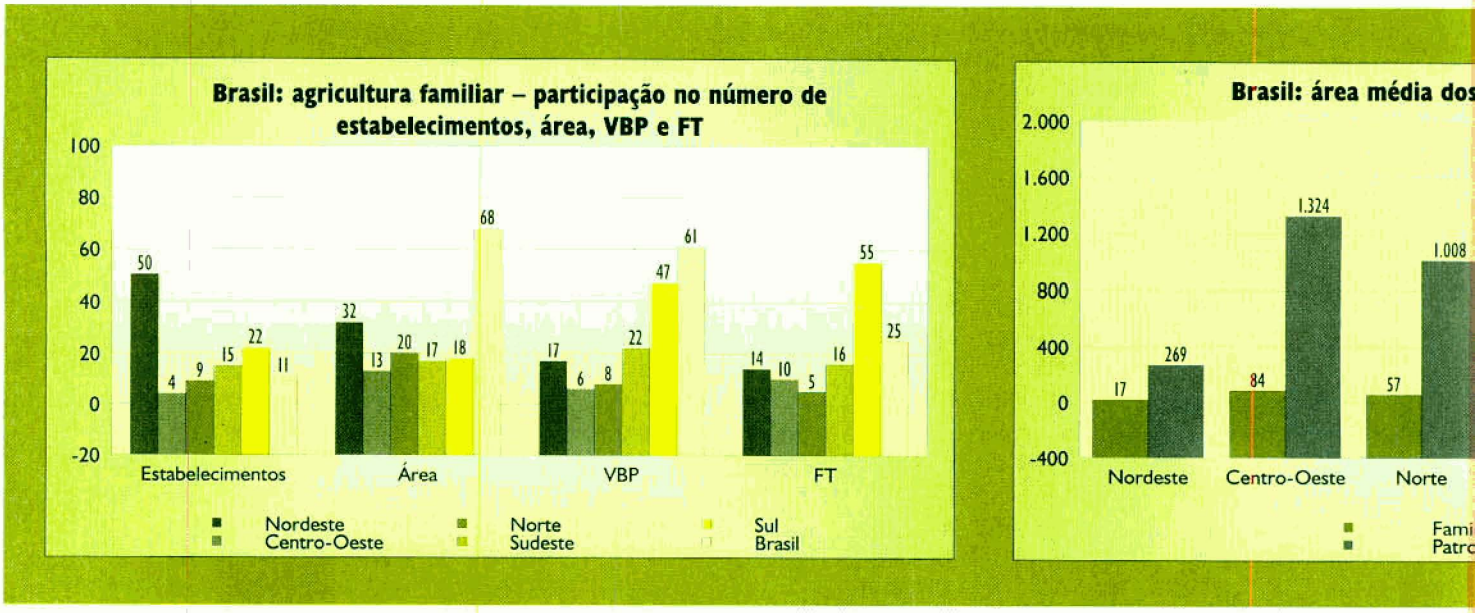
Fonte das tabelas: *Censo Agropecuário* 1995/96. IBGE.
Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO.

A conservação do solo também varia acentuadamente. Nos estabelecimentos familiares do Sul, a prática de algum tipo de conservação do solo chega a 44,9%; no Norte porém não passa de 1%. Nos estabelecimentos patronais, ela é adotada por 33,2%, mas somente por 3,1% no Norte e 9,6% no Nordeste.

A assistência técnica está mais presente entre os patronais, em 43,5% dos estabelecimentos. No Sul chega a 64,4%; no Sudeste, a 55,1%; no Centro-Oeste, são 51,9%; no Norte, 20,7%, e no Nordeste, apenas 18,9%.

Investimentos realizados

Os investimentos somaram R$7,7 bilhões, com uma participação de 32% dos agricultores familiares. As maiores aplicações aconteceram no Sul (44,2%) e no Sudeste (23,2%): juntas, essas regiões representaram 67,4%. Os agricultores patronais participaram com 66,1%, totalizando 64,8% o Sudeste (28,4%) e o Centro-Oeste (36,4%).



O investimento médio realizado por estabelecimentos de agricultores patronais foi de R$9.212/ano e de R$612/ano para agricultores familiares. A região Centro-Oeste apresentou os maiores investimentos, com R$1.901 provindo de agricultores familiares e R$20.570 de agricultores patronais. Os agricultores familiares da região Nordeste foram os que menos investiram, com apenas R$173 por estabelecimento.

Nos investimentos por hectare, os agricultores familiares investiram uma média de R$23,50 contra R$21,30 dos agricultores patronais. Na região Sul, os agricultores familiares investiram uma média de R$57,70; no Nordeste, R$10,40 e no Norte, apenas R$7,4/ha.

O principal destino dos investimentos realizados pelos agricultores familiares foi a formação de novas plantações – culturas permanentes e matas plantadas – e a compra de animais. Com esses objetivos, designados abreviadamente por "novas plantas" e "animais", foram aplicados 37,1% dos investimentos, seguindo-se máquinas e benfeitorias (25,2%) e compra de terras (16%).

Os investimentos dos estabelecimentos familiares do Nordeste concentraram-se em novas plantas e animais, com praticamente 57% do total realizado na região. Para compra de terra foram destinados apenas 8,5% dos investimentos. Os agricultores familiares da região Sul concentraram seus investimentos em máquinas e benfeitorias – 30,2% dos investimentos realizados –, sendo também os que mais investiram na compra de terras: 18,7% dos investimentos.

Os agricultores patronais também concentraram seus investimentos em novas plantas e animais – 46,8% do total – seguidos de máquinas e benfeitorias (25,8%) e compra de terras (12,5%).

Do total de recursos destinados à compra de terras na safra 1995/96, os agricultores patronais do Sudeste foram os que mais investiram, com 22%, vindo em seguida os agricultores familiares do Sul, com 20,2% Em terceiro ficaram os agricultores patronais da região Sul. Os agricultores familiares da região Norte e Nordeste foram os de menor participação, com apenas 1,5% e 2,9% respectivamente .

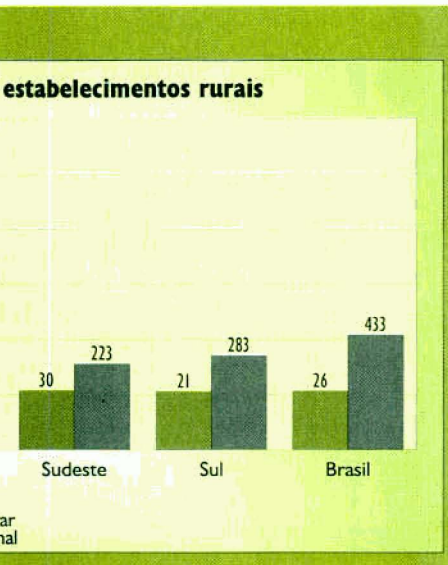
> Nos estabelecimentos familiares a área média é de 16,6ha no Nordeste e de 84,5ha no Centro-Oeste. Entre os patronais, na região Centro-Oeste a média chega a 1.324ha, encontrando-se na região Sudeste a menor área, com 223ha.

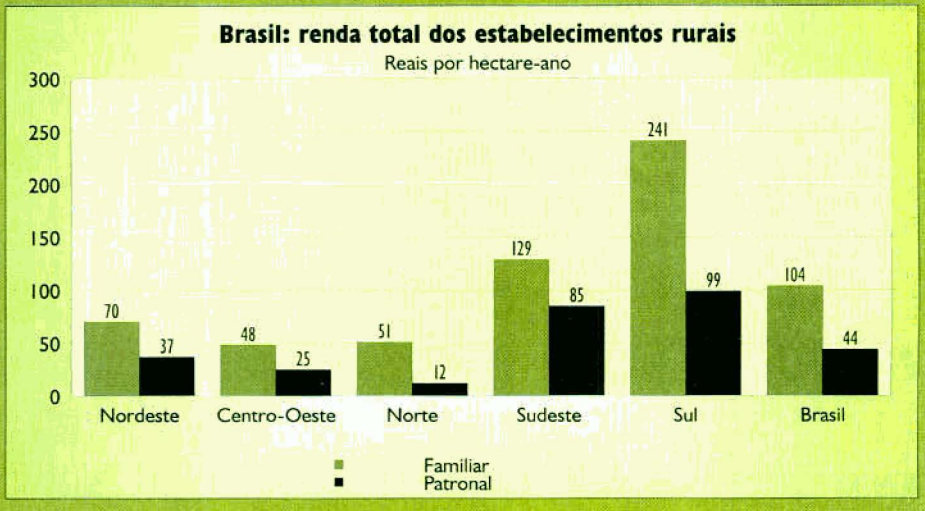
Moradia e plantio

A elevada participação da agricultura familiar no VBP agropecuário é explicada pelo fato de muitos desses produtores possuírem área bem pequena, destinada principalmente a moradia e plantio de subsistência. Além disso, a pecuária de corte e a cana-de-açúcar, produtos tipicamente patronais e de alto valor agregado, têm importante peso no VBP da agropecuária nacional.

O percentual do VBP produzido pela agricultura familiar, consideradas algumas atividades, demonstra sua importância em produtos destinados ao mercado interno e também nos principais produtos de exportação agrícola.

Os agricultores familiares produzem 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos produzidos. Em relação a algumas culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja e





46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja e 47% da uva, 25% do café e 10% do VBP da cana-de-açúcar.

Os agricultores familiares da região Sul se destacam pela participação no VBP regional, sendo responsáveis por 35% da pecuária de corte, 80% da pecuária de leite, 69% dos suínos, 61% das aves, 83% da banana, 43% do café, 81% da uva, 59% do algodão, 92% da cebola, 80% do feijão, 98% do fumo, 89% da mandioca, 65% do milho, 51% da soja e 49% do trigo produzido na região.

Alguns produtos estão concentrados em determinadas regiões, como é o caso de uva, cebola, café, algodão, fumo e soja. Acontece que, por menor que seja essa produção, ela aparece com destaque tanto na agricultura patronal como na familiar.

Atividades agropecuárias mais comuns

Entre os agricultores familiares, a atividade mais comum, independente da quantidade produzida em cada estabelecimento, é a criação de aves e a produção de ovos, presente em 63,1% dos estabelecimentos. O milho e o feijão vêm em seguida, com produção em 55% e 45,8% dos estabelecimentos, respectivamente. A produção de leite está presente em 36%, seguida de 27,8% da pecuária de corte.

> A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro. No Sul representa 84% e no Centro-Oeste, 54%. O Nordeste concentra o maior número de pessoas ocupadas entre os agricultores familiares.

No Nordeste, aves/ovos, feijão e milho também são atividades principais desenvolvidas pelos agricultores familiares, com mais de 50% de estabelecimentos produtores. Entretanto, é muito baixo o percentual de produtores para todas as demais culturas e criações. A própria mandioca aparece em apenas 22% dos estabelecimentos.

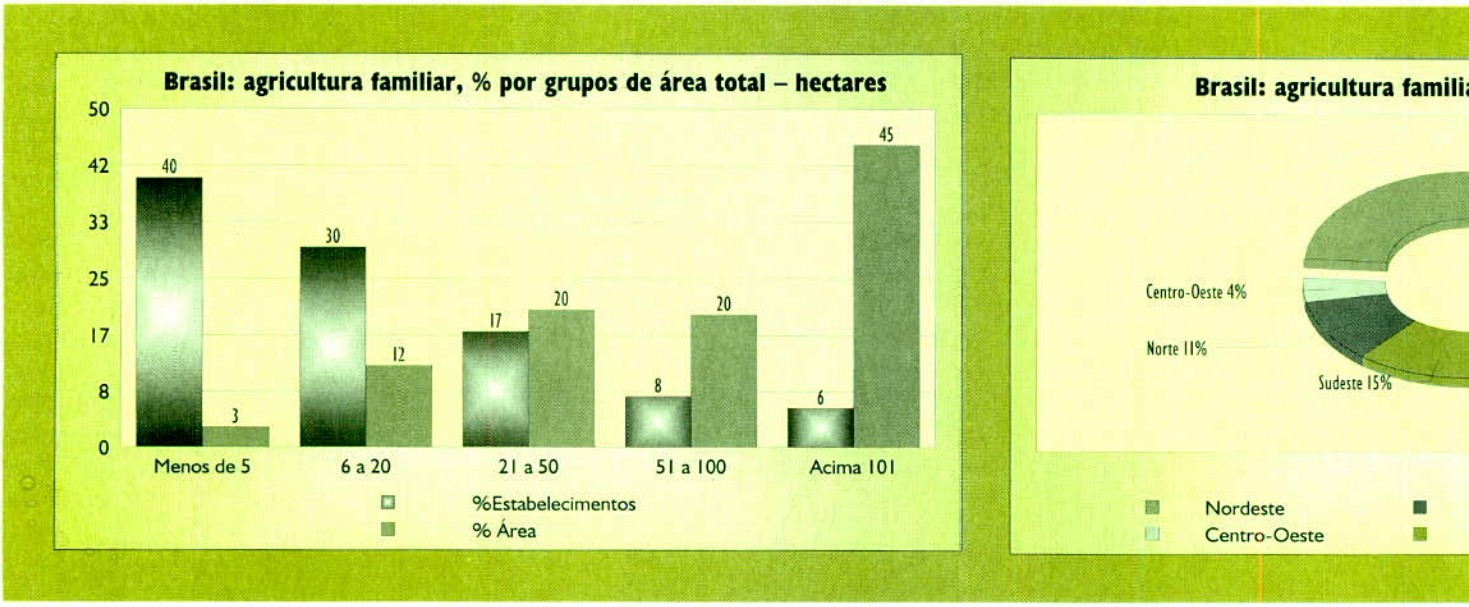
Entre os agricultores familiares da região Sul, 48% desenvolvem pecuária de corte; 61,6%, pecuária de leite; 55%, suínos, e 73,5%, aves/ovos. Nas lavouras, 71,4% dos agricultores cultivam milho; 46,9%, feijão; 35,7%, mandioca, e 22,5% cultivam soja. No Sudeste, os produtos mais comuns entre os agricultores familiares são aves/ovos, milho, pecuária de leite, feijão, pecuária de corte e café.

Em relação aos agricultores patronais, as atividades mais comuns são a pecuária de leite, a pecuária de corte e criação de aves/ovos, com 54,2%, 48,5% e 39,5%, respectivamente. A suinocultura aparece em 19% dos estabelecimentos. Entre as culturas, o milho aparece com maior destaque, cultivado por 32,3% dos patronais, seguido pelo feijão (17,9%), laranja, (15,2%), banana (11,6%) e café (10,8%).

Composição do VBP

As atividades de produção animal, de valor agregado mais elevado, têm maior participação na composição do VBP nacional. Destacam-se a pecuária de leite, com 13,3% de todo o VBP da agricultura familiar, seguida por aves/ovos, com 10,5%, e pecuária de corte, com 9,5%. O milho e o feijão, apesar de serem cultivados na maioria dos estabelecimentos familiares, apresentam uma baixa participação no VBP total da agricultura familiar, representando 8,7% e 3,8% respectivamente.

As atividades agropecuárias variam de importância conforme a região. Os dados do Sul influenciam muito a média nacional, em virtude de sua maior participação no VBP dos agricul-



tores familiares (47% do total). Um bom exemplo são os suínos, aves/ovos, fumo, milho e soja, de fraca participação no valor do VBP nas demais regiões, mas de forte participação no VBP da região Sul, o que eleva sua importância na agricultura familiar brasileira.

No Nordeste, os produtos mais importantes na composição do VBP da agricultura familiar são a pecuária de corte e a de leite, seguidas por feijão e milho. No Norte, destaque para a mandioca – 25,4% –, seguida pela pecuária de corte (11,6%) e pecuária de leite (10,6%). No Sudeste, a pecuária de leite, com 19,5% do VBP; café (12,4%); pecuária de corte (9,9%) e milho (6,4%) são as quatro principais atividades.

O Centro-Oeste se destaca na pecuária bovina de corte e de leite, que representam 51,3% de todo o VBP dos agricultores familiares. Incluídos a soja e o milho, essas são as quatro atividades responsáveis por 71% do valor bruto da produção familiar.

A região Sul apresenta maior distribuição do VBP entre os produtos, sendo a avicultura de corte e de postura a mais importante, com 15,2%, seguida por soja (13,3%), milho (11,5%), suínos (9,7%), pecuária de leite (9,2%), fumo (8,7%), pecuária de corte (5,4%), mandioca (3,9%) e feijão (2,9%). Essas 11 atividades correspondem a 82,9% do VBP.

Entre os agricultores patronais, as atividades mais importantes na composição do VBP são pecuária de corte, 19% do total; cana-de-açúcar (16,4%); soja (9,9%); aves/ovos (9,6%); pecuária de leite (7,5%); café (6,3%) e milho (5,6%). As sete atividades representam 74,3% de todo o VBP dos estabelecimentos patronais no Brasil. Na região Norte, a pecuária de corte é responsável por 49,6% de todo o VBP dos agricultores patronais.

> A agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja e 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e 10% da cana.

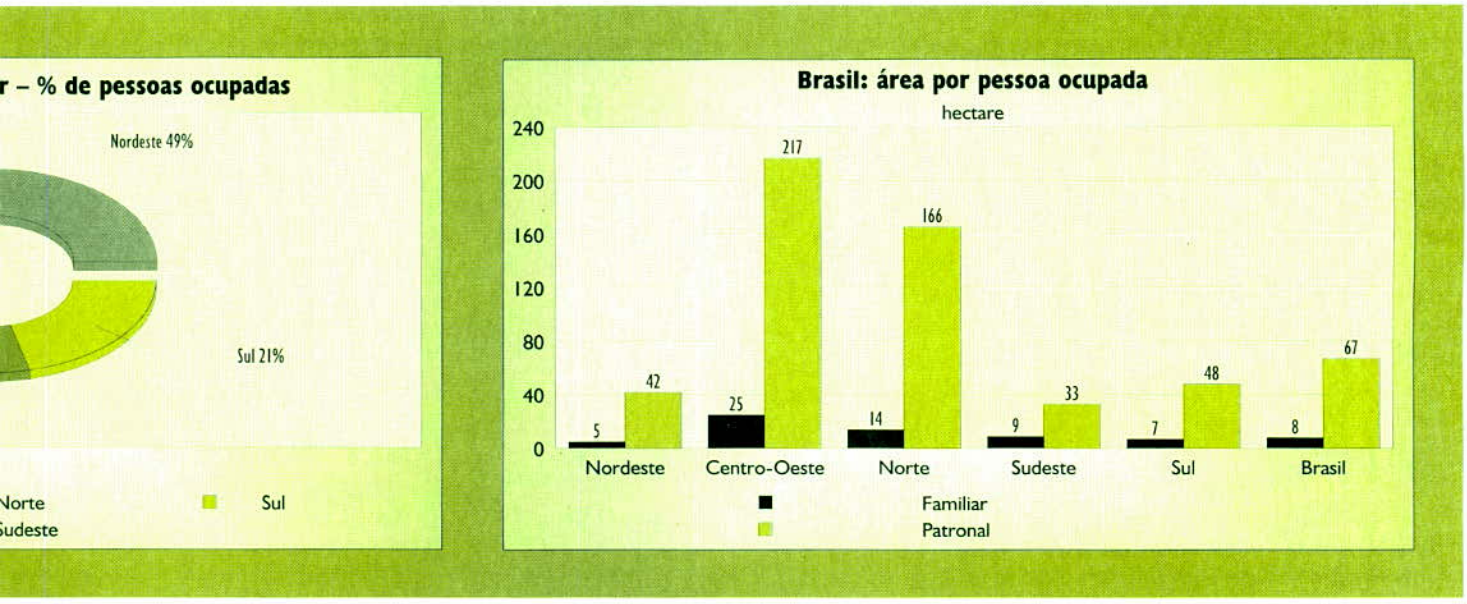
Renda total

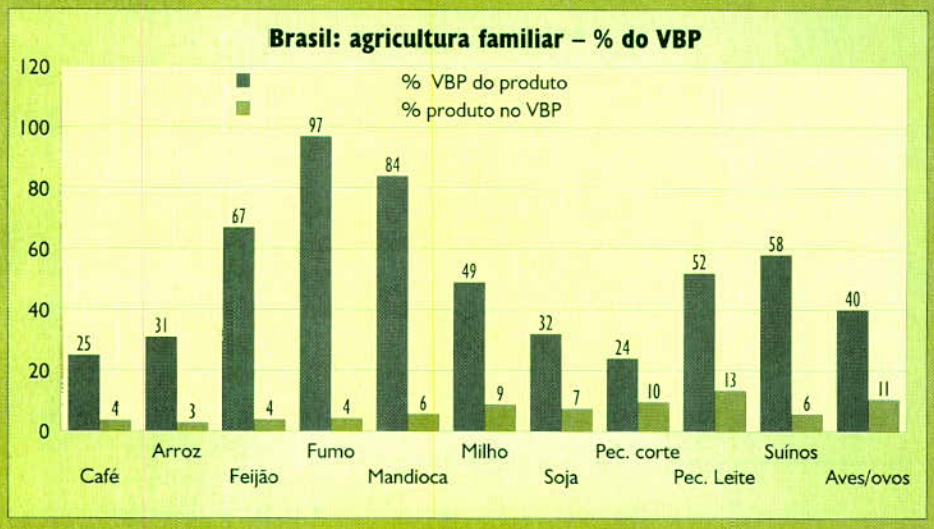
A renda total (RT) dos estabelecimentos demonstra a diversidade de renda das diferentes categorias. Cerca de 68,9% dos agricultores familiares conseguem RT do estabelecimento no intervalo entre zero e R$3 mil ao ano. Outros 15,7% ficam entre R$3 mil e R$8 mil. Apenas 0,8% dos agricultores familiares alcança RT superior a R$27.500 por ano.

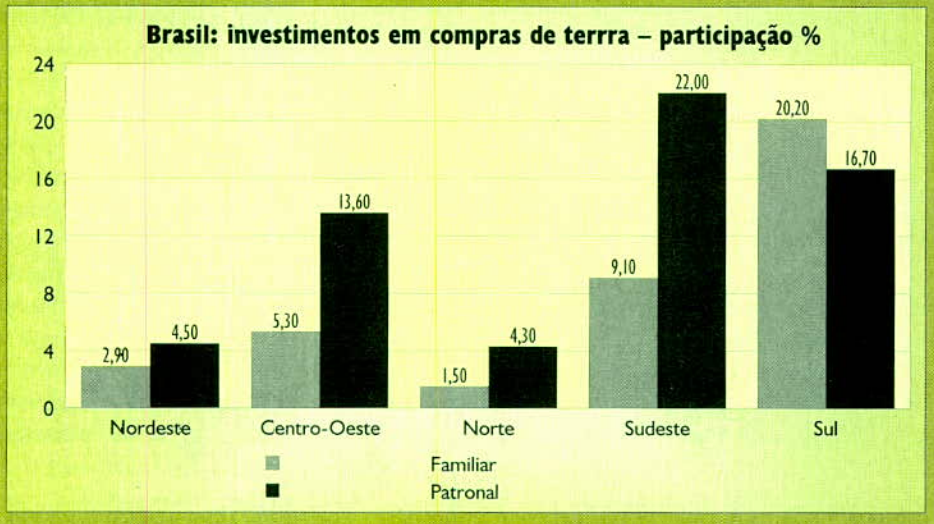
Aproximadamente 8,2% dos estabelecimentos familiares, que ocupam 10% da área, apresentaram RT negativa. Isso não significa que sejam necessariamente pobres. Esse percentual de renda negativa inclui três grupos de agricultores. O primeiro é constituído por aqueles que estão investindo em novas atividades, as quais demandam gastos e investimentos mas ainda não estão produzindo. O segundo é formado por agricultores que tiveram prejuízos na safra em que foi realizado o censo. O terceiro é representado por agricultores de baixa produção, cuja renda da atividade desenvolvida no estabelecimento tem pouca importância.

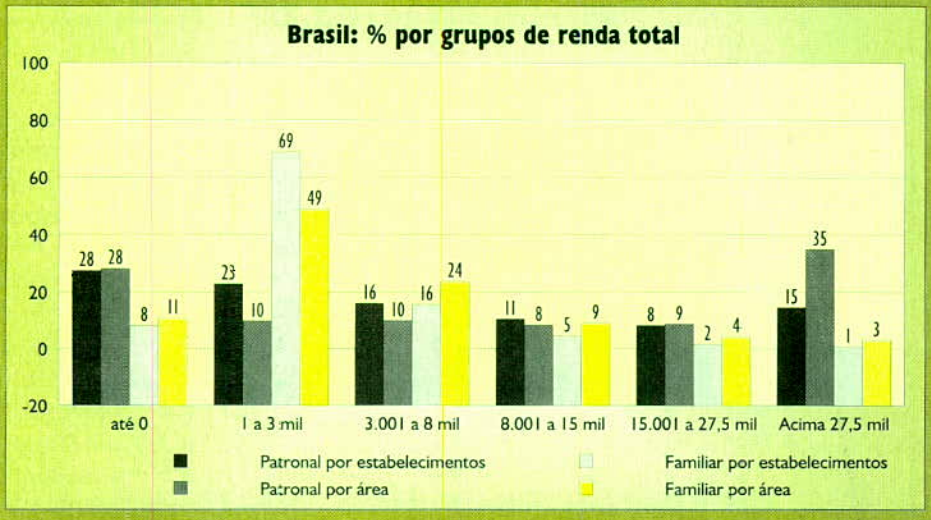
No Sul estão 48,6% dos agricultores familiares de estabelecimentos com RT superior a R$3 mil ao ano. Na região Nordeste, 92,7% (1.905.534) dos estabelecimentos familiares têm RT inferior a R$3 mil.

Entre os agricultores patronais existe uma grande variação na renda dos estabelecimentos. Cerca de 50,4% dos estabele-









cimentos patronais têm RT inferior a R$3 mil por ano, e apenas 14,7% alcançam mais de R$27.500.

Dos estabelecimentos patronais, cerca de 27,5% deles, correspondentes a 28,2% da área total, possuem RT negativa ou nula – percentual relativamente muito alto. Essa constatação pode estar associada a cinco tipos de agricultores patronais: a) os que estão fazendo novos investimentos, apresentando gastos e pouco retorno; b) latifúndios improdutivos; c) frustração de safra; d) chácaras de lazer; e) estabelecimentos baseados na exploração mineral (não computada na renda agrícola).

Renda monetária

Cerca de 19% dos estabelecimentos apresentam renda monetária (RM) negativa, o que corresponde a 10,6 pontos percentuais acima dos estabelecimentos de RT negativa ou nula. Essa diferença representa basicamente o valor da produção destinada ao consumo próprio.

Muitos agricultores familiares, em especial os mais descapitalizados, utilizam-se de rendas não agrícolas para investir em seus estabelecimentos. A RM obtida pode ser inferior ao valor gasto (RM negativa), mas a produção para consumo próprio normalmente compensa a despesa. (**L. A. P.** e **R. A.**)

Bibliografia

Guanziroli, C. E.; Cardim E. S. *et al. Novo retrato da agricultura familiar.* O Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, Brasília, fev. 2000.

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Junho	Δ% mês anterior	Δ% mês ano passado	% acumulado no ano	% acumulado ano passado	Δ% 12 meses
Algodão em caroço (kg)	0,63	-1,563	0,000	1,613	22,000	6,780
Amendoim em casca (kg)	0,74	2,778	7,692	-22,917	130,000	17,460
Arroz em casca (kg)	0,24	0,000	0,000	-14,286	-12,500	-7,692
Banana (dúzia)	0,40	0,000	-6,667	-11,111	15,385	-9,091
Batata-inglesa (kg)	0,35	2,941	-6,452	66,667	-32,432	25,000
Cacau (15kg)	23,51	-2,205	-1,380	-6,148	5,426	-9,403
Café em coco (kg)	1,18	-4,839	-8,955	-24,841	30,000	-5,600
Cana-de-açúcar (t)	18,31	6,330	0,829	22,475	-6,395	26,363
Feijão (kg)	0,59	0,000	-9,677	-9,231	-32,407	-3,279
Fumo em folha (kg)	2,13	1,429	-1,456	-6,167	10,628	1,429
Laranja (cento)	2,00	1,523	-13,910	-6,542	-39,943	-13,043
Milho (kg)	0,19	0,000	6,667	-17,391	37,500	18,750
Mandioca (ton)	73,11	-7,876	-0,469	-19,028	20,526	-9,203
Soja (kg)	0,28	0,000	0,000	-3,448	47,619	12,000
Tomate (kg)	0,39	0,000	2,778	-13,333	20,588	-7,143
Trigo em grão (kg)	0,22	0,000	0,000	10,000	33,333	4,762
Cebola (kg)	0,50	2,041	-8,889	66,667	-16,279	28,205
Mamona (kg)	0,40	-14,894	-3,125	-27,273	65,385	25,000
Pimenta-do-reino (kg)	7,43	-8,610	-7,249	-9,390	96,635	31,972
Sisal (kg)	0,31	-3,125	-5,882	3,333	3,571	-3,125
Bezerro até um ano (cabeça)	188,66	2,722	0,118	12,552	25,754	27,940
Boi gordo para corte (15kg)	36,37	4,123	4,915	1,028	31,664	20,871
Vaca leiteira de raça (cabeça)	782,16	1,388	1,598	4,649	8,878	8,927
Vaca leiteira comum (comum)	450,88	2,394	-0,888	10,188	10,471	20,001
Suíno para corte (15kg)	18,44	3,596	-0,063	-7,430	21,201	15,250
Frango/galinha para corte (kg)	1,03	7,292	-1,075	0,980	26,437	5,102
Leite (litro)	0,33	6,452	0,000	13,793	20,833	22,222
Lã (15kg)	19,91	-16,938	-9,178	-15,743	54,697	26,573
Ovos (dúzia)	0,86	0,000	0,000	2,381	20,548	7,500
Mel de abelha (litro)	5,75	2,862	-2,504	8,286	7,326	-2,872
Boi magro (cabeça)	327,39	2,672	-0,049	7,818	19,994	22,554

Indicadores do agronegócio

Brasil: índices de preços recebidos e pagos pelos agricultores
Valores nominais (base agosto de 1994=100)

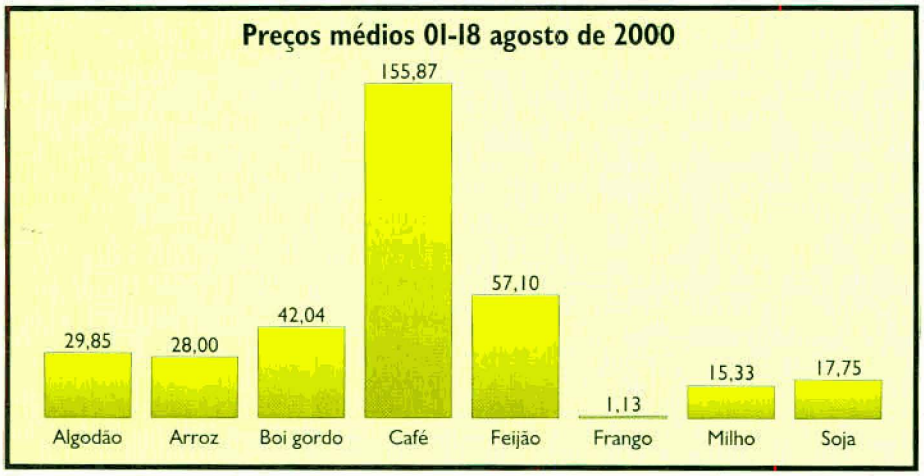
Produtos média	Lavouras[1]	Lavouras – produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Abr. 2000	167,324	176,576	147,755	131,578	154,642	157,880	185,030	187,010	152,620	185,420	290,380	196,650
Maio	169,176	177,078	151,284	132,499	156,135	158,650	184,180	187,220	152,900	185,420	291,810	196,870
Junho	164,465	171,793	147,543	135,781	154,646	159,540	183,860	188,040	154,220	185,420	294,850	197,760
Julho	164,040	170,467	148,344	142,256	156,951	161,136	184,180	188,894	155,737	191,065	297,211	199,711

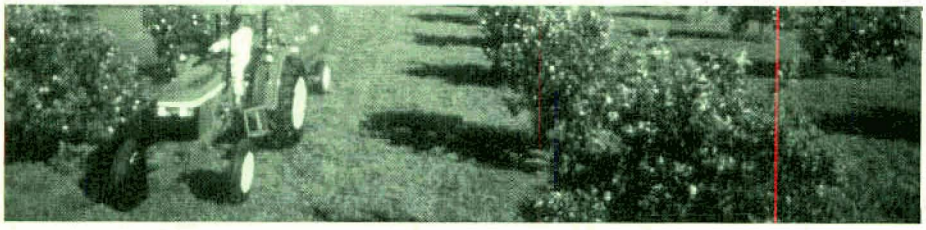
Fontes dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.
[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de agosto e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de setembro de 2000. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para julho de 2000. Os preços de agosto de 1999 são nominais.

Por Carlos Cogo, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro e Rogério Ferreira de Souza*





Algodão (6) sul do Brasil – R$/15kg disponível

A concentração de oferta resultante da colheita dos estados do Centro-Oeste, os leilões de PEP e recompra de opções do governo mantêm o mercado abastecido e as cotações estabilizadas.

Arroz agulhinha – R$/sc. 60kg

O encerramento dos leilões de opções, o elevado estoque reservado ao Brasil nos países do Mercosul e a fraca demanda pelo produto beneficiado mantêm as cotações estabilizadas no mercado doméstico.

Boi – R$/arroba

O surgimento de focos de aftosa no Rio Grande do Sul, com rumores de cancelamento de exportações e recuo na demanda, manteve estabilizadas as cotações da arroba de boi gordo no Centro-Sul do país.

Café tipo 6 R$/sc. 60kg

Os baixos preços no mercado externo impedem qualquer possibilidade de recuperação das cotações domésticas, o que é facilitado pela baixa performance das exportações brasileiras. Mas os detentores de estoques permanecem resistentes às ofertas dos compradores.

Feijão carioquinha especial R$/sc.60kg

Após as altas expressivas provocadas pela geada e pela redução na área da terceira safra, a retração na demanda freou novas altas, mas a entressafra mantém as cotações firmes nas principais regiões produtoras.

Frango vivo R$/kg

De acordo com a Apinco, a produção brasileira de pintos de corte de julho foi de 267 milhões de cabeças, contra 261,7 milhões em junho. Em relação a julho do ano passado, o volume produzido este ano foi 21,3% menor. Para agosto, a Apinco está trabalhando com algo em torno de 268,5 milhões de cabeças. Para setembro, os primeiros prognósticos indicam uma produção de 266,7 milhões de pintos. Depois da recuperação iniciada em junho, o preço está estável em torno de R$1,50 o quilo.

Milho amarelo semiduro R$/60kg

As importações brasileiras de milho em grão de janeiro a julho deste ano cresceram 125%, passando de US$50 milhões em 1999 para US$115 milhões. Entretanto, diante dos preços mais baixos no mercado internacional, o volume importado no período aumentou 157%. De acordo com o IBGE, a produção nacional em 2000 deverá registrar 32 milhões de toneladas, o que resultará num déficit de 4 milhões de toneladas a ser coberto com importações. Até o momento, o país já importou cerca de 1,2 milhão de toneladas. O maior fornecedor é a Argentina.

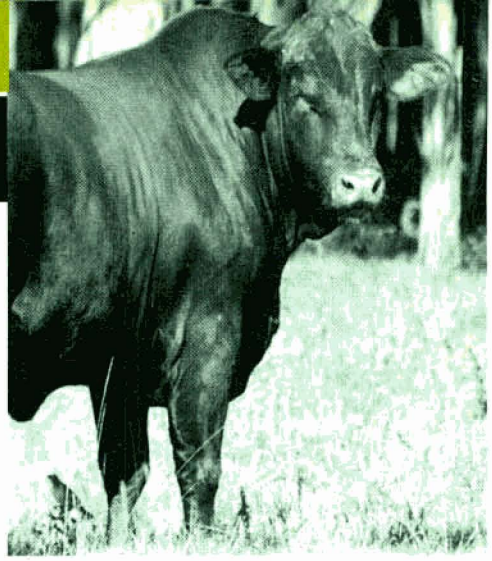
Soja grão industrial R$/60kg

A estagnação das cotações futuras na Bolsa de Chicago e a redução no esmagamento doméstico nos sete primeiros meses do ano reduziram a pressão de demanda no mercado, mantendo as cotaçõees domésticas estabilizadas.

Mercado interno

Produtos	Ago. 1999	Jul. 2.000	01-18 agosto	14-18 agosto	Tendências
Algodão (6) Sul do Brasil – R$/15kg disp.	35,54	29,64	29,85	29,64	Estável
Arroz agulhinha – R$/sc. 60kg	36,23	28,33	28,00	28,00	Estável
Boi gordo – R$/arroba	37,82	40,25	42,04	42,49	Estável
Café tipo 6 – R$/sc. 60kg	207,69	173,47	155,87	152,69	Estável
Feijão carioquinha especial – R$/sc.60kg	47,14	46,16	57,10	56,33	Estável
Frango vivo – R$/kg	0,84	0,95	1,13	1,15	Estável
Milho amarelo semiduro – R$/60kg	12,19	14,17	15,33	15,40	Alta
Soja grão industrial – R$/60kg	19,47	17,86	17,75	17,75	Estável

Mercado externo



Açúcar US¢/lb. peso mundial branco

A forte redução nas exportações brasileiras de açúcar, a queda de 1,7% no volume produzido na atual safra e a redução dos estoques finais impulsionam os preços futuros.

Algodão 1-1/16"US¢/lb. peso

A alta no preço do petróleo e das fibras sintéticas, com a expansão do consumo de algodão e os baixos estoques na China, está provocando aumento nas cotações externas do algodão.

Cacau Bahia US$/t

Mesmo com a entrada do cacau das origens, em virtude do início da safra, as indústrias sinalizam um aumento no consumo.

Café contrato Nova York US¢/lb. peso

Estoques nos países consumidores permanecem crescendo. Não se observa disposição efetiva por parte de alguns dos países que deveriam iniciar a retenção em outubro em fazê-lo.

Milho two yellow US¢/bushel

As previsões de colheita da safra norte-americana sofreram pequena alteração, com ajustamento de 263,372 milhões de toneladas para 263,195 milhões. Em termos mundiais a produção diminuiu de 607,17 milhões de toneladas para 605,33 milhões. Com isso, os estoques deverão sofrer pequena queda, quando comparados com a temporada de 1999/00, em que passam de 127,90 milhões de toneladas para 127,65 milhões, cenário propício para resfriar as cotações na Bolsa de Chicago.

Soja grão one yellow US$/bushel

Após o forte recuo das cotações nos últimos meses, a piora do clima nas últimas semanas que precederam a colheita da safra americana 2000/01 levou a ligeira recuperação das cotações futuras em Chicago.

Soja farelo US$/t

As cotações futuras do farelo acompanharam os ganhos do grão nas últimas semanas na Bolsa de Chicago, favorecidas ainda pela crescente demanda mundial.

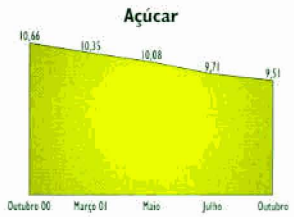
Trigo soft red US¢/bushel

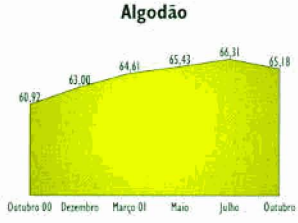
Mesmo com o crescimento do consumo e queda na produção mundial, com os menores estoques dos últimos anos, os preços externos ainda estão deprimidos e estáveis.

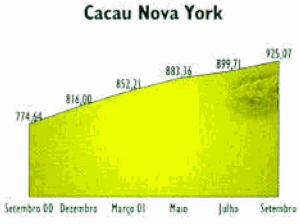
Mercado externo – médias dos primeiros futuros

	Açúcar US¢/Lb. peso mundial	Algodão 1-1/16" US¢/Lb. Peso	Cacau Bahia US$/t	Café contrato com Nova York US¢/lb. peso	Milho two yellow US¢/bushel	Soja em grão one yellow US$/bushel	Farelo de soja US$/t	Trigo soft red US¢/bushel
Agosto 99	6,13	51,74	935,59	91,24	213,58	468,63	140,23	271,05
Julho 2000	9,68	57,96	847,85	92,72	184,68	461,11	156,56	249,71
01-18 de agosto	10,66	60,92	774,64	81,84	178,02	449,48	150,15	239,23
14-18 agosto	10,67	62,31	760,40	78,53	177,15	459,35	154,52	240,15

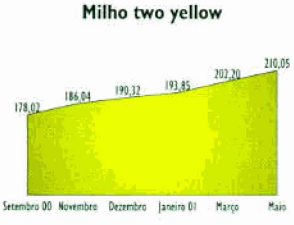
Futuros

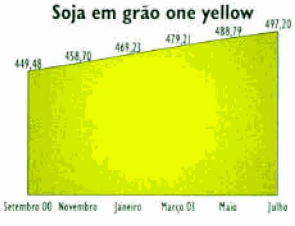


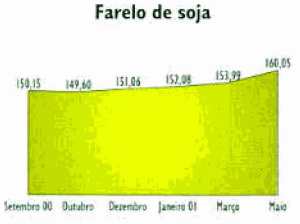


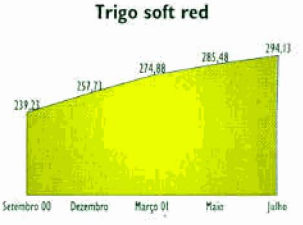












*Cogo é consultor da Agromercados Consultoria Agroeconômica Ltda.

RANKING

100 maiores do agronegócio



Temos mais de 100 motivos para brindar essa edição de outubro. O ranking das maiores empresas ligadas ao Agribusiness do país e a classificação das 50 maiores cooperativas agropecuárias são o resultado de um extenso e detalhado trabalho da FGV, que ponderou a receita operacional, a rentabilidade do patrimônio, o ativo total e o lucro de cada empresa.

PARA ANUNCIAR, CONTATE:

Rio de Janeiro: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda (Gerente Comercial). Tel.: (21) 559-5623 – e-mail: caique@fgv.br

São Paulo: José Mario Brito. Tel.: (11) 9222-9480, 3875-2313

A era fluvial

O futuro estará em breve navegando pelas hidrovias do Brasil no rumo certo do desenvolvimento

DÉCIO TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH

Há cerca de cinco anos publiquei na imprensa mineira um artigo intitulado "As estradas da pobreza", mostrando que, balizada apenas na aplicação de métodos quantitativos para apurar o custo/benefício, a decisão sobre investimentos públicos na infra-estrutura de transportes incentiva a concentração dos recursos nas regiões desenvolvidas, perpetuando os desequilíbrios regionais. Tais métodos ortodoxos de seleção de investimentos, concentrando-se nas vias de retorno mais rápido do capital, acabam discriminando regiões que se tornam irremediavelmente pobres.

A palavra do ministro

Na edição nº 5 deste ano da revista AGROANALYSIS, o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, endossa esse raciocínio, ao expor o Programa Avança Brasil como instrumento de descentralização das atividades econômicas. "Sob esse aspecto" – afirma Padilha – "a cientificidade do Avança Brasil partiu do pressuposto de que deveremos fazer com que todo o território nacional tenha um novo patamar de desenvolvimento e, para isso, vai haver investimento para a região inversamente proporcional a sua participação no PIB."

Anunciando o ingresso do país na era fluvial, o ministro dos Transportes acrescenta: "Cada país tem suas próprias circunstâncias; mas em dimensões continentais, como nós temos no Brasil economicamente falando, o modal que deveria ter a maior participação seria o hidroviário, seguido pelo ferroviário e depois pelo rodoviário."

Como na Índia

Quase um século e meio antes, o pesquisador inglês Richard Francis Burton afirmara a mesma coisa: "O Brasil é, sem dúvida, a terra dos grandes rios, mas ainda não melhorados, com as vias fluviais deploravelmente negligenciadas, como na Índia."

Tratando do tema com a isenção de cidadão inglês, ou talvez com o acesso às regras do comércio internacional proporcionado pela sua condição de oficial do Exército britânico, diplomata e membro da Royal Geographical Society, *sir* Burton deu uma explicação para o desleixo com relação às hidrovias em nosso pobre Brasil imperial: "Com os capitais para financiamento das estradas de ferro obtidos na Inglaterra, mediante pesados juros, os vários modos de comunicação foram concretizados no sentido inverso de seu mérito."

> Balizada apenas na aplicação de métodos quantitativos para apurar o custo/benefício, a decisão sobre investimentos públicos na infra-estrutura de transportes incentiva a concentração dos recursos nas regiões desenvolvidas, perpetuando os desequilíbrios regionais.

Os textos de Burton, publicados sob o título *Explorations of the Higlands of Brazil*, permaneceram dezenas de anos restritos aos centros eruditos britânicos, enquanto nós, provincianos, ignorávamos as causas de nosso viés histórico em termos de matriz de transportes.

Os países dependentes de financiamentos externos tendem a investir de acordo com a rentabilidade dos investidores, já salientava Burton. Com os projetos das ferrovias, vieram as locomotivas, os vagões e até mesmo as colunas de ferro e as telhas por elas sustentadas nas estações ferroviárias, como ainda se pode ver no interior do país.

O mesmo se pode dizer das rodovias, que há anos vêm sustentando a centenária indissolubilidade do casamento entre a indústria automobilística e a petrolífera, as mais poderosas da economia mundial.

Modal de interesse restrito

As hidrovias proporcionam custos operacionais expressivamente mais baixos que outros modais e reduzem o número de caminhões nas estradas – o que não as torna atrativas para os gigantes do comércio internacional.

Os rebocadores são construídos com um motor de caminhão para fazer o trabalho de 20 caminhões da mesma potência; as chatas usadas no transporte de carga são fabricadas às margens dos rios, utilizando aço e mão-de-obra local. É um modal de interesse econômico e social restrito aos países que o utilizam.

Aí está um dos motivos por que as hidrovias não chegam a sair do papel em nosso país e recebem toda espécie de bloqueios, tão logo as primeiras experiências são realizadas.

Nos tempos do Brasil colônia se dizia que os rios tropicais ameaçavam a saúde dos nave-

gadores, devido à possibilidade de doenças e ataques dos índios. Hoje se diz que os navegadores e suas embarcações ameaçam a saúde dos rios e das comunidades indígenas. Como se vê, houve apenas uma mudança de mão no processo de descrédito da modalidade.

O exemplo do Paraná—Tietê

Em seu livro *Water Resource Development*, publicado pela Universidade de Harvard, Otto Ecksteim destaca a importância das hidrovias como fator indutor de desenvolvimento: "Depois que o rio se torna navegável, o tráfego surge lentamente, ampliando-se, mais tarde, à medida que atividades econômicas são instaladas em suas margens."

A afirmativa põe por terra os argumentos dos ortodoxos do custo/benefício de que não podemos ter hidrovias, simplesmente porque não temos carga para hidrovias. O sistema Paraná—Tietê comprova a tese de Ecksteim: inicialmente a carga era incipiente; hoje temos cerca de 6 milhões de toneladas anuais de grãos, cana-de-açúcar, areia, calcário e adubos conduzidas com total segurança naquela hidrovia. Seis armadores operam comercialmente no sistema que, ao todo, já conta com 50 mil embarcações registradas na Capitania dos Portos local.

O crescimento expressivo do sistema Paraná—Tietê foi a resposta aos que investiram na primeira hidrovia brasileira.

Hidrovias e cursos d'água

Há uma diferença fundamental entre hidrovias e cursos d'água naturalmente navegáveis. Hidrovias pressupõem obras de dragagem, transposição de desníveis e balizamentos para que trafeguem, com total segurança, comboios formados após minuciosos estudos para determinar as embarcações-tipo. Nas hidrovias navegam os países de primeiro mundo rumo ao futuro.

Nos cursos d'água, apenas navegáveis, têm encalhado as economias dos países subdesenvolvidos.

Finalmente, o Brasil ameaça avançar rumo ao desenvolvimento – a não ser que, mais uma vez, mãos invisíveis acionem o freio da história.

Décio Teixeira da Costa Nazareth é economista e jornalista, com mestrado em administração.
E-Mail: ci.setop@mg.gov.br

CONSUMO

Politicamente equivocado

O caso da vaca louca provou que um simples boato pode causar a derrocada de todo um setor de mercado

HÉLIO SCHORR

Em recente viagem internacional, sentou-se a meu lado um senhor de aproximadamente 40 anos que imaginei conhecer e tentei identificar.

Abordei-o. Identificou-se – me permito omitir seu nome – como médico endocrinologista e professor da escola de medicina de uma das mais importantes universidades brasileiras. Lembrei-me imediatamente de tê-lo visto em mais de um *talk-show* da televisão. Concluí então ter a meu lado alguém que faz parte do supra-sumo da elite econômica e sobretudo intelectual do Brasil. Enfim, um formador de opinião.

Esclarecendo equívocos

Apresentei-me como médico veterinário dedicado à produção animal, com funções executivas numa empresa de interesse econômico centrado na produção e comercialização de carne de frango.

O professor observou então que orienta seus alunos e recomenda a seus pacientes a não consumirem carne de ave, devido aos elevados níveis de anabolizantes e promotores de crescimento utilizados na dieta desses animais.

Tive então que gastar um bom tempo explicando-lhe que anabolizantes não são utilizados na produção de aves em nenhum lugar do mundo, e que embora sejam permitidos para algumas espécies em países desenvolvidos, sua utilização no Brasil está proibida.

Expliquei-lhe também que os anabolizantes não devem ser confundidos com promotores de crescimento, que nada mais são que subdoses de antibióticos não absorvíveis, desenvolvidos para agir à luz do intestino das aves, melhorando a absorção de nutrientes. Sendo não absorvíveis, não deixam resíduos na carne e portanto não atingem consumidores como seus alunos e pacientes.

Mal informado

Refleti muito sobre esse diálogo, inconformado com a falta de informação do nosso formador de opinião.

Chegando a meu destino, participei de um congresso técnico em que uma das melhores apresentações foi a do dr. Wesley V.

Jamison, professor da Universidade de Arkansas, que num brilhante trabalho de pesquisa identificou o que ele chama de "consumidor politicamente ativo" e a importância de informá-lo correta, adequada e eficientemente.

O consumidor politicamente ativo foi caracterizado como do sexo feminino – embora os homens estejam ficando mais ativos; entre 25 e 40 anos; solteiro ou descasado; curso superior, nível de renda média a alta; leitor de pelo menos um jornal por dia; com atividade política; participante de passeatas; preocupado com saúde, educação e ecologia.

Esse consumidor se julga bem informado e eclético, embora não tenha conhecimentos técnicos suficientes para absorver, elaborar e firmar uma opinião própria sobre a maioria dos assuntos. Está portanto sujeito a receber informações que, equivocadas ou inadequadas, podem provocar prejuízos incalculáveis às empresas ou até mesmo a setores inteiros da economia. O consumidor politicamente ativo é pois um formador de opinião. É dele que surge o boato. Ele dita a moda.

Defensor do bem-estar

O consumidor politicamente ativo é um ecologista e indaga, por exemplo, como estamos produzindo nossos alimentos; se estamos destruindo a floresta tropical; se fazemos conservação de solos; quais são e em que quantidade estamos usando os venenos; que destino estamos dando aos dejetos de suínos, bovinos e aves; se estamos usando a energia não renovável adequadamente.

Ele é um defensor do bem-estar dos animais e quer saber: Com que idade estamos desmamando os leitões? Qual a densidade de aves alojadas em um aviário? Que tipo de alimento ou medicamento estamos oferecendo aos animais? Fazemos restrição hídrica ou alimentar aos animais? Usamos ou não iluminação artificial? Como os estamos transportando e abatendo? Enfim, o consumidor quer saber se estamos ou não maltratando os animais.

Cultua o corpo e está preocupado com sua saúde e a das futuras gerações. Interessa-lhe saber se estamos usando conservantes, corantes e estabilizantes na preparação dos alimentos e como estamos combatendo as contaminações bacterianas.

O poder das hipóteses

Exemplo clássico de informação equivocada dirigida ao consumidor politicamente ativo e difundida por todo o mercado é a BSE – encefalopatia espongiforme bovina – ou doença da vaca louca, que aniquilou a pecuária de corte do Reino Unido e de grande parte da Europa. A mera hipótese de contaminação de seres humanos abalou todo o mercado mundial de carnes.

Outro exemplo é o suíno, equivocadamente responsabilizado pela elevação das taxas de colesterol e difusão de cisticercose entre humanos. Sabe-se hoje que pessoas vegetarianas estão mais sujeitas à cisticercose que os consumidores de carne suína.

A introdução de hormônios sintéticos de crescimento (somatotropina bovina) em alimentos para gado leiteiro nos Estados Unidos e a utilização da engenharia genética para a produção de vegetais transgênicos na Europa e Estados Unidos estão provocando debates intensos entre produtores e consumidores de alimentos.

> O "consumidor politicamente ativo" é um formador de opinião. É dele que surge o boato. Ecologista e defensor do bem-estar, pode não ter conhecimentos técnicos suficientes para elaborar uma opinião própria sobre muitos assuntos.

A mídia também tem seu papel nesse processo. Quando grandes redes de televisão ou jornais se propõem a prestar um serviço público, analisando a qualidade de um alimento e difundindo os resultados obtidos para milhões de consumidores, têm que ter responsabilidade extrema – sem falar de boa fé – já que estão atingindo um mercado como um todo. Qualquer equívoco pode prejudicar mortalmente empresas sólidas, idôneas, geradoras de impostos, empregos e renda. A responsabilidade da mídia é imensurável.

Desafios constantes

De alguma forma a agropecuária vem se tornando vítima de seu próprio sucesso. O avanço tecnológico que tem premiado o consumidor com preços em queda e reduzido os riscos de fome no planeta faz também com que esse mesmo consumidor possa dedicar sua atenção à qualidade dos produtos que lhe são oferecidos. Portanto não basta ao produtor vender o produto, é preciso sobretudo suprir o consumidor das informações que ele demanda.

Na avicultura, as associações de produtores e as indústrias deveriam manter os consumidores a par das medidas de biossegurdade adotadas por qualquer matrizeiro ou incubatório – muito mais rígidas que as utilizadas pelo berçário da melhor maternidade do Brasil.

Não conheço maternidade alguma que exija de seus visitantes um ou mais banhos e a utilização de vestimentas esterilizadas. Isso não decorre unicamente de necessidade econômica, mas principalmente do propósito de evitar a contaminação da carne de frango com bactérias patogênicas. Os abatedouros, especialmente aqueles credenciados à exportação, adotam medidas higiênicas incomuns à grande maioria das cozinhas de restaurante e até de nossos lares.

Sobre a bovinocultura, os consumidores politicamente ativos do mundo têm que saber que a carne brasileira é produzida em condições muito próximas daquelas por eles exigidas. Aliás os produtores do Uruguai e da Argentina são muito eficientes na difusão da idéia de que produzem uma carne "ecologicamente correta", com animais alimentados a pasto, sem ou com muito pouco uso de antibióticos ou anabolizantes e sem utilização de venenos. O pecuarista brasileiro faz melhor, porém não divulga.

Meu parceiro de viagem – típico consumidor politicamente ativo – é mais uma vítima das falhas de comunicação existentes entre o produtor e o consumidor. Melhorar o nível das informações transmitidas é papel do produtor, das indústrias, dos técnicos e da mídia especializada.

Hélio Schorr é médico veterinário, MSC em economia rural pela Purdue University, Gerente de Produção Animal da Copacol de Cafelândia, PR.

Reestruturação difícil

Ainda que as vendas tenham crescido em proporções globais, muitas empresas brasileiras têm que se reestruturar

ARGEMIRO LUÍS BRUM

A produção mundial de carne de frango alcançou cerca de 40 milhões de toneladas prontas para o consumo em 1999 contra 27,4 milhões em 1990. Em 10 anos, portanto, o crescimento foi de 46%. A produção brasileira, nesse mesmo período, pulou de 2,35 milhões de toneladas para algo em torno de 5,2 milhões, um salto de 121,3%. Com isso, a participação do Brasil no total da produção mundial passou de 8,59% em 1990 para 13% em 1999.

EUA na frente

Em volume, o maior produtor mundial de carne de frango são os EUA, com 13,1 milhões de toneladas no ano passado, seguidos pela China – 6,3 milhões – e pela União Européia, com 5,8 milhões (a França teria produzido, no ano passado, cerca de 1,24 milhão de toneladas). Isso significa dizer que individualmente o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de carne de frango.

Salto brasileiro

As exportações mundiais do produto evoluíram, na última década, de 2,28 milhões de toneladas para 5,89 milhões, prontas para o consumo. Nesse período, as vendas externas brasileiras passaram de 300 mil toneladas para 770 mil. Ou seja, enquanto o comércio mundial de carne de frango crescia 158,3%, as vendas brasileiras ao exterior registravam um salto de 156,7%, praticamente igualando o movimento internacional.

A participação brasileira no comércio mundial estagnou, portanto, em torno de 13,1% na década. Mesmo assim, em termos isolados o Brasil passou a ocupar o segundo lugar como exportador mundial, atrás dos EUA, que exportaram cerca de 2,1 milhões de toneladas no ano passado.

O segundo posto foi tomado justamente à França, que no fim do ano passado exportava cerca de 540 mil toneladas de carne de frango contra 358 mil em 1990.

Houve no período um forte incremento nas vendas chinesas (de 86 mil toneladas para 395 mil) e nas de Hong Kong (de 72 mil toneladas para 603 mil).

Nas importações, os maiores expoentes continuam sendo Ásia, União Européia, Rússia e Oriente Médio. Em 1999 essas quatro regiões teriam registrado compras de respectivamente 2,13 milhões; 918 mil; 680 mil e 425 mil toneladas.

Mais carne

O consumo mundial de carne de frango pronta pulou de 27,1 milhões de toneladas para cerca de 39,2 milhões na última década – um crescimento de 44,6%.

No Brasil o consumo interno cresceu de 2,1 milhões de toneladas para 4,3 milhões – 104,8%. Em outras palavras, o crescimento da produção nacional de frangos se sustentou basicamente no forte incremento do consumo interno, tanto que a disponibilidade interna chegou a 29kg/habitante, no ano passado, ante 14,2kg em 1990.

Após os EUA (11,1 milhões de toneladas) e a China (6,6 milhões), o Brasil é o terceiro maior país consumidor de carne de frango em volume absoluto. A União Européia, como bloco, teria alcançado 5,2 milhões de toneladas consumidas no ano passado. O consumo *per capita* brasileiro hoje já é o quarto mais elevado no mundo, após Hong Kong, EUA e Arábia Saudita.

Importação acelerada

A concorrência no Mercosul se resume basicamente à Argentina. O país vizinho na última década passou de 305 mil toneladas produzidas em 1990 para algo em torno de 855 mil em 1999.

Esse crescimento – 180,3% em 10 anos – é corroborado pelo aumento no consumo interno, que passou de 301 mil para 870 mil toneladas nos mesmos 10 anos, ou seja, 189%.

O consumo *per capita* argentino passou de 18,4kg/habitante em 1990 para 24kg/habitante em 1999. Por isso a Argentina acelerou a importação de carne de frango, especialmente a brasileira, à medida que o Mercosul se consolidava. Chegou a 55 mil toneladas em 1998, recuando para 45 mil toneladas no ano seguinte, quando em 1990 a importação praticamente inexistia.

Maior competitividade

Sob pressão dos criadores e abatedouros locais, o governo argentino procurou frear as crescentes importações, o que explica a redução de 1999. Na prática, o Brasil é mais competitivo na produção de frangos.

Em 1995/96 os custos de produção do frango em São Paulo chegavam a US$ 550,00/tonelada e a US$465,00/tonelada no Mato Grosso do Sul, contra US$950,00/tonelada na Argentina. Os custos de abate e processamento chegavam a US$340,00/tonelada no Rio Grande do Sul, contra US$600,00/tonelada na Pampa Úmida argentina. A tonelada de frango alcançava a US$1.100,00 *ex-factory* no Brasil, enquanto o preço de atacado na Argentina batia em US$1.810,00/tonelada (chegando ao consumidor, na oportunidade, a

Frango e milho no Rio Grande do Sul
Médias anuais em US$/kg

Ano	Frango	Milho
1990	0,57	0,12
1991	0,48	0,12
1992	0,44	0,1
1993	0,48	0,11
1994	0,58	0,11
1995	0,65	0,11
1996	0,65	0,14
1997	0,56	0,11
1998	0,67	0,12
1999	0,43	0,09
2000**	0,47	0,11

(*) Quilo vivo.
(**) Preços médios até o dia 18 de agosto.
Fonte: Ceema.

US$2.550,00/tonelada).

Integração eficiente

A razão de tal disparidade estava na conversão alimentar (2,2/1 contra 1,9 a 2,0/1 no Brasil), além de maior período de terminação do animal na granja; maior mortalidade; genética menos avançada; pintos mais caros e mão-de-obra mais cara.

Os próprios argentinos reconheciam que a eficiência do sistema de integração produtor—indústria estava na origem da dinâmica e maior eficiência da avicultura brasileira em relação à argentina.

Em contrapartida, os efeitos das políticas públicas eram praticamente idênticos nos dois países. Enquanto a incidência dos impostos alcançava 45% no Brasil, na Argentina batiam em 44%. As tarifas representavam 25% no Brasil contra 29% na Argentina. Impostos e tarifas juntos representavam 55% no Brasil contra 57% na Argentina.

Em 1999, com a desvalorização do real, a competitividade brasileira ficou ainda mais evidente, apesar dos esforços dos produtores argentinos na busca de melhores níveis de rentabilidade na atividade.

Oferta menor

A produção brasileira de carne de frango nos primeiros seis meses de 2000 alcançou 2,87 milhões de toneladas contra 2,49 milhões e 2,17 milhões de toneladas no mesmo período de 1999 e 1998 respectivamente. Esse crescimento de 15,3% em relação ao ano passado levou produtores e industriais a adotar a estratégia de diminuir a oferta, através de menor alojamento de pintos de corte.

Assim, enquanto nos primeiros quatro meses do ano o alojamento chegou a 1,07 milhão de pintos contra 997.440 no mesmo período de 1999, nos três meses seguintes (maio, junho e julho) estima-se que houve alojamento de 785.206 toneladas no ano 2000 contra 801.031 pintos no mesmo período de 1999. Ou seja, um recuo de 1,98% este ano.

O procedimento se deve aos baixos preços do frango recebidos na venda ao consumidor, em relação aos custos de produção e industrialização. O aumento dos preços do milho, ante a escassez causada por frustrações de origem climática, explica muito da atual realidade desse mercado.

De fato, a rentabilidade do frango vivo no primeiro semestre de 2000 era negativa em 10,03%. Considerando a inflação no período, o ganho real era negativo em mais de 12%, contra um ganho real negativo de 3,85% para o boi gordo e de 10,56% para o suíno. Enquanto isso, a poupança rendia 2,67% e o CDB prefixado (30 dias), 5,67% no mesmo período.

Menos poder de troca

Tomando por base o mercado gaúcho, a média dos preços deste ano 2000 (até o dia 18 de agosto) chega a US$0,47/kg vivo ao produtor. A média de todo o ano de 1999 ficou em US$0,43/kg vivo (a mais baixa em toda a década), contra US$0,67/kg vivo em 1998. Enquanto isso, o preço do milho pago ao produtor passou de US$0,12/kg em 1998, para US$0,09/kg em 1999 e US$0,11/kg em 2000 (até o dia 18 de agosto).

A perda do poder de troca do frango fica mais evidente no mercado gaúcho quando verificamos, conforme dados da Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav), que em 1990 era possível comprar 11,65 toneladas de milho com o valor de uma tonelada de frango.

Em 1999, uma tonelada de frango somente permitia comprar 5,61 toneladas de milho. O milho representa 60% da composição da ração, de modo que o custo de produção subiu para R$1,25/kg em meados do ano 2000, enquanto o preço de venda do frango gira entre R$0,90 e R$1,20/kg.

Reestruturação e alternativas

Na prática, ainda que o Brasil consiga alcançar um dos mais baixos custos de produção do mundo, o setor passa por uma reestruturação difícil. De fato, segundo dados da União Brasileira de Avicultura (UBA), para fazer um quilo de frango utilizavam-se 3,5kg de ração em 1930; 2,15kg de ração em 1990; 1,95kg em 1997 e 1,9kg em 2000. Com essa conversão, já é possível terminar um frango em 39 dias.

Embora algumas empresas do setor estejam saindo conjunturalmente do vermelho, segundo declarações do presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Rio Grande do Sul, isso não impede que muitas delas se vejam no dilema de escolher entre continuar investindo e ampliar o endividamento ou vender unidades para outros grupos – caso da Frangosul, que vendeu seu negócio para o grupo francês Doux, e da Minuano, que estaria sendo sondada pela própria Doux e pela Chapecó, hoje sob capital argentino – ou ainda procurar regiões no país onde os insumos milho e soja sejam mais baratos e menos dependentes de importações.

Referências bibliográficas

Brum, A. L. (org). *A competitividade das cadeias agroindustriais no Mercosul*. Ijuí, Embrapa/CPACT-Unijuí, 1997, 308 p.
Anualpec, São Paulo, FNP.
Safras & Mercados, Porto Alegre, Safras.
Gazeta Mercantil, São Paulo.
Zero Hora, Porto Alegre.

Argemiro Luís Brum é professor do Decon/Unijuí, doutor pela Ehess de Paris-França, analista e pesquisador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (Ceema).

Administrar a escassez

O baixo consumo de trigo no Brasil não dispensa pesadas importações – maiores ainda com a frustração da safra

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

O Mercosul reunirá, este ano, o quinto maior exportador mundial de trigo, a Argentina, e o provável maior importador, o Brasil. Há alguns anos os argentinos voltaram a ser os maiores fornecedores do cereal para o mercado brasileiro. Essa retomada iniciou-se em 1987, quando os acordos bilaterais assinados pelos então presidentes Sarney e Alfonsín definiram vendas iniciais de 1,4 milhão de toneladas, que chegariam a 2 milhões.

Produto vem de fora

Do trigo consumido no Brasil atualmente, 96% vêm do sócio maior do Mercosul. Nos anos 90, a taxa de crescimento do consumo do cereal no Brasil, de 1,7% ao ano, foi superior à dos EUA (1,3%) e à da Argentina (1,2%).

A Conab calcula que o país terá que importar nesta safra cerca de 8,3 milhões de toneladas – resultando ainda em um baixo indicador *per capita*, de 52kg anuais, abaixo da média mundial de 85kg e bem inferior ao verificado na própria Argentina (91kg) e no maior consumidor mundial, a França (100kg).

A safra brasileira deste ano sofreu um desfalque tão grande que afetou a estimativa governamental ufanista de uma safra recorde dos chamados grãos. Seca e geadas reduziram esse agregado dos estimados 85,73 milhões de toneladas para 82,49 milhões, e o caso mais grave foi o do trigo.

A triticultura se transformou basicamente numa lavoura paranaense (60% do total colhido no país) e gaúcha; o clima desfavorável ocorrido durante a fase de formação dos grãos nos trigais do Paraná arrasou a safra. A expectativa de 1,657 milhão de toneladas recuou para tão-somente 627 mil toneladas – uma pesada perda de mais de 1 milhão de toneladas, que afastou o estado da posição de principal produtor do país e levará à importação de cerca de 85% do consumo.

Seca e geadas

Os estragos aliás começaram cedo, pois logo no início do plantio um período seco estragou aproximadamente 7% da produção esperada.

Em julho vieram as geadas. Os trigais permaneceram no Paraná porque o estado não dispõe de alternativas realmente viáveis, em termos econômicos, para o plantio de inverno; grande número de produtores dispõe de tecnologia atualizada, conseguindo atingir índices de rendimento físico médio muito bons, o que os torna aptos a enfrentar a concorrência do produto importado.

A safra brasileira sofreu um desfalque tão grande que afetou a estimativa governamental ufanista recorde de grãos. Seca e geadas produziram esse agregado dos estimados 85,73 milhões de toneladas para 82,49 milhões, e o caso mais grave foi o do trigo.

Na safra deste ano, a triticultura gaúcha lidera a colheita. Os gaúchos plantaram área 40% maior do que a do ano passado, cobrindo agora 555 mil hectares. Foram estimulados pelo governo estadual, com a liberação de R$7 milhões para o custeio da safra de inverno (R$5 milhões foram para o trigo).

Caso o rendimento físico médio fique entre 1.600 e 1.800kg/ha, a produção chegará perto de 1 milhão de toneladas. A incidência das geadas no Rio Grande Sul, que cultiva mais tarde, não prejudicou as plantações, em fase inicial de desenvolvimento. Agora, com a queda paranaense, os triticultores do estado esperam que o mercado lhes seja favorável até o fim do ano.

Consumidor poupado

Em razão de a Argentina ter colhido uma boa safra, estimada em 17 milhões de toneladas, e abastecer mais de 90% do mercado brasileiro, os preços para o consumidor não deverão ter alta acentuada.

O presidente da República manifestou-se radicalmente contra a alta dos preços do pão, por considerar que há estoques suficientes e que hoje o mercado está aberto a comprar no exterior. Sua declaração ocorreu após a divulgação, pela grande imprensa, de um reajuste entre 17% e 22% nos preços que teria sido decidido pelos produtores paranaenses.

As quebras de safra não prejudicaram só o Paraná. Suas perdas foram de 72%, mas São Paulo perdeu 45% e Mato Grosso do Sul, 32%. As safras dos estados, exceto Paraná e Rio Grande do Sul, porém, são irrisórias, totalizando apenas 200 mil toneladas.

Apesar desse cenário, persistem visões otimistas para o cereal no país. Existem produtores competitivos mesmo fora do Paraná, cujo rendimento físico médio, em condições normais, é de 2.176kg/ha, e na região de Tibagi, com tecnologia de ponta, chega a 3 mil quilos. É possível que a lavoura se desloque, migrando para os cerrados do Brasil central.

No momento, porém, trata-se de administrar a escassez.

Fernando Roberto de Freitas Almeida é professor de economia na Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

Propensão a migrar



Com menos emprego e estabelecimentos em liquidação no campo, cresce o êxodo rural das novas gerações

A abertura econômica expõe os produtores à concorrência e à necessidade de produzir a custos competitivos para garantir resultados positivos em seus negócios. A adoção de novas tecnologias é uma necessidade que os produtores não podem adiar.

Supõe-se que as tecnologias mecanizadas destroem empregos assalariados, enquanto as bioquímicas aumentam a oferta e tendem a reduzir o número de estabelecimentos. Ambas têm um impacto potencial sobre o nível de emprego.

Os números da migração

A propensão das famílias a migrar – medida pelo número das que já mudaram somado ao número das que pretendem mudar – é mais elevada no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, regiões em que varia de 31 a 47 para cada 100 famílias. É bem menor no Nordeste, entre 15 e 26 para cada 100 famílias.

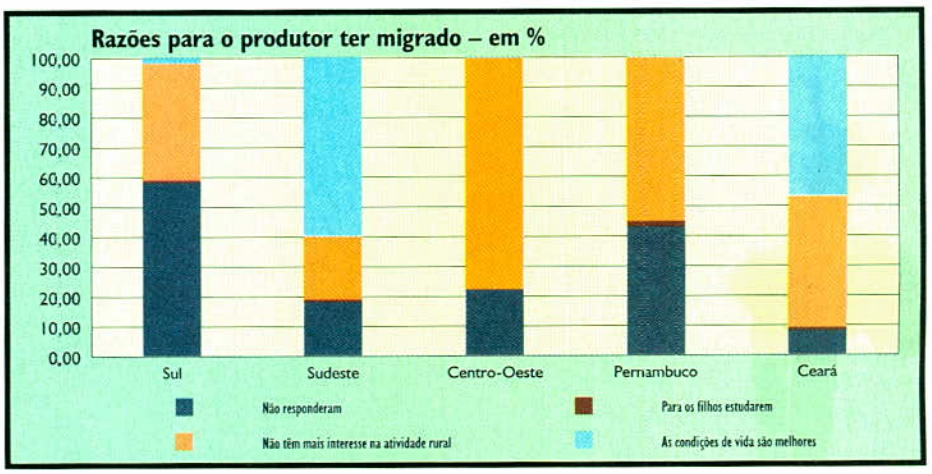
Quanto aos filhos, a mesma propensão foi medida pelo número de estabelecimentos onde algum deles já vive na cidade (isto é, já migrou). Relativamente ao total dos estabelecimentos, a tendência nesse caso é muito maior. Para cada 100 famílias ela varia de 33 no Sul para 66 no Sudeste. Em Pernambuco, para cada 100 famílias a propensão é de 57; no Ceará, de 65.

As acentuadas diferenças entre os resultados de cada geração dão uma idéia da propensão a migrar no longo prazo e confirmam as hipóteses levantadas na formulação da pesquisa, segundo a qual o setor rural empregará cada vez menos. As políticas agrícolas não devem perder de vista essa perspectiva na dinâmica rural.

No conjunto da amostra, 74% dos responsáveis residem no próprio estabelecimento e um quarto tem sua morada na cidade. Esse padrão varia muito entre as regiões. O Centro-Oeste apresenta o maior contingente de residentes na cidade, onde vivem 85% dos responsáveis e 87% dos cônjuges.

Razões de mudança

A possibilidade de acesso ao estudo e melhores condições de vida são apontadas como motivos da migração por mais da metade dos responsáveis pelos estabelecimentos.



Quanto aos filhos, alguns deles já vivem na cidade. Relativamente ao total dos estabelecimentos, a tendência para cada 100 famílias varia de 33 no Sul para 66 no Sudeste. Em Pernambuco, para cada 100 famílias a propensão é de 57; no Ceará, de 65.

A relação das famílias que já mudaram para o total de famílias entrevistadas fornece uma medida de propensão a migrar e indica que, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, essa proporção é maior do que nos estados do Nordeste.

A educação dos filhos, o tratamento de saúde e o gozo da aposentadoria são forças de atração do meio urbano. A insatisfação do responsável com sua renda na atividade rural, a incapacidade de sustentar a família, a crença em renda mais elevada e o desejo de mudar de ramo são as principais forças do êxodo no campo.

Migração dos filhos

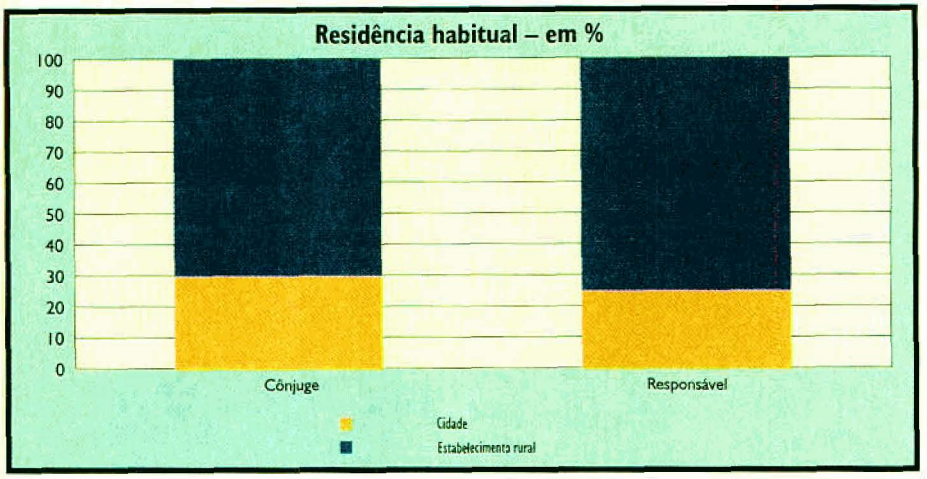
Os resultados mostram que 50% dos filhos já moram na cidade, o dobro da percentagem dos pais. Dos filhos que ainda estão no campo, 41% gostariam de se mudar para a cidade; 7,6% mudariam se fosse necessário e apenas 42% não se mudariam.

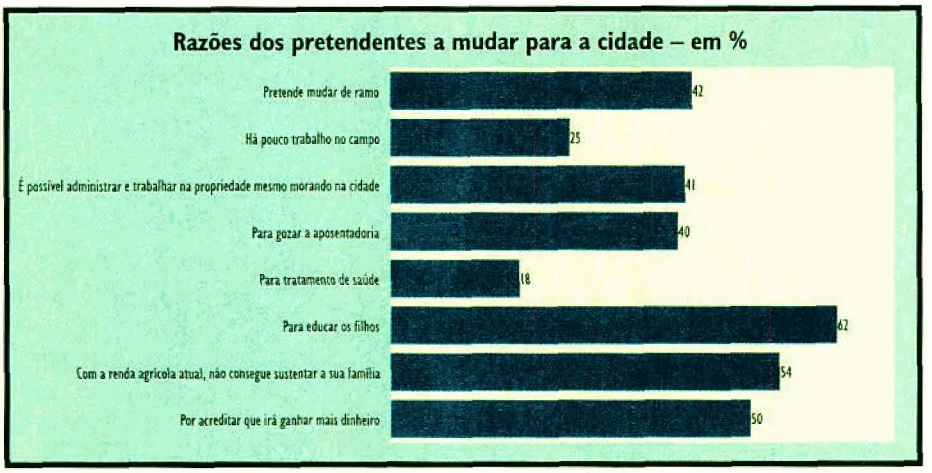
No Sudeste, a proporção de filhos que já migraram é mais elevada do que nas ouras regiões. No Sul, essa proporção é bem menor. Isso indica que a agricultura praticada no Sul foi capaz de fixar o homem no campo. No Ceará e Pernambuco, mais da metade dos filhos já se deslocou para os centros urbanos.

Para os filhos, a educação foi a principal razão da mudança do campo para a cidade. Esse resultado é encontrado no Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Ceará. Em Pernambuco, a principal razão apontada foram as melhores oportunidades de trabalho.

Preservação dos recursos naturais

Em termos de manejo de recursos naturais, um fato que surpreende, principalmente no Sul, é que a maioria dos produtores



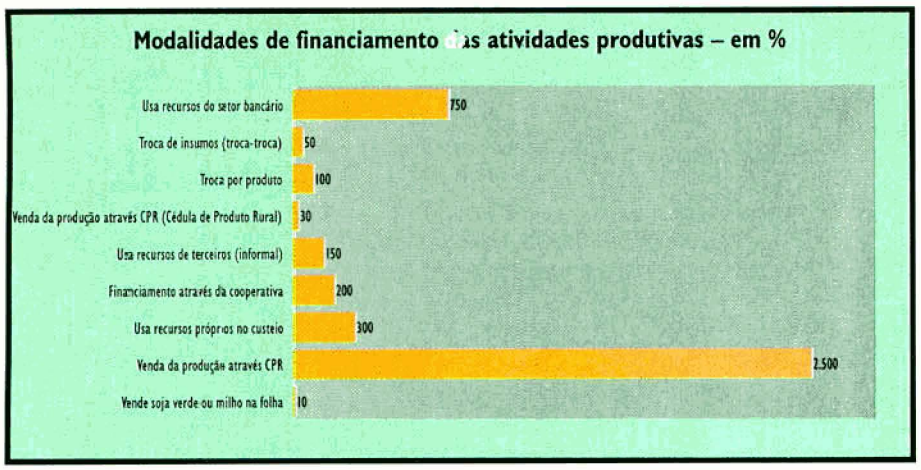


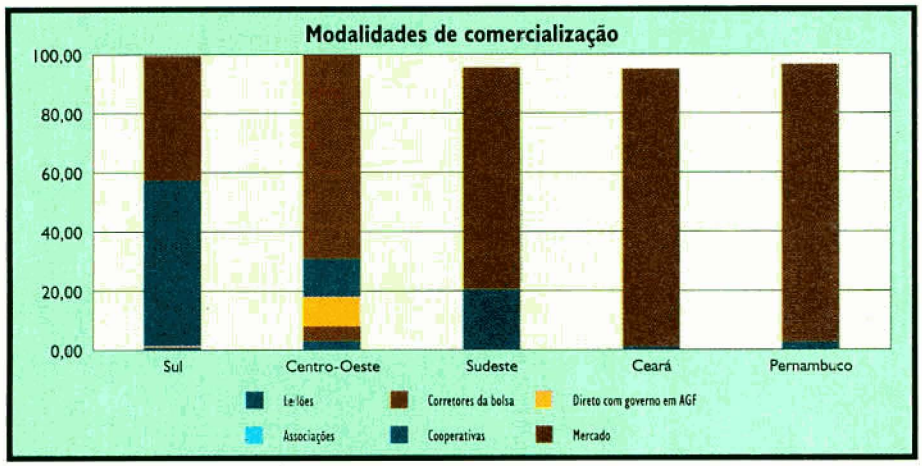
Perfil do manejo dos recursos naturais e preservação do meio ambiente

Indicador	Classe	Respostas (%)
Solos da propriedade em relação ao relevo	Planos	10
	Ondulados	66
	Acidentados	24
Necessidade de conservação dos solos	Sim	24
	Não	76
Programas de microbacia	Participa	59
	Não participa	41
Reflorestamento para preservação dos solos	Efetuou	50
	Não efetuou	50

Uso de instrumentos de crédito rural e Proagro

	Atividade	Estabelecimentos por atividade
Usou em 1996 os instrumentos do crédito rural e Proagro	Crédito de custeio	695
	Comercialização	40
	Investimento	100
	Proagro	14
Acesso a alguns instrumentos públicos de política agrícola	Assistência técnica	620
	Armazéns credenciados	606
	Armazéns não credenciados	159
	Acesso a informações (palestras, cursos, visitas etc.)	344
Total de registros dos tipos de acesso a políticas públicas		4.340





Participação percentual dos produtores em associações

Cooperativa de produção	35,09
Sindicato de sua categoria	38,02
Diretoria de cooperativa, associação e sindicato	4,36
Colonização ou assentamento de reforma agrária	1,1
Sindicato ou consórcio	7,86
Nenhuma participação	13,57
Total	100,00

Políticas públicas de educação e formação profissional

Pergunta	Sim (%)	Não (%)
Acesso de algum membro da família	61,69	38,31
Treinamento Senar no estabelecimento	83,5	16,5
Interesse em cursos do Senar	33,1	66,9
Disponibilidade da propriedade para treinamento	69,87	30,13
Distância entre o estabelecimento e o local de treinamento do Senar	Em média	51,61
	Não sabe	77,6

participam de algum programa de preservação de recursos naturais em regime comunitário com outros produtores. Isso reduz os impactos ambientais decorrentes do uso de defensivos tóxicos na produção agropecuária.

É baixo o acesso dos produtores rurais aos instrumentos de política pública. Do total de 4.350 atividades praticadas pelos estabelecimentos, o crédito de custeio bancário indica 66 operações, das quais 469 (67%) concentradas em soja, milho e pecuária leiteira.

Há um distanciamento entre as políticas públicas e as necessidades atuais. A impossibilidade de transpor os desafios pelo aumento de competitividade pode acelerar o processo de destruição de emprego e de estabelecimentos no meio rural, sobretudo em áreas de maior densidade populacional.

Os resultados mostram que 50% dos filhos já moram na cidade, o dobro da percentagem dos pais. Dos filhos que ainda estão no campo, 41% gostariam de se mudar para a cidade; 7,6% mudariam se fosse necessário e apenas 42% não se mudariam.

Crédito de investimento

O crédito de investimento é o instrumento mais importante para uma agricultura em processo de ajustamento. Ele aparece em apenas 100 operações, concentradas na avicultura (18), soja (20) e pecuária de leite (21)

.

A baixa participação dos produtores no programa de securitização revela falta de confiança na ação do governo e dificulta uma das formas mais valiosas de aquisição de capital para financiar as novas tecnologias que é o crédito bancário.

Uma importante transformação foi sentida no financiamento de custeio, onde o crédito bancário cedeu lugar a formas alternativas de financiamento, com destaque para o uso de recursos próprios e outras fontes informais de crédito, como cooperativas, a troca por insumos ou produtos e o crédito de terceiros

Formas de comercialização

A maior parte dos produtores rurais não tem contrato de comercialização e vende o produto no mercado pelo melhor preço.

A comercialização no Sul é feita preponderantemente através das cooperativas. Nas demais regiões, prevalece o sistema de venda direta no mercado a quem pagar mais.

As políticas governamentais que contribuem para expandir a demanda interna e externa dos produtos agropecuários tendem a minimizar os efeitos sobre os preços decorrentes das tecnologias bioquímicas e, conseqüentemente, seus efeitos sobre os preços e a renda dos estabelecimentos.

Responsáveis não interessados no treinamento Senar

Classes (ha)	Freqüência		Freqüência relativa	
	quantidade	acumulada	quantidade	acumulada
Até 20	329	329	0,29	0,29
20-40	271	600	0,24	0,53
40-60	129	729	0,11	0,65
60-80	89	818	0,08	0,73
80-100	52	870	0,05	0,78
100-120	40	910	0,04	0,81
120-140	20	930	0,02	0,83
140-160	26	959	0,02	0,85
160-180	17	973	0,02	0,87
Acima de 180	149	1.122	0,23	1
Total	1.122	1.122	1	1

Tipos de colaboração para apoiar os treinamentos do Senar

Alimentação	197
Hospedagem	156
Equipamentos	447
Máquinas	399
Animais	462
Só instalação	437
Transporte	39
Outros	171
Nenhum tipo de colaboração	691
Total	2.999

No caso dos pequenos proprietários, supondo-se que não vão fazer grandes investimentos, as políticas públicas devem se orientar para proporcionar informações sobre tecnologias bioquímicas – e portanto o efeito do seu uso sobre os preços e a renda dos estabelecimentos.

Participação em associações

Os produtores estão motivados a se organizar. Apenas 13,57% não aderiram ao associativismo, enquanto 86,43% participam dele.

Em termos de inserção dos produtores nas cadeias agroindustriais, no Sul predomina o cooperativismo como principal fonte de aquisição de insumos, a suplantar mesmo as lojas de revenda. O que preocupa é a situação econômico-financeira delicada das cooperativas.

O acesso à educação pública é mais amplo que nas outras regiões, atingindo mais da metade dos produtores rurais nas localidades pesquisadas.

Treinamento surpreende

Pouco mais de 16% dos produtores receberam treinamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) – número surpreendente, tendo em vista que a seleção dos estabelecimentos é aleatória.

Menor interesse relativo nos treinamentos do Senar foi identificado nas regiões Sul e Nordeste. Na primeira região, esse fato está associado aos estabelecimentos maiores, que dependem menos do Senar para adquirir conhecimento. Ao invés disso, no Nordeste o menor interesse parte dos estabelecimentos menores, dando apoio à hipótese de que se trata mais de falta de conhecimento sobre a instituição do que de desinteresse.

Os resultados são favoráveis à atuação do Senar. O número de produtores rurais alvo de suas ações já é expressivo. Entretanto, os dados sugerem que é preciso dar mais divulgação aos programas de treinamento que promove, o que tornaria a instituição mais visível.

Sempre tendo em vista o cenário de competitividade sinalizado pelo mercado, a definição das tecnologias a serem transmitidas pelo Senar tem que ser criteriosa: será melhor optar pelas atuais ou pelas novas tecnologias?

I – Em parceria com o setor privado:

- fortalecimento do banco cooperativo;
- implementação de novas formas de seguro rural;
- fortalecimento dos serviços de defesa sanitária.

II – No nível do Ministério da Agricultura:

- solução definitiva das pendências da dívida rural, para recuperar a responsabilidade financeira dos produtores, com prazos e juros compatíveis;
- implementação dos programas Pesa (Programa Especial de Saneamento de Ativos) e Recoop (Programa de Revitalização do Cooperativismo);
- tributação indireta: redução de todas as formas (redução do custo Brasil);
- investimentos em infra-estrutura, principalmente na logística agroindustrial;
- estímulos aos instrumentos de exportação;
- formação de recursos humanos em todos os níveis;
- estímulos à organização de associações e cooperativas;
- preços de sustentação e financiamento para a comercialização na linha de Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);
- estímulos à reconversão produtiva para a exportação.

III – Parcerias com governos estaduais e municipais:

- assistência social: saúde e educação;
- assistência técnica dirigida, com ênfase na organização de associações e pré-cooperativas;
- melhoria dos instrumentos de assentamento rural e reforma agrária;
- treinamento e capacitação da mão-de-obra rural;
- crédito especial de custeio e investimento em projetos de desenvolvimento rural;
- desenvolvimento de tecnologias específicas, inclusive na área de mecanização;
- incentivo à produção de carne de pequenos animais para pequenos produtores;
- incentivos à participação do setor privado na irrigação.

O projeto foi realizado em parceria da FGV com a Confederação Nacional da Agricultura e contou com a colaboração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) e do Departamento Nacional de Cooperativismo (Denacoop) do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Um resumo da pesquisa foi publicado pela CNA/Senar.

GLOBAL E DESIGUAL

Projeções para o período de 1995 a 2020 deixam ver novas oportunidades mas advertem: a fome não vai acabar

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

O trabalho realizado pelo International Food Policy Research Institute norte-americano merece toda a atenção do agronegócio brasileiro. A partir dele podem-se desvendar perfeitamente as oportunidades mercadológicas abertas para o país neste mundo cada vez mais globalizado. Verdadeira fonte de referência, a pesquisa contempla um horizonte de prazo mais longo, que pode servir de base para a montagem de um plano estratégico para a agricultura.

Os números do futuro

No período em questão, o crescimento demográfico será da ordem de 32%. Isso corresponde a uma adição de 73 milhões de bocas a cada ano. Ou seja, uma quantidade equivalente ao dobro da população argentina estará engrossando anualmente a massa dos habitantes do planeta. Paralelamente, a expansão da renda e o processo de urbanização alimentam a dinâmica que irá alterar continuamente os estilos de vida, os gostos e preferências alimentares das pessoas.

Para o horizonte temporal mencionado, aguarda-se um crescimento na demanda de:

- 39% nos cereais (de 1,77 bilhão para 2,47 bilhões de toneladas), cerca de quase oito safras brasileiras de cereais e oleaginosas;
- 58% na proteína animal (de 198 milhões para 313 milhões de toneladas), mais de 11 vezes a produção nacional de aves, bovinos e suínos;
- 37% nas raízes e tubérculos (de 631 milhões para 864 milhões de toneladas).

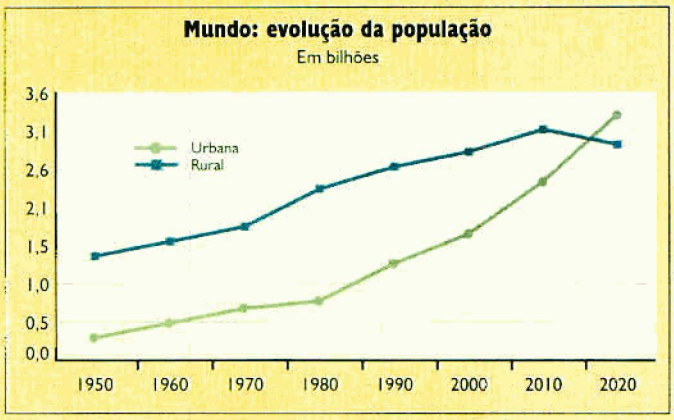
A particularidade da expansão demográfica consiste no fato de que 97,5% se realizará fora do círculo dos países desenvolvidos: a participação desses no contingente global cai de 21% para 16%. Embora o maior incremento absoluto esteja previsto para a Ásia, com 1,1 bilhão de pessoas, o maior incremento relativo, de 70%, é esperado para a África.

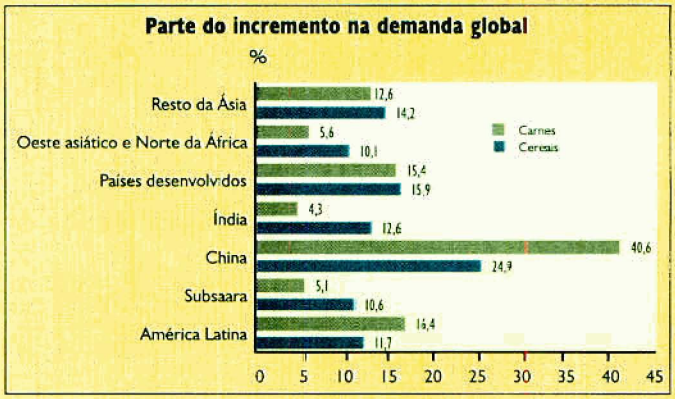
Um terço desse aumento ocorrerá somente em dois países: China e Índia. Devido à maior taxa de crescimento populacional, a quantidade de indianos poderá suplantar a de chineses perto do ano 2035. Tudo isso, evidentemente, pressionará a oferta de alimentos.

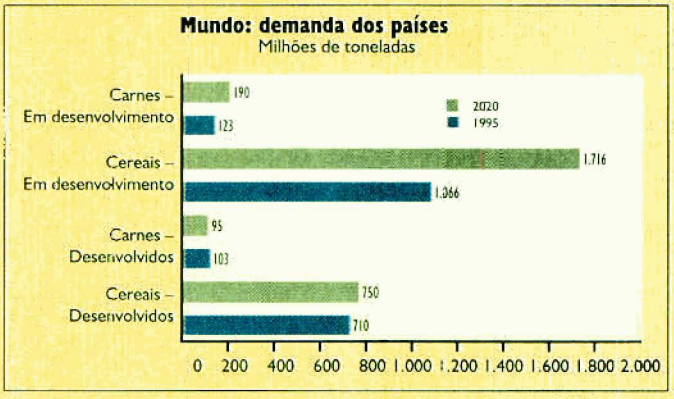
Padrões de vida

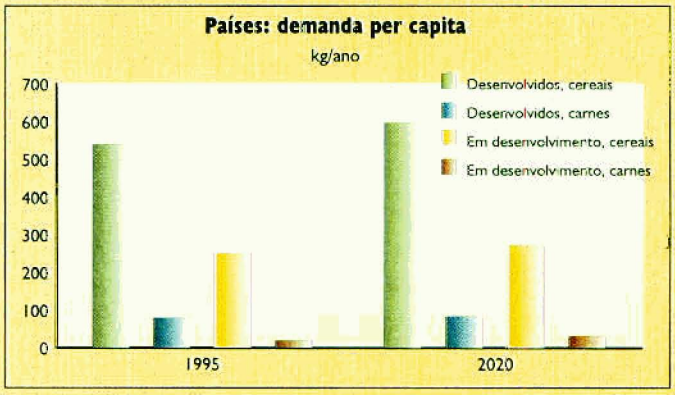
Outro detalhe interessante consistirá no ritmo acelerado da concentração urbana. Em 2020, cerca de 52% das pessoas estarão vivendo nas cidades, contra 38% em 1995. Se o número de rurícolas subirá em 150 milhões, o dos citadinos praticamente dobrará de 1,7 bilhão para 3,4 bilhões.

Juntamente com a urbanização, as dietas alimentares mudam. O consumo de produtos energéticos migra, por exemplo, de sorgo e milheto para arroz e muitas vezes desse para trigo. Enquanto isso, a demanda de alimentos protéicos de origem animal e processa-









dos também cresce. O mesmo sucece com as frutíferas e hortaliças, ricas fontes de vitaminas. Num instante do futuro, o consumo tende a ficar equilibrado entre energéticos, protéicos e vitamínicos.

Por sua vez, os prognósticos de elevação de renda tocam favoravelmente os países em desenvolvimento: uma expansão média de 4,3% ao ano entre 1995 e 2020, o que corresponde à duplicação *per capita* para US$2,2 mil. Não obstante, para algumas regiões da África, como a subsaariana, as perspectivas prosseguem sombrias: com uma renda *per capita* média menor que um dólar, estarão fatalmente condenadas à insegurança alimentar.

Apesar de não estarem previstos melhores dias para tantos milhões de pessoas à míngua na mais absoluta pobreza, a urbanização e o aumento da renda criam uma nova realidade. O desafio do sistema de alimentos e fibras, da pesquisa à produção, da colheita à industrialização, da distribuição ao abastecimento, reside justamente em antecipar essas tendências dos próximos anos.

A demanda virá da periferia

Os países em desenvolvimento responderão por 85% do incremento de 690 milhões de toneladas (mais de oito vezes a safra nacional) na demanda de cereais.

Isso também acontecerá com o aumento de 115 milhões de toneladas no consumo de proteína animal. Do aumento total, a China sozinha corresponderá a um quarto dos cereais e um quinto da proteína animal. A Índia terá representatividade equivalente à metade da chinesa.

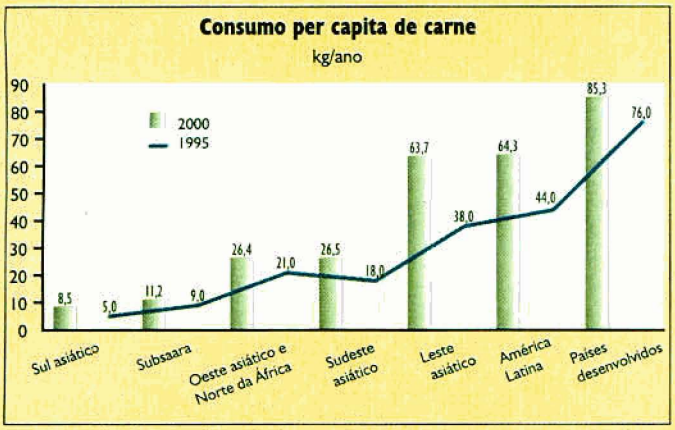
Em contrapartida, os países desenvolvidos em 2020 estarão respondendo por menos da metade e um terço do consumo, respectivamente, dos cereais e da proteína animal. Muito embora sofra estreitamento em termos de consumo médio, a distância entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento permanecerá abissal.

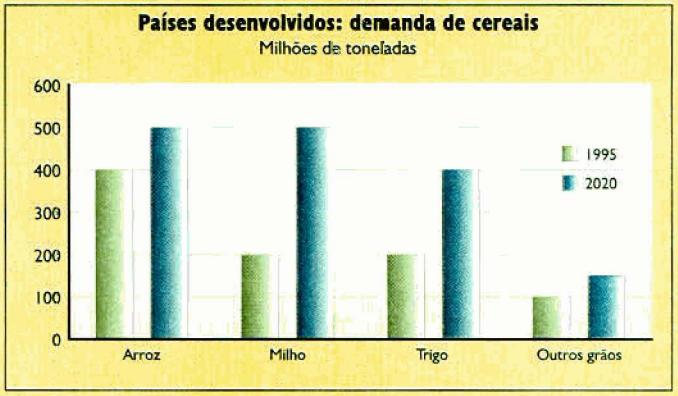
> De 1995 a 2020, a população muncial cresce 32% – uma adição de 73 milhões de bocas/ano. A particularidade está em que 97,5% da expansão se dá fora dos países desenvolvidos: a participação destes no contingente global cai de 21% para 16%.

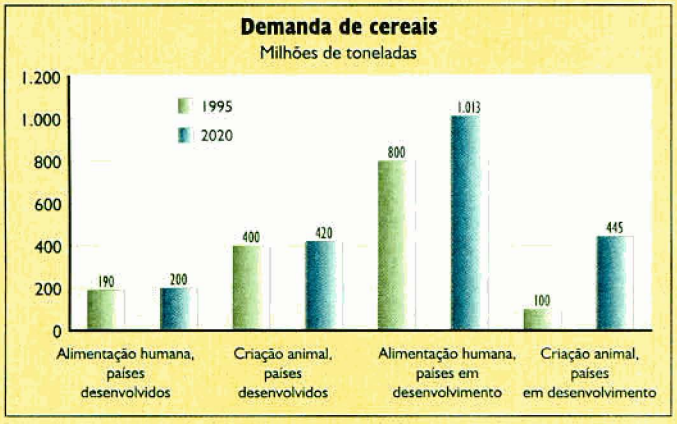
Tais disparidades de demanda têm explicações diversas. Nos países em desenvolvimento, a baixa renda leva ao consumo de raízes e tubérculos. Nos países desenvolvidos há o uso intensivo de grãos forrageiros no arraçoamento dos animais. No caso dos cereais, enquanto o consumo no Subsaara africano sobe de 13 para 156kg entre 1995 e 2020, nos países do Leste asiático salta de 66 para 373kg.

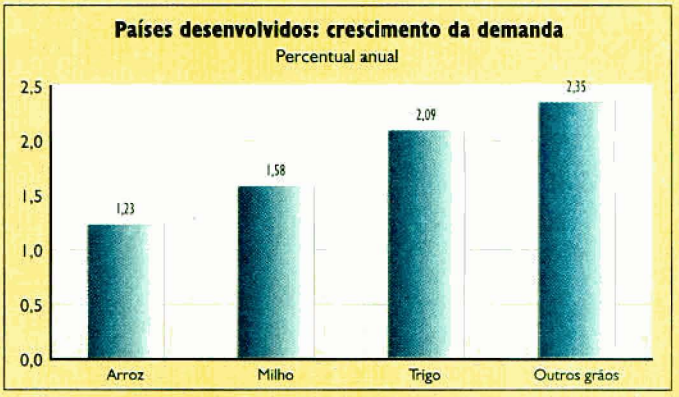
Fontes de renda

Normalmente, as regiões mais pobres castigadas pela insegu-









rança alimentar são altamente dependentes de raízes e tubérculos, uma das principais fontes de renda, emprego e alimentação de suas populações.

Seja na produção ou no processamento, esses produtos absorvem intensivamente mão-de-obra com limitado acesso a tecnologias modernas. Em muitas áreas do Subsaara africano, raízes e tubérculos chegam a representar 20% das calorias ingeridas. Até mesmo na Ásia e América Latina, onde outras *commodities* dominam os hábitos alimentares, esses produtos são fontes suplementares de carboidratos, vitaminas e aminoácidos.

Devido à importância dessas atividades, típicas de locais de baixa renda, se impõe um tratamento socioeconômico especial. Embora o foco dos países desenvolvidos na produção agrícola esteja voltado aos cereais, são observadas largas taxas de incremento na batata e no inhame. Pelos dados de 1995, 630 milhões de toneladas de raízes e tubérculos foram produzidos em 49 milhões de hectares, dos quais 70% estavam localizados nos países em desenvolvimento, gerando uma renda estimada em US$40 bilhões.

Pelo modelo Impact, a demanda por raízes e tubérculos crescerá 37% até 2020 e alcançará 864 milhões de toneladas. Cerca de 97% dessa expansão ocorrerá nos países em desenvolvimento. Somente o Subsaara africano deverá responder por dois terços do incremento no consumo. Na Ásia, com o acelerado aumento no consumo de carnes, a produção desses produtos também será alavancada para atender o arraçoamento animal.

A produtividade média, em termos de toneladas por hectare, varia ao redor do mundo: nos países desenvolvidos chega a 16, enquanto nos países em desenvolvimento não passa de 11. Com o melhoramento de variedades, emprego de melhores práticas e assistência política, o potencial para ganhos na produção e produtividade é enorme. O fato é que as raízes e tubérculos continuarão a ter papéis importantes no sistema alimentar do mundo, principalmente em países em desenvolvimento. E isso, claro, traz implicações interessantes para as decisões sobre os níveis de investimentos em pesquisa e no desenvolvimento agrícola dessas explorações.

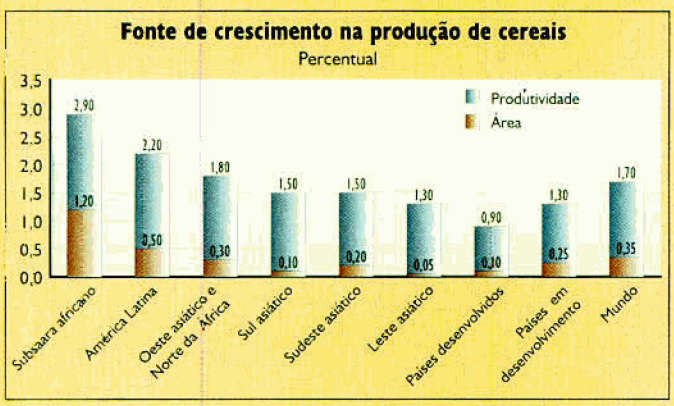
Quanto cresce a demanda

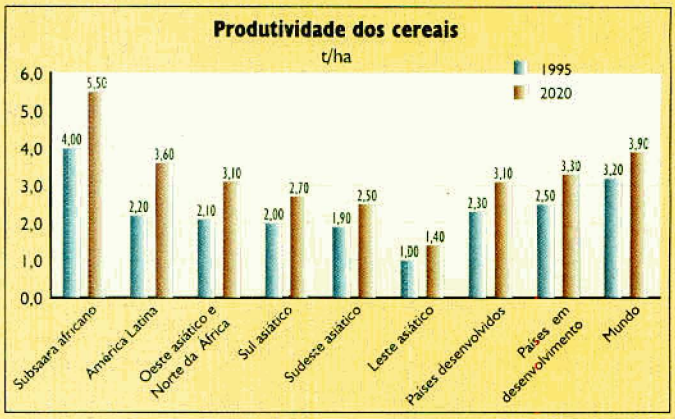
Do início dos anos 70 até meados da década de 90, o consumo de proteína animal triplicou tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento. Para o período de 1995 a 2020, as estimativas para os países em desenvolvimento indicam duplicação da demanda: um pulo para 190 milhões de toneladas. Já nos países desenvolvidos, a taxa de crescimento será de 25%, com um repique para 122 milhões de toneladas.

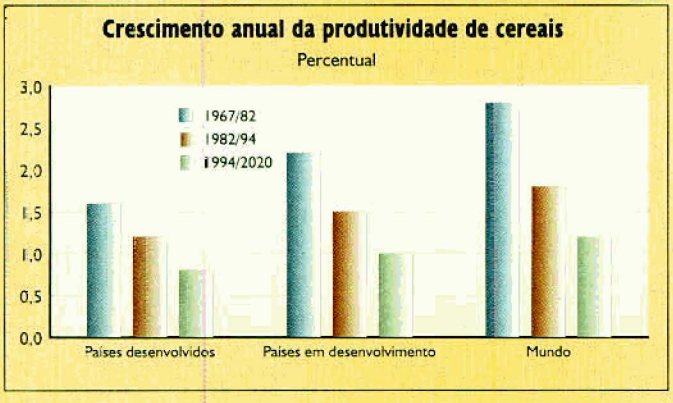
A demanda das carnes crescerá mais rapidamente nos países em desenvolvimento: 2,8% ao ano, contra 1,8% nos cereais. *Per capita* a demanda de carnes aumentará 40%, bem acima do previsto para cereais, 10%.

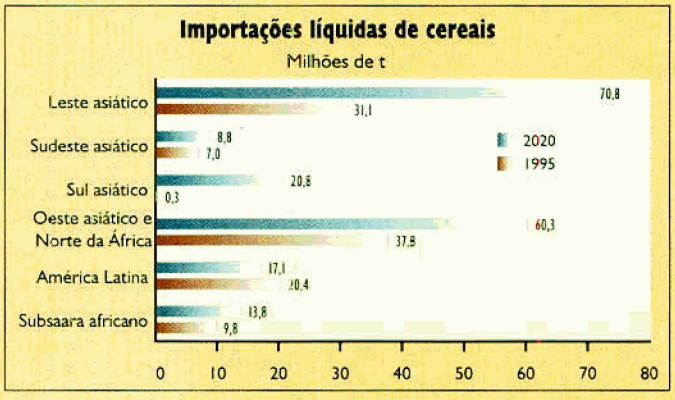
No âmbito global, a procura pelo produto avícola crescerá 85%; pelo bovino, 50%; para o suíno prevê-se mais 45% de demanda.

Um pormenor chamar a atenção: a demanda de carne suína continua a exceder as das demais carnes. Nos países desenvolvidos, o consumo de carne avícola terá evolução mais rápida, com









taxa média de 3,6%, superior à do bovino (2,8%) e à do suíno (2,3%). Essa tendência desafia os tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada a gerarem oferta para atender a tal demanda adicional, com menor pressão sobre a saúde pública e os recursos naturais.

Mais cereais na alimentação animal

Tendo em vista a vigorosa demanda de proteína animal, o consumo de cereais pelos países em desenvolvimento está projetado para dobrar no período de 1995 a 2000 e chegará a 445 milhões de toneladas.

Já o consumo de cereais para o consumo humano deverá ter um aumento bem menor, de 40%, ao redor de 1,01 milhão de toneladas.

Para 2020, a demanda pelos países em desenvolvimento de cereais a serem utilizados na produção de ração para criações corresponderá a 20% do total. Um percentual bem próximo dos 21% registrados em 1995. Nos países desenvolvidos, essa taxa corresponderá a 70% e ficará similar aos dias correntes.

Nesse ritmo, dá para compreender o motivo real de a demanda de milho superar a demanda projetada para arroz e trigo. O incremento anual do consumo nos países em desenvolvimento deverá ser de 2,35% para o milho e 2,09% para outros grãos; 1,58% para o trigo e 1,23% no caso do arroz. Cerca de 54% do milho serão destinados à produção de ração, contra 8% do trigo e 3% do arroz. Na China, a demanda de arroz, base da cultura alimentar do país, crescerá 0,6% ao ano, enquanto o milho atingirá 2,7%

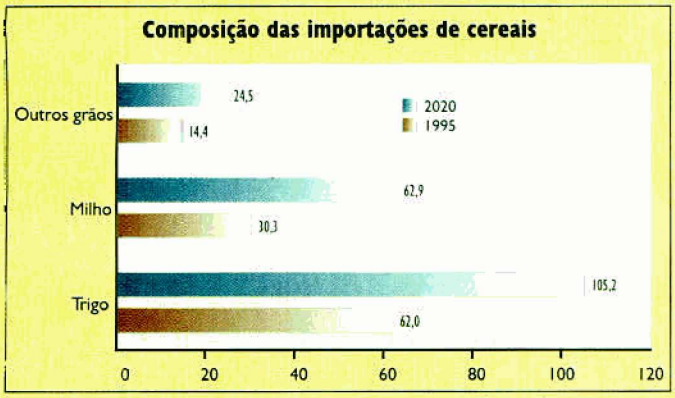
Um detalhe interessante é o ritmo acelerado da concentração urbana: em 2020, cerca de 52% das pessoas estarão vivendo nas cidades, contra 38% em 1995. Se o número de rurícolas subirá em 150 milhões, o dos citadinos praticamente dobrará de 1,7 bilhão para 3,4 bilhões.

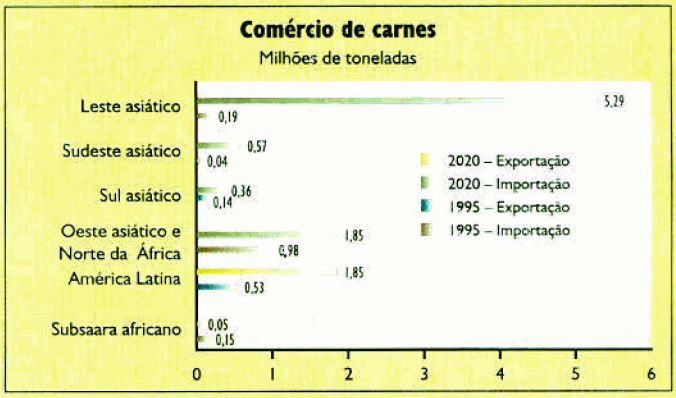
A produtividade terá de crescer

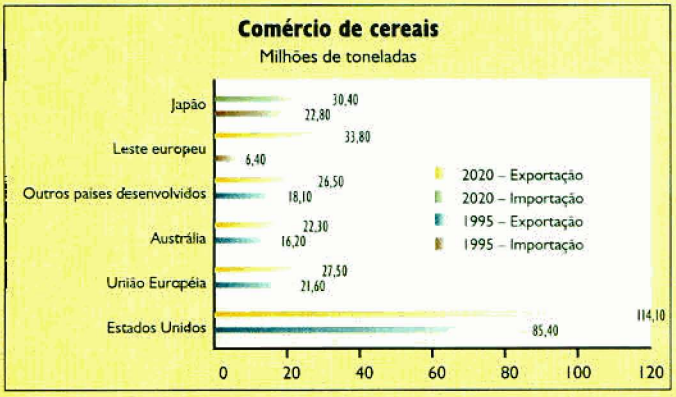
A área cultivada com cereais terá de se expandir em 7,4% ou 51 milhões de hectares – sabendo-se que o Brasil ocupa menos de 40 milhões de hectares com lavouras temporárias – até 2020. Muito desse crescimento deverá ocorrer nos campos de baixa produtividade do Subsaara africano. Para a América Latina, a projeção é de um aumento modesto, e não se espera nenhuma variação para a Ásia e os países desenvolvidos.

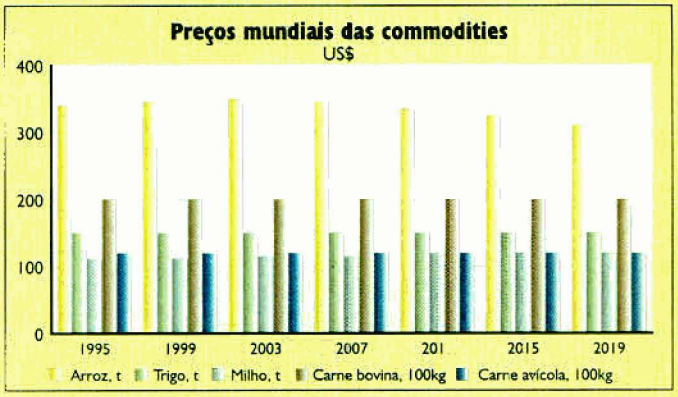
Se a projeção global prevê uma taxa média de 1,3% de aumento da produção, a contribuição via crescimento da área cultivada será de apenas um quinto. O restante terá de vir através dos ganhos de produtividade.

A previsão incomoda porque há uma perspectiva de menor incremento da produtividade para o período de 1995 a 2020, em relação ao verificado no período dourado da chamada revolução verde.









A projeção atual está escorada em diversos argumentos, destacando-se o menor uso de insumos – como fertilizantes –, os preços baixos e cadentes dos cereais e particularmente o fraco aporte de recursos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento na agricultura.

Impacto alimentar

Entre 1995 e 2020, a produção de cereal nos países em desenvolvimento está projetada para crescer 51%, de 965 milhões de toneladas para 1,46 bilhão de toneladas, enquanto nos países desenvolvidos será de 24%, partindo de 812 milhões para chegar a 1 bilhão de toneladas. A participação dos países em desenvolvimento alcançará 59%, com uma elevação de cinco pontos percentuais.

Os países em desenvolvimento e os desenvolvidos apresentavam produção similar de carne em 1995: 99 milhões de toneladas. Para 2020, os primeiros dobram essa produção para 191 milhões de toneladas, enquanto os segundos sobem 24% e chegam a 223 milhões de toneladas. Teremos então países em desenvolvimento participando com 61% da produção mundial de carnes, contra 50% em 1995.

Importações em dobro

O crescimento da produção de alimentos nos países em desenvolvimento não acompanhará o ritmo de aumento da demanda. Os fluxos de cereais importados aumentarão em 80% – um volume de 191,6 milhões de toneladas – de 1995 a 2020. Com exceção da América Latina, para todas as demais regiões a previsão é de importações líquidas. No Sul asiático prevê-se aumento de 0,3 milhão para 20,8 milhões de toneladas.

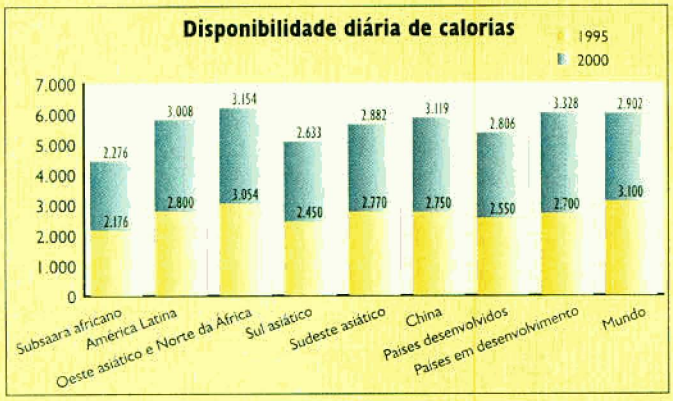
A situação é dramática no Paquistão. A população cresce sem que o país encontre soluções para os problemas criados pela alta salinidade combinada com baixa disponibilidade de água para a prática agrícola. A produtividade está comprometida. A Índia poderá reverter em pouco tempo sua posição de país exportador para a de importador líquido, tendo em vista que a renda se eleva e cai o rendimento das lavouras.

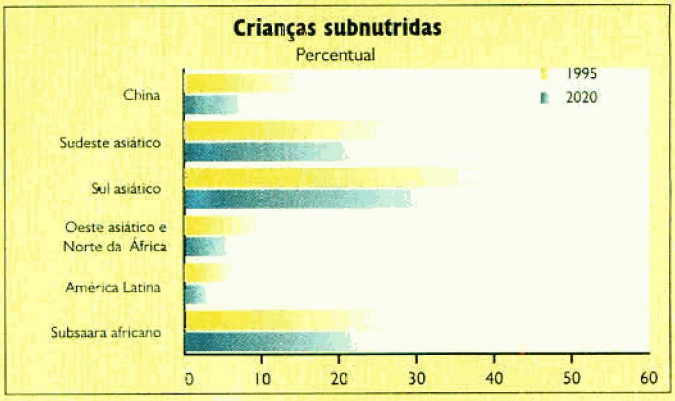
Em termos das transações internacionais com *commodities* agrícolas, o trigo, que representa a metade do total, pode vir a perder alguns pontos percentuais, mas continuará com participação significativa. As transações com milho certamente ganharão espaço, com participação crescente de 28% para 33%. Para o arroz, não se espera mudança. Nessa direção, as exportações líquidas dos países desenvolvidos passam de 10% para 12%.

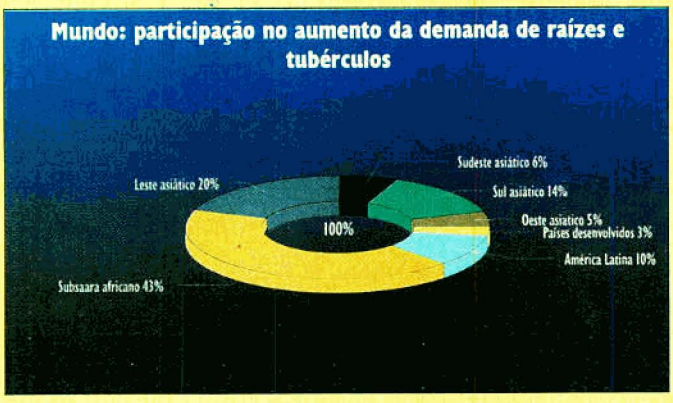
As carnes têm prognósticos de menor volume de transações quantitativas. Os países em desenvolvimento aumentarão suas importações líquidas de 0,6 milhão para 6,6 milhões de toneladas. A América Latina deve passar de importador a exportador líquido, enquanto no Sul asiático ocorre o inverso. O Leste asiático aumenta suas importações líquidas em 28 vezes, impulsionado pela demanda oriunda da China. Das importações líquidas, a carne avícola representará 55%, a de suínos 28% e a de bovino e ovelha, no conjunto, 9%.

Estados Unidos continuam exportando

Com 34% de incremento projetado nas exportações líquidas,







De 1995 a 2020, a população mundial cresce 32% – uma adição de 73 milhões de bocas/ano. A particularidade está em que 97,5% da expansão se dá fora dos países desenvolvidos: a participação desses no contingente global cai de 21% para 16%.

os Estados Unidos continuarão a liderar o *ranking* das transações internacionais com cereais. Sua participação porém cairá de 80% para 60% até 2020. O Leste europeu e os países da ex-União Soviética vão ganhar espaço nos embarques para a União Européia e a Austrália.

As negociações sobre subsídios na Organização Mundial do Comércio, o desenvolvimento da biotecnologia e de organismos geneticamente modificados poderão dar um colorido diferente às tendências futuras das transações internacionais.

A disponibilidade de calorias diárias *per capita* aumentará em 9% nos países em desenvolvimento e chegará a 2.800. Os maiores crescimentos acontecerão na China e os menores no Oeste asiático e no Norte da África. A tomar a média de 2.300 calorias *per capita*/dia como o nível mínimo necessário, constata-se que muitos habitantes do Subsaara africano continuarão com déficit alimentar.

Desequilíbrio alimentar não muda

Em 2020, as estimativas indicam mais de 135 milhões de crianças com idades inferiores a cinco anos a amargarem a subnutrição.

Em comparação com 1995, houve um declínio de 15%, quando havia 165 milhões de crianças. Somente no Subsaara africano a expectativa é de que o número de crianças subnutridas aumente de 30% para 40% . No Sudeste asiático, mesmo que haja um declínio da subnutrição para os menores de 18 anos, ela ainda atingirá 40% das crianças. Essas duas regiões merecerão a máxima atenção e assistência para minimizar o quadro de carência e subnutrição.

Enfim, nas décadas de entrada do terceiro milênio, o mundo convive com um desequilíbrio no quadro de segurança alimentar.

O laço positivo, resultado das mudanças inseridas no sistema agroalimentar desde a produção até o abastecimento, é a conquista de uma oferta suficiente de produtos para atender às necessidades básicas de calorias para cada pessoa viver no planeta. A produção de grãos terá dobrado e a de carnes terá triplicado desde os anos 60, a ponto de gerar uma disponibilidade de 2.700 calorias *per capita*/dia para o cidadão.

Os progressos e as conquistas tecnológicas da produção agropecuária contudo não foram suficientes para erradicar a fome e a subnutrição no mundo. Existem ainda cerca de 820 milhões de pessoas sem alimentos suficientes para desenvolver uma vida produtiva e saudável. E mais, há milhões de crianças com o futuro seriamente comprometido pela falta de acesso a alimentos.

Urge portanto pôr em prática ações capazes de melhorar as condições de segurança alimentar global. Só a vontade política de privilegiar essa questão pode amenizar o problema.

Há pontos críticos cujos reflexos aparecem a médio e longo prazos – disponibilidade de água, qualidade do solo, desenvolvimento de recursos humanos e inovação tecnológica. O espírito reinante nos anos 60 e 70 semeou a situação atual, assim como essa década será responsável pelas próximas décadas. O ditado antigo continua valendo: não basta dar o peixe, é preciso dar a vara e ensinar a pescar.

Bibliografia
Andersen, P.; Pandya-Lorch, R.; Rosegrant, M. *World Food Prospectives: Critical Issue for the Early Twenty-First Century*. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, Oct. 1999.

A OUTRA REVOLUÇÃO

Até 2020 o aumento do consumo de carnes nos países em desenvolvimento será irreversível

LUIZ ANTONIO PINAZZA

A expansão demográfica, a urbanização e o aumento da renda nos países em desenvolvimento estão provocando uma elevação substancial no consumo de alimentos de origem animal: é a chamada revolução pecuária. Trata-se de uma mudança nas dietas alimentares em prol de uma melhoria significativa do bem-estar de bilhões de indivíduos, principalmente os de menor renda.

Sintonia necessária

Enquanto a revolução verde teve impacto na oferta de produtos vegetais, a revolução pecuária surge de forma indireta, mais induzida, pois decorre basicamente do aumento na demanda de seus gêneros. De comum entre ambas, há conseqüências profundas sobre a saúde e os hábitos de vida das pessoas, bem como sobre o meio ambiente

As cadeias dos complexos de carnes, junto com os governos, precisam manter-se em sintonia com esse processo quanto à definição dos investimentos e ao estabelecimento de políticas de longo prazo.

Os elos da produção, indústria e distribuição, no conjunto, devem encontrar meios de satisfazer as necessidades e melhorar as condições de nutrição do público consumidor. Enquanto isso, os poderes governamentais precisam atuar pela criação de oportunidades para que os mais necessitados alcancem renda suficiente que lhes permita o acesso à proteína animal, bem como pela criação de uma legislação capaz de minorar os problemas ecológicos e de saúde pública.

Há ainda um longo caminho a percorrer. A renda de uma grande parcela da população permanece baixa.

Mas há um fato concreto a justificar algum otimismo: a partir de uma pequena base, por um fenômeno semelhante ao da massificação, os países em desenvolvimento acompanham a tendência de consumo dos países desenvolvidos. Nos últimos 30 anos, a começar pela Ásia, o volume de carne demandada nos países em desenvolvimento quase triplicou o registrado nos países desenvolvidos.

Em que consiste

Os produtos animais, em média, fornecem 27% das calorias e 56% das proteínas que compõem a alimentação dos habitantes dos países desenvolvidos. As médias dos países em vias de desenvolvimento são bem menores – 11% e 26%, respectivamente.

A diferença entre os níveis de consumo indica as profundas mudanças previstas para a futura expansão da produção mundial de alimentos após a revolução pecuária.

Há indícios de que a produção de alimentos de origem animal crescerá rapidamente nos lugares onde o consumo também aumenta.

O total da produção de carne nos países em vias de desenvolvimento aumentou 5,4% por ano, entre o início dos anos 80 e

Mundo: projeções para o consumo de carne

Região	Aumento % anual do consumo total de carne		Consumo total de carne em milhões de toneladas		
	1982-94	1993-2020	1983	1993	2020
China	8,6	3,0	16	38	85
Outros países do Leste asiático	5,8	2,4	1	3	8
Índia	3,6	2,9	3	4	8
Outros países do Sul da Ásia	4,8	3,2	1	2	5
Sudeste asiático	5,6	3,0	4	7	16
América Latina	3,3	2,3	15	21	39
Oeste asiático e África do Norte	2,4	2,8	5	6	15
África subsaariana	2,2	3,5	4	5	12
Países em desenvolvimento	5,4	2,8	50	88	188
Países desenvolvidos	1	0,6	88	97	115
Mundo	2,9	1,8	139	184	303

Fontes: FAO. Consumo total de carne em 1983.

Obs.: Consideram-se carnes para efeito desta pesquisa as oriundas de criações de aves, bovinos, suínos, caprinos e ovinos.

meados dos 90. Isso supera em cinco vezes a taxa dos países desenvolvidos.

A produção *per capita* manteve-se no mesmo ritmo do crescimento da população nos países em vias de desenvolvimento, com exceção do Subsaara africano (quanto à carne) e da Ásia ocidental e Norte da África (quanto ao leite).

Consumo do futuro

A formulação das tendências de consumo é investigada pelo IFPRI, seguindo um modelo alimentar mundial em que se incluem dados originários de 37 países e grupos de países e 18 produtos.

Conhecido como Impact (International Model for Policy Analysis of Agricultural Consumption), o cenário do início dos anos 90 até 2020 prevê um aumento do consumo da carne e do leite de respectivamente 2,8 e 3,3% nos países em vias de desenvolvimento e de 0,6 e 0,2% nos países desenvolvidos.

Ou seja, até 2020, em toneladas métricas, os países em vias de desenvolvimento consumirão mais 100 milhões de toneladas de carne e mais 223 milhões de leite. Esse vultoso crescimento mal pode ser comparado com o aumento projetado de 18 milhões de toneladas métricas da carne e do leite para os países desenvolvidos.

Como se vê, de uma maneira geral, as taxas de aumento da produção de carne até o ano 2020 acompanham as do consumo de carne. A produção de carne aumentará quatro vezes mais rapidamente nos países em vias de desenvolvimento do que nos países desenvolvidos. Até 2020, os países em vias de desenvolvimento produzirão 60% da carne mundial e 52% do leite mundial. A China encabeçará a produção de carne, e a Índia a produção de leite.

Preços mundiais

O aumento da produção de proteína animal vai incrementar o consumo dos cereais forrageiros em 292 milhões de toneladas métricas. Alguns setores manifestam preocupação com a pressão altista sobre o comportamento futuro dos preços dessas *commodities*. Mas o modelo do IFPRI mostra o contrário e prevê uma ligeira baixa, se bem que não tão acelerada como a que aconteceu nos últimos 20 anos.

A hipótese mais pessimista parte do pressuposto de um forte aumento na industrialização da produção, na falta de uma correspondente melhoria na conversão alimentar das criações. Nesse caso extremo, os preços dos cereais forrageiros por unidade de carne poderão ter uma subida de 1% ao ano.

Ainda assim, o modelo *Impact* mostra que os preços reais do milho no ano 2020 subirão, no máximo, até um quinto acima dos níveis presentes e permanecerão substancialmente abaixo dos níveis registrados no início dos anos 80.

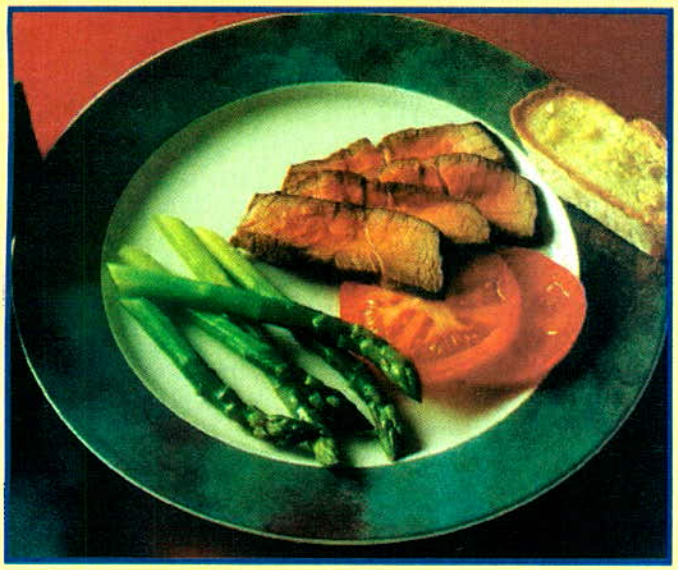
Mesmo que a produtividade das criações pecuárias aumente bem menos que seus registros históricos, as perspectivas não chegam a alarmar. No ano 2020 haverá carne, leite e cereais forrageiros em quantidades suficientes e a preços inferiores aos níveis praticados no triênio 1992/93/94.

Logo, a questão-chave dirá muito menos respeito à disponibilidade de oferta. Os grandes temas se concentrarão nos efeitos diretos do aumento em escala da produção e do consumo de proteína animal pelas grandes massas, no meio ambiente e na saúde humana.

Massificação de consumo

Nas populações de baixa renda e extrema pobreza, o aumento do consumo de produtos de origem animal fará aumentar seu poder de compra. A criação pecuária proporciona aos lavradores os adubos e a tração bovina. Dá-lhes também a possibilidade de explorar áreas comuns de pastagem e diversificar suas fontes de rendimento.

Aqui há uma preocupação procedente. A acelerada industrialização da produção, combinada com a concessão farta de créditos subsidiados podem pôr em risco esse tênue equilíbrio. Assim, na elaboração de políticas públicas para o setor agropecuário deve-se levar em conta que a revolução pecuária constitui um dos meios principais para aliviar a pobreza nos próximos 20 anos. Nenhum zelo será excessivo para manter as populações pobres num dos



mercados em expansão onde elas têm posição competitiva.

Por sua vez, os produtos pecuários também beneficiam as populações de baixa renda reduzindo seus déficits de proteínas e de micronutrientes, carência crônica nos países em vias de desenvolvimento. Cada indivíduo pobre que aumenta seu consumo de carne e leite, mesmo em quantidades pequenas, ganha uma quantidade de elementos nutritivos, proteínas e calorias similar à de uma grande refeição diversificada de cereais e vegetais.

Sustentabilidade e saúde pública

Ante os baixos níveis do consumo de calorias pelas populações pobres, a falta de acesso às proteínas de origem animal preocupa os governos. As doenças transmissíveis ao homem pelo consumo de produtos pecuários constituem um risco sério de saúde nos países em desenvolvimento. Aí estão a gripe aviária, a salmonela, a contaminação microbiana resultantes da manipulação pouco higiênica dos alimentos.

O mesmo grau de perigo oferecem os resíduos de defensivos, vacinas e antibióticos na rede alimentar resultantes das práticas de produção fora dos preceitos técnicos.

Os efeitos da revolução pecuária sobre o meio ambiente também são problemáticos, principalmente nos sistemas de produção intensiva. As grandes quantidades de gases de estufa, os excessos de nutrientes e dejetos produzidos pelas criações ameaçam o meio ambiente.

Por sua vez, as concentrações maiores de animais nas áreas suburbanas e marginais das cidades têm duplo efeito. Um é positivo, pois servem para suprir as necessidades crescentes de carne e leite das áreas urbanas. O outro é negativo, já que causam a degradação das áreas, contaminam mananciais e geram poluição.

É melhor prevenir

A bovinocultura contribui para a sustentabilidade do meio ambiente nos sistemas agropecuários quando se pratica a rotação do cultivo de plantas com a criação animal. Nesses sistemas, a criação proporciona o estrume, a força de tração dos animais e mantém a produção intensiva das culturas.

Normalmente no entanto as políticas de incentivo da pecuária se desvirtuam e se tornam vetores da devastação de florestas para a formação de pastagens, ao fomentar a criação extensiva em relação à intensiva, que é sustentável.

Algum dia, irremediavelmente, a poluição causada tanto pelas criações intensivas de pequenos e médios animais como pela derrubada de matas nativas para instalação da bovinocultura extensiva terá de ser considerada como um custo financeiro para a sociedade, seja no nível do produtor ou do consumidor.

Formulação das políticas

A revolução pecuária é resultado da contínua transformação nos hábitos nutricionais dos países em desenvolvimento, impulsionada pelo aumento dos rendimentos da população e pela expansão das áreas urbanas. Os responsáveis pelas políticas para o setor terão de se debruçar então sobre quatro questões fundamentais:

- a integração dos pequenos criadores na cadeia vertical da carne, ligados à indústria de transformação e à distribuição dos produtos;
- as facilidades de acesso das camadas pobres a meios produtivos tais como crédito, instalações de refrigeração, treinamento e informação sanitárias;
- os benefícios da redução da pobreza com a integração dos pequenos criadores às grandes empresas industriais de processamento;
- os efeitos ambientais da criação animal em pequena escala e os efeitos benéficos sobre a saúde das economias de escala obtidos pelo processamento industrial em grande escala.

A elaboração de políticas facilita a integração dos pequenos agricultores na produção comercial, quando corrige as distorções promovidas pelas economias de escala artificiais, via crédito subsidiado.

O êxito desse esforço depende do empenho político, seja da parte do governo, seja do setor privado. Ambos devem colaborar na geração de tecnologias e práticas para reduzir os riscos de contaminação, sempre suscetíveis quando animais de numerosos pequenos criadores convivem em uma única instalação. Enfim, priorizar temas ligados aos aspectos sanitários nas fases de industrialização e distribuição dos produtos.

Sabe-se que as tecnologias e práticas para combater os riscos de saúde pública e ambientais não funcionarão, salvo se houver mecanismos regulatórios para seu cumprimento. Um lenitivo pelo menos, pois se não há grande espaço para as políticas estancarem a revolução pecuária, elas podem, contudo, ajudá-la a ser benéfica para o bem-estar das populações, notadamente as de menor renda.

Bibliografia

Delgado, C.; Rosegrant, M.; Steinfeld, H.; Ehui, S. & Livestock, C. 2020: the next food revolution. 2020 vision for food, agriculture, and environment. Washington DC: International Food Policy Research Institute, 1999. Discussion paper.

AGRO drops



Fusão da Case com New Holland cria CNH no Brasil

A aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do processo de aquisição da Case pela New Holland, no dia 20 de setembro, criou o maior fabricante de máquinas agrícolas e de construção do Brasil e da América Latina. As duas empresas passam e se agrupar agora sob a *holding* CNH, controlada pela Fiat Spa.

A nova empresa surgiu em maio de 1999, quando o Grupo Fiat anunciou a oferta pública de US$4,6 bilhões pelas ações da Case Corporation, na Bolsa de Nova York. Já aprovada pelos órgãos reguladores dos Estados Unidos e Comunidade Européia, a fusão mundial entre New Holland e Case fica agora concluída com a posição do governo brasileiro.

A nova companhia está sediada em Lake Forest, Illinois (EUA) e é líder global nos setores de equipamentos agrícolas e industriais e serviços financeiros, com um faturamento de US$11 bilhões em 1999. As duas empresas estão presentes em 160 países através de uma rede com mais de 10 mil distribuidores.

No Brasil, a CNH é formada pela Fiat Allis Latino-Americana, com fábrica em Belo Horizonte (MG), pela New Holland Latino-Americana, sediada em Curitiba ,PR, e pelas divisões agrícola e de construção da Case, com fábricas em Sorocaba e Piracicaba (interior de São Paulo). Em 1999, essas empresas tiveram um faturamento conjunto de R$756 milhões.

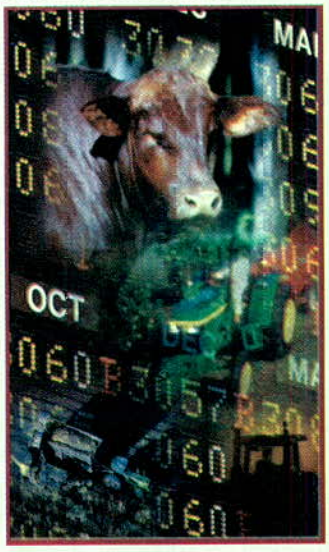
A força, a distribuição geográfica de vendas e o *mix* de produtos da New Holland e da Case são complementares. No entanto, ambas as empresas contribuem com um *know-how* tecnológico diferenciado que poderá ser aplicado às duas linhas de produtos.

Líder em vendas em toda a América Latina, a CNH comercializa seus produtos em todos os países do continente com uma rede de distribuição com mais de 580 pontos de vendas. No ano passado, as operações das empresas no continente foram responsáveis por 6% do faturamento total da CNH no mundo.

"A região tem condições inigualáveis para se consolidar como uma das maiores economias agrícolas do mundo e como grande centro exportador de alimentos", afirma Valentino Rizzioli, (foto) vice-presidente da companhia para a América Latina. "Nossa meta é ampliar ainda mais a presença das duas empresas na região e a oferta de produtos e serviços para todos os segmentos agrícolas e de construção", diz.

Agribusiness será debatido em reunião da Abag

Os Conselhos Consultivo e de Administração da Abag se reúnem no próximo dia 31 de outubro, às 9h30, na sede da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica) para tratar de temas de interesse da agricultura e do agronegócio. Das 9h30 às 9h45, Rogério Furtado, editor do livro *500 anos de agribusiness,* com lançamento previsto para o próximo ano, falará de seu novo projeto editorial. Na meia hora subseqüente, outro novo projeto, desta vez da Abag, será apresentado por seus idealizadores Regis Alimandro e Luiz Antonio Pinazza. Trata-se do *Anuário estatístico do agribusiness brasileiro,* publicação também prevista para o ano que vem, que vai reunir séries estatísticas inéditas sobre o agronegócio brasileiro.



Das 10h15 às 11h15 será apresentada por Carlos Amorim Jr. e Francisco Oliveira, do Ministério da Ciência e Tecnologia, a palestra "Nova Forma de Financiamento de P&D em Agribusiness". A reunião se encerra com a palestra "PIB do Agribusiness", apresentada por Elisio Contini, da Embrapa e Eduardo P. Nunes, do IBGE, com início previsto para as 11h15.

A sede da Unica fica na rua Boa Vista, 280, 5° andar, próximo ao largo São Bento.

FGV faz seminário sobre transgênicos em março

O que acontece quando o país tem que importar milho por conta de uma quebra na atual safra? Quais as alternativas de importação? Argentina, EUA, Canadá – tradicionais produtores de milho transgênico? Com vistas a esclarecer o consumidor e a opinião pública sobre questões desse teor, retirando a discussão da esfera científico-política a que está circunscrita atualmente, é que o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas está organizando para março próximo um seminário sobre o tema, cujas plenárias abordarão assuntos como *Bioética*; *Impactos na saúde*, que explorará assuntos como o novo paradigma da medicina, as alergias e a resistência a antibióticos; *Impactos econômicos*, que discutirá o redesenho do comércio internacional, rotulagem e varejo; *Impactos sociais*, que falará sobre a questão agrária e os pequenos agricultores; e *Impactos ambientais*, que falará de biossegurança e biopirataria, com a presença de autoridades do governo e personalidades de renome internacional.

É uma superpromoção. Inclusive, na sua carreira.



www.valoronline.com.br

Assine Valor Econômico por 6 meses e pague 4.

Ganhe uma assinatura semestral da revista HSM Management e uma fita de vídeo com Peter Drucker.

À vista R$ 130,00 ou 5 x R$ 26,00. Ligue 0800 90 5150.

Promoção válida até 31.10.2000. Preços válidos para SP, RJ, DF, ES, MG, PR, sujeito a confirmação de entrega. Para as demais regiões, consulte nossa Central de Vendas. A fita de vídeo será entregue com o 2º exemplar da revista.

age.

ROBERTO RODRIGUES

Pagar pela água

No mundo todo ganha corpo a tese de se cobrar pelo uso da água, de quem quer que a consuma. O conceito está ligado à certeza de que sua escassez é uma dura limitação ao desenvolvimento humano, e que tal limitação tende a crescer, à medida que crescem as populações dos países em desenvolvimento.



A demanda cresce e a oferta é fixa. Vários países com problemas de escassez, depois de esgotar a água superficial disponível, perfuraram milhares de poços para trazê-la dos aqüíferos e lençóis freáticos. Na África do Norte, China, Índia, EUA e Arábia Saudita, cerca de 160 bilhões de toneladas de água são retiradas por ano e não se renovam. Essa água daria para produzir comida suficiente para 480 milhões de pessoas por ano.

O governo federal promulgou uma lei que deverá entrar em vigor em 2001, estabelecendo taxas a pagar. Na agricultura, não só as culturas irrigadas, mas até a água consumida nas casas, oficinas e escritórios das fazendas será paga. Mesmo quem gastou recursos próprios para fazer captação em sua propriedade ou fez poço de qualquer tipo, pagará pela água consumida.

Isso aumenta o custo da produção. O valor estabelecido pelo governo federal, R$0,06/litro, poderá inviabilizar certas culturas irrigadas.

Mas as constituições anteriores a 1989 já previam a cobrança da água.

Por isso alguns governos estaduais elaboraram leis para seus estados, desobrigando os produtores rurais da lei federal. Já foi aprovada por lei federal a criação da ANA – Agência Nacional da Água–, que vai cuidar da cobrança referida.

Essa lei não prevê um fundo específico para recursos hídricos, de forma que os recursos arrecadados irão para o caixa geral da União. Daí podem se *evaporar*. Também não dispõe que os recursos arrecadados em um estado serão aplicados no mesmo, mas ao contrário, prevê redistribuição, com os ricos financiando os mais pobres.

O estado de São Paulo, por exemplo, está discutindo sua lei (hoje na Assembléia Legislativa), que reduz a 1/6 o valor cobrado pela lei federal. Mais realista que o governo federal, o estadual pensa em fazer vigorar a lei só daqui a quatro anos, tempo hábil de cadastrar os usuários.

O espírito da lei paulista é punir aqueles que poluem a água. Assim, a arrecadação em São Paulo virá sobretudo de multas pela poluição e não pelo uso da água, como nas mais avançadas leis do mundo.

O projeto de lei paulista estabelece um conselho estadual de recursos hídricos que fixará o teto para a cobrança, a partir do que os comitês regionais ou locais poderão fazer descontos, de acordo com a disponibilidade e o uso da água. O dinheiro arrecadado em uma zona será inteiramente reinvestido nela.

Agricultores de todos os estados devem observar se existem estudos parecidos. O Ceará é o único estado que já tem sua lei. E todos precisam fazê-lo, para ficar fora do alcance da escorchante lei federal.

Apesar de ter mais de 12% da água potável do globo, o Brasil tem água sobrando onde não há gente e falta água nas grandes concentrações urbanas.

O mínimo necessário para uma vida razoável é a disponibilidade de 1.500m³ de água por habitante/ano. São Paulo tem, em média, 2.900. Só dois estados estão abaixo do mínimo: Paraíba e Pernambuco, daí a controvérsia sobre a transposição do São Francisco.

A região metropolitana de São Paulo no entanto tem apenas 400m³/habitante/ano disponíveis, o que exige buscar água em outros sistemas (Cantareira).

No campo, uma família de cinco pessoas gasta em média mil litros por dia. Em um mês, 30 mil litros ou 30m³. No fim do mês, pagará R$0,30, o que é pouco. Uma fazenda que gaste 1 milhão de litros de água por dia em irrigação pagará R$300,00 por mês.

Portanto, a lei paulista é mais que um instrumento de arrecadação: é de gestão. É preciso ficar atento para não permitir o desvio desses propósitos.

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da Abag e professor de economia rural da Unesp.



população

A CORRIDA COMEÇOU.



oferta de alimentos

A população mundial cresce em cerca de 230.000 pessoas todos os dias. A essa taxa, o mundo vai precisar dobrar a quantidade de alimentos a cada 50 anos. Mas não há terra suficiente para isso. Nós, da Monsanto, estamos trabalhando com a biotecnologia, uma ferramenta valiosa no esforço de produzir mais alimentos. A biotecnologia já tem permitido aos agricultores aumentarem significativamente a produtividade de suas colheitas sem utilizar mais terras. E fazem isso de modo mais sustentável - com menos inseticidas, menos derivados de petróleo e menor impacto ao meio ambiente. Em muitos casos, a biotecnologia ainda está possibilitando produzir alimentos mais nutritivos.

Biotecnologia. É o caminho pelo qual a oferta de alimentos poderá atender, de forma mais nutritiva e mais sustentável, a crescente população mundial.

MONSANTO

Alimento • Saúde • Esperança™







Globalstar, o único telefone que cobre mais de 95% dos municípios brasileiros.

Promoção: de R$ 2.989,00 por apenas R$ 1.990,00

Válida até 31/10/2000.









Adquira hoje mesmo o seu Globalstar, o telefone de quem precisa falar e fazer negócios de qualquer lugar.

- É o único telefone móvel no Brasil com tecnologia digital via satélite.
- Oferece cobertura em todo o território nacional mais as 200 milhas marítimas*.
- Opera em qualquer lugar aberto, mas pode ser usado em ambientes fechados como carros, embarcações e residências, com o Kit Viva Voz.
- Total privacidade nas conversações.
- Pode ser habilitado com linha de celular adicional: 2 linhas em 1 só aparelho.

Ligue agora mesmo para nossa Central de Atendimento: 0800 701 10 30 e informe-se sobre o Agente Autorizado mais próximo de você.

*Cobertura no Brasil: Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste, Estado do Tocantins, Leste do Pará e do Amapá - em funcionamento. Região Norte - dezembro de 2000.

Globalstar

Você sempre perto.

www.globalstar.com.br



Vai mais longe que o celular? Vá de Globalstar. Ligue: 0800 701 10 30